



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário – Lanagro-SP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Versão retificada entregue em 23/04/2014

Campinas/SP

2014



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário – Lanagro-SP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

O Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e de acordo com as disposições do art. 16 da Lei no. 8443/1992. Segue as orientações do órgão de controle interno, pela Portaria CGU nº. 133, publicada no D.O.U. em 18 de janeiro de 2013, as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010 de 01 de setembro de 2010 alterada pela Instrução Normativa TCU nº. 72/2010 de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa TCU no. 127/2013 de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa TCU 132/2013 de 3 de outubro de 2013 e da Portaria TCU no. 175/2013 de 9 de julho de 2013.

Campinas, SP, 23/04/2014

INDICE

Lista de Abreviaturas e Siglas.....	3
Lista de Quadros	6
Lista de Figuras.....	7
Lista de Figuras.....	7
SUMÁRIO	8
INTRODUÇÃO.....	11
APÊNDICE.....	85
ANEXOS.....	90

Lista de Abreviaturas e Siglas

A3P	-	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABIEC	-	Associação brasileira dos Exportadores de Carnes
ABNT NBR	-	Norma Brasileira Associação Brasileira de Normas Técnicas ISO/IEC 17025
ADMj	-	Unidade de Apoio Administrativo de Jundiaí-SP
AGU	-	Advocacia Geral da União
AIE	-	Unidade de Anemia Infecciosa Equina
ALA	-	Análise Físico-química de Alimentos para animais
ANEEL	-	Agência Nacional de Energia Elétrica
APHIS	-	Animal and Plant Health Inspection Service
ASI	-	Sistema de Patrimônio
AVI	-	Unidade de Sanidade Aviária de Campinas-SP
BEB	-	Análises físico-químicas de Bebidas e Vinagres de Jundiaí-SP
CADRI	-	Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental
CCONT	-	Coordenação Geral de contabilidade
CCRC	-	Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes
CEAGESP	-	Companhia de Entrepasto e Armazéns Gerais de São Paulo
CETESB	-	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
CGAL	-	Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CGAP	-	Coordenação Geral de Administração de Pessoas
CG-MS/MS	-	Cromatografia a gás acoplada à espectrometria de massas
CGPLAN	-	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão
CGSG	-	Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais
CGTI	-	Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU	-	Coordenadoria Geral da União
CIEE	-	Centro de Integração Empresa Escola
CJU	-	Consultoria-Jurídica da União
CNAE	-	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPq	-	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
CNPq	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COI	-	Unidade de Pesquisa de Contaminantes Inorgânicos
CONAMA	-	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOR	-	Coordenação do Lanagro-SP
CQT	-	Coordenação de Qualidade Total
CTEC	-	Coordenação Técnica
CVR	-	Unidade de Controle de vacinas antirrábicas
CVS	-	Teste de desafio do vírus
DAD	-	Divisão de Apoio Administrativo
DDA	-	Divisão de Defesa Agropecuária
DES	-	Dietilestilbestrol
DFIP	-	Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários
DIPOV	-	Departamento de Inspeção de Produtos Vegetais
DN	-	Decisão Normativa
DOU	-	Diário Oficial da União

(continua)

(continuação)

Lista de Abreviaturas e Siglas

DPVAT	- Seguro para Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
Dripping-test	- Teor de líquido perdido por degelo em aves
EEB	- Encefalopatia Espongiforme Bovina
EUA	- Estados Unidos da América
EURL	- Laboratório de Referência para a União Européia
FACTI	- Fundação de Apoio a Capacitação em Tecnologia da Informação
FET	- Análises Físico-químicas de Fertilizantes e Corretivos
FFA	- Fiscal Federal Agropecuário
FIOCRUZ	- Fundação Oswaldo Cruz
FORM	- Formulário
FVO	- Food and Veterinary Office
IAEA	- International Atomic Energy Agency
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICP-MS	- Inductively coupled plasma mass spectroscopy
IEC	- International Electrotechnical Commission
IN	- Instrução Normativa
INCC	- Índices de custos da construção
INF	- Unidade de Informática
INMETRO	- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISO	- International Standards Organization
IT	- Instrução de Trabalho
ITAL	- Instituto de Tecnologia de Alimentos
LOA	- Lei Orçamentária Anual
MAN	- Unidade de Manutenção
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	- Ministério da Ciência e Tecnologia
MI	- Memorando Interno
MIC	- Análises Microbiológicas de Produtos de Origem Animal
MPOG	- Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MVA	- Medicamentos Veterinários e Agrotóxicos
NB3	- Nível 3 de Biossegurança
NBC	- Normas Brasileiras de Contabilidade
NBR	- Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas
NVLS/USDA	- Sigla em Inglês do Serviço Veterinário Nacional do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América
OFSS	- Orçamento Fiscal e de Seguridade Social
OCI	- Órgão de Controle Interno
OIE	- Organização Mundial de Saúde Animal
ORG	- Unidade de Pesquisa de Organoclorados
PCB	- Bifenilos policlorados
PNCRC	- Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNSA	- Programa Nacional de Sanidade Avícola
PCL	- Programa Nacional de Controle de Listeria
PDTI	- Plano Diretor de Tecnologia da Informação
POA	- Análise Físico-química de Produtos de Origem Animal
POP	- Procedimento operacional padrão

(continua)

(continuação)

Lista de Abreviaturas e Siglas

PPA	-	Plano Plurianual do Governo
PRP	-	Programa de Redução de Patógenos em aves
REC	-	Unidade de recepção de amostras de Campinas-SP
RECj	-	Unidade de recepção de amostras de Jundiaí-SP
RH	-	Recursos Humanos
RMA	-	Relatório de Movimentação de Almoarifado
RMB	-	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RDV	-	Resíduo de Drogas Veterinárias
SDA	-	Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA
SE	-	Secretaria Executiva
SEFAG	-	Serviço de Fiscalização Agropecuária do MAPA
SEFIP	-	Secretaria de Fiscalização de Insumos Pecuários do MAPA
SGQ	-	Sistema de Gestão da Qualidade
SGTNC	-	Sistema Gerenciador de Trabalhos Não Conforme
SGP	-	Serviço de Gestão de Pessoas
SICAF	-	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIF	-	Serviço de Inspeção Federal
SFA	-	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SIAFI	-	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SINDAN	-	Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Animais
SIORG	-	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAG	-	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários do MAPA
SIPLAN	-	Sistema de Planejamento e execução orçamentária
SIPOV	-	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SLAV-PR	-	Serviço Laboratorial Avançado de Curitiba-PR
SPF	-	Organismo livre de patógeno específico
SPOA	-	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SVA	-	Serviço de Vigilância Agropecuária do MAPA
SPEO	-	Serviço de Programação e Execução Orçamentária – DAD/Lanagro-SP
SSA	-	Serviço de Saúde Animal
SSO	-	Serviço de Suporte Operacional da CGAL
TCU	-	Tribunal de Contas da União
TI	-	Tecnologia da Informação
UGQ	-	Unidade de Garantia da Qualidade
UBABEF	-	Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos
UNICAMP	-	Universidade Estadual de Campinas- SP
UNESP	-	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho
USP	-	Universidade de São Paulo
UJ	-	Unidade Jurisdicionada
VIGIAGRO	-	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional do MAPA

Lista de Quadros

QUADRO A.1.1 – DADOS IDENTIFICADORES DO LANAGRO-SP	12
QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO.....	34
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS (VALORES EM R\$ 1,00)	36
QUADRO A.2.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (VALORES EM R\$ 1,00).....	37
QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	49
QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA (VALORES EM R\$ 1,00).....	55
QUADRO A.4.1.3.5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	56
QUADRO A.4.1.3.6 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (VALORES EM R\$ 1,00)	57
QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (VALORES EM R\$ 1,00).....	59
QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) VALORES EM R\$ 1,00	60
QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO NO LANAGRO-SP POR PORTADOR (VALORES EM R\$ 1,00)	60
QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF) VALORES EM R\$ 1,00	61
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	61
QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ	62
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	62
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	63
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	63
QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	66
QUADRO A.5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	68
QUADRO A.5.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.	69
QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	72
QUADRO A.6.2.2 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	73
QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	74
QUADRO A.8.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	76
QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	78
QUADRO A.11.2.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.	83

Lista de Figuras

Figura A.1. Funcionograma do Lanagro-SP.....	14
Figura A.2 - Mapa estratégico da CGAL e Lanagros	23
Figura A.3. Interação entre as ações 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e 2136- Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal e as outras Ações-Iniciativa/Objetivos do Programa Temático 2028-Defesa Agropecuária/MAPA PPA 2012-2015.....	27
Figura A.4. Resumo da Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo Lanagro - SP, por Elemento de Despesa.	86
Figura A.5. Memória de cálculo dos indicadores de desempenho – Eficácia ($N_u AL$) e Eficiência (CUP e CUE)..	87
Figura A.6. Metas físicas recebidas e realizadas, por Processo finalístico, da base Física Campinas/Lanagro-SP.	88
Figura A.7. Metas físicas recebidas e realizadas, por Processo finalístico, da base Física Jundiaí, SP e SLAV-PR /Lanagro-SP.....	89

SUMÁRIO

1. PARTE A , ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013.	12
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.	12
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DO LANAGRO-SP	13
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	14
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	22
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	22
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013.	23
2.1 PLANEJAMENTO DO LANAGRO-SP	23
a) Plano estratégico	23
b) Plano Tático	24
c) Plano Operacional	26
d) Vinculação ao PPA	26
e) Principais objetivos para 2013	28
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.	34
2.2.1 Programa Temático	34
2.2.2 Objetivo	34
Metas qualitativas	34
Análise Situacional	34
2.2.3 Ações	35
2.2.3.1 Ações OFSS	35
2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS	35
2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS	37
2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI	37
2.2.3.5 Análise Situacional	37
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	43
Indicador de Eficácia	43
a. Utilidade	43
b. Fórmula de cálculo	43
c. Método de medição	43
d. Fontes de Informação	43
e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição	44
f. Resultado	44
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	44
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	46
Indicador de Eficiência	46
a. Utilidade	46
b. Fórmula de cálculo	46
b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – CUP	46
b.2. Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – CUE	46
c. Método de medição	46
d. Fontes de Informação	46
e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição	46
f. Resultado	46
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	47
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	47
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013	48
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	48
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	49
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	50
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO	50
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	50
3.6 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS	51
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013	55
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS	55

4.1.1	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	55
4.1.2	<i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	55
4.1.3	<i>Realização da Despesa</i>	56
4.1.3.5	<i>Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação</i>	56
4.1.3.6	<i>Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação.</i>	57
4.1.3.7	<i>Análise Crítica da realização da despesa</i>	58
4.2	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR FALTA DE CRÉDITOS	59
4.3	MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESPOSTA A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	59
4.3.1	<i>Análise crítica</i>	59
4.4	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	60
4.5	SUPRIMENTO DE FUNDOS	60
4.5.1	<i>Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo</i>	60
4.5.2	<i>Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”</i>	60
4.5.3	<i>Suprimento de fundos – cartão de Crédito Corporativo (CPGF)</i>	60
4.5.4	<i>Prestações de Contas de Suprimento de Fundos</i>	61
4.5.5	<i>Análise Crítica</i>	61
5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.		61
5.1	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	61
5.1.1	<i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</i>	61
5.1.1.1	<i>Lotação</i>	61
5.1.2	<i>Qualificação da Força de Trabalho</i>	62
5.1.2.2	<i>Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade</i>	63
5.1.2.3	<i>Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade</i>	63
5.1.3	<i>Custos de pessoal da UJ</i>	64
5.1.4	<i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	64
5.1.5	<i>Cadastramento no Sisac</i>	64
5.1.6	<i>Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</i>	64
5.1.7	<i>Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</i>	64
5.1.8	<i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	65
5.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	66
5.2.1	<i>Informações sobre Terceirizações de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão</i>	66
5.2.2	<i>Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.</i>	67
5.2.3	<i>Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela UJ.</i>	68
5.2.4	<i>Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão</i>	69
5.2.5	<i>Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4</i>	70
5.2.6	<i>Composição do Quadro de Estagiários</i>	70
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	70
6.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	70
6.1.1	<i>Legislação</i>	70
6.1.2	<i>Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.</i>	70
6.1.3	<i>Discriminação por tipo de uso:</i>	71
6.1.4	<i>Média anual de quilômetros rodados: 50.000km</i>	71
6.1.5	<i>Idade Média da frota: 8 anos</i>	71
6.1.6	<i>Custos associados à manutenção da frota:</i>	71
6.1.7	<i>Plano de substituição da frota:</i>	71
6.1.8	<i>Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica de transporte</i>	72
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	72
6.2.1	<i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial</i>	72
6.2.2	<i>Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ</i>	73
6.3	DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	73
PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.		74
7.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	74

7.1.1	<i>Análise Crítica</i>	76
8	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	76
8.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	76
8.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	77
9	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	78
9.1	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	78
9.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI	78
9.3	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	78
9.4	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	79
9.5	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	79
9.6	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	79
10	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	81
11	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	82
11.1	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	82
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	83
11.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008	83
11.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976	83
11.5	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS	83
11.6	RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE	83
12	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	84
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	84

INTRODUÇÃO

O Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas, Lanagro-SP, é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, sendo um dos seis laboratórios oficiais da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, subordinada à Secretaria Executiva do MAPA consoante orientações técnicas da Secretaria de Defesa Agropecuária, SDA.

Neste relatório o Lanagro-SP apresenta a gestão do exercício de 2013, como Unidade Jurisdicionada Individual, conforme classificação definida no art 3º da IN TCU no. 63/2010 de 1º de setembro de 2010, c/c o art 5º, inciso VI da DN TCU no. 127, de 15 de maio de 2013.

Mais especificamente, a estrutura deste Relatório segue as orientações, quanto ao preenchimento dos conteúdos, da Portaria - TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, e na forma do Anexo II da DN no. 127/2013 para preenchimento da Partes A, B e C e a Norma de Execução da Portaria CGU nº 133/2013. As partes B e C não se aplicam a esta UJ .

No corpo do relatório são apresentados os itens da Parte A do Anexo II da DN 127/2013, que se aplicam ao Lanagro-SP, seguindo a enumeração dos itens e quadros apresentada no anexo único da Portaria TCU nº 175/2013. Os itens não aplicáveis são os seguintes: 2.2.1, 2.2.3.1, 2.2.3.3, 3.3, 3.5, 4.1.1, 4.1.3, 4.2, 4.4, 4.5.2, 5.1.5, 5.2.2, 6.3, 9.1, 9.2, 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6.

1.PARTE A , ITEM 1, do ANEXO II da DN TCU 127/2013.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Quadro A.1.1 – Dados identificadores do Lanagro-SP

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código SIORG: 000014	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas			
Denominação Abreviada: Lanagro-SP			
Código SIORG: 72142		Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130102
Natureza Jurídica: Órgão público (Unidade descentralizada do MAPA)			CNPJ: 00.396.895/0047-08
Principal Atividade: Regulação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura			Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:		(019) 3252-3764	(019) 3252-0155
(019) 3252-4835			
Endereço Eletrônico: coor.lanagrosp@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Raul Ferrari s/n, CEP: 13100-105, Jardim Santa Marcelina, Campinas-SP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Presidencial nº 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no DOU de 05 de março de 2010; Decreto Presidencial nº 5741, de 30 de março de 2006, publicado do DOU de 31 de março de 2006; Portaria MAPA nº 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei 8.666/93 e outras legislações relacionadas a compras e licitações Norma NBR ISO/IEC 17.025 Portarias de designação de cargos em comissão e funções gratificadas Portarias de designação de responsáveis por unidades e responsáveis substitutos			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual operacional de Bebidas e Vinagres Manual de necropsia e colheita de amostras para diagnóstico laboratorial Métodos oficiais para análises físico-químicas de alimentos de origem animal e água Métodos oficiais para análises microbiológicas em alimentos de origem animal e água Manual de procedimentos do PNCRC – para laboratórios – área vegetal Manual de procedimentos do PNCRC – para laboratórios – área animal Manual da Qualidade analítica – Resíduos e Contaminantes em alimentos Guia de validação e Controle da Qualidade analítica – Fármacos em Produtos para alimentação animal e Medicamentos Veterinários Manual da Qualidade do Lanagro-SP e demais documentos do Sistema de Gestão da Qualidade (Procedimentos Operacionais Padrão, Instruções de Trabalho, Instruções de Uso, Métodos, Formulários etc.) Legislação específica afeta a cada unidade laboratorial			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
130070		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná (SFA/PR)	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
Não se aplica		Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais do Lanagro-SP

O MAPA tem como missão “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”. O desenvolvimento sustentável do agronegócio com estímulo a produtividade, sanidade e qualidade, objetivo inexorável do MAPA, justifica a atenção governamental dispensada às políticas de proteção à saúde pública e sanidade fitozoosanitárias.

Visando garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, qualidade de insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal, o MAPA conta, em sua estrutura funcional, com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) que mantém sob sua responsabilidade, unidades descentralizadas denominadas Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros). O Lanagro-SP é um dos seis Lanagros existentes na estrutura atual do MAPA.

De acordo com o Decreto 5741, de 30 de março de 2006, os Lanagros são os Laboratórios oficiais do MAPA (Art. 42, § 1º) e constituem juntamente com os laboratórios credenciados, a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Art. 42, § 2º).

De acordo com o Decreto 7127, de 04 de março de 2010, os Lanagros são unidades descentralizadas do MAPA (Art. 3, inciso III, alínea a), com a competência de promover o suporte laboratorial aos programas e ações de competência da SDA, consoante orientações técnicas desta mesma Secretaria.

De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, aos Laboratórios Nacionais Agropecuários, compete promover o suporte laboratorial aos programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, em especial:

- Realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter materiais de referência;
- Realizar análises fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico;
- Garantir a implantação e implementação:
 - a) do sistema da garantia da qualidade, por meio de Unidades de Garantia da Qualidade - UGQ; e
 - b) da gestão integrada de biossegurança em laboratórios;
 - Promover ações de divulgação das atividades laboratoriais e de realização de eventos;
 - Implementar, em consonância com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária - CGAL/SDA, observadas as orientações específicas da Secretaria - Executiva, do Ministério:
 - a) elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas;
 - b) formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras; e
 - c) execução de atividades de administração geral.

Aos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete, ainda, a prestação de suporte laboratorial às atividades de competência da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, da Secretaria de Produção e Agroenergia, bem como das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para cumprir com suas competências institucionais o Lanagro-SP possui um sistema de gestão da qualidade baseado no atendimento à Norma NBR ABNT ISO/IEC 17.025, sendo que alguns ensaios foram acreditados pelo INMETRO em 2009, com ampliação de escopo em 2011 e 2012. O Lanagro-SP tem como política de qualidade assegurar a melhoria do sistema de gestão e a excelência das atividades de suporte laboratorial a programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, em conformidade com a NBR ABNT ISO/IEC 17.025. Como visão de futuro, o Lanagro-SP almeja ser reconhecido como laboratório de referência em suas áreas de atuação até 2023, e estar sempre atualizado com as mais modernas técnicas e métodos.

1.3 Organograma Funcional

O Lanagro-SP tem definida sua estrutura funcional e gerencial, conforme mostra a Figura A.1 a seguir .

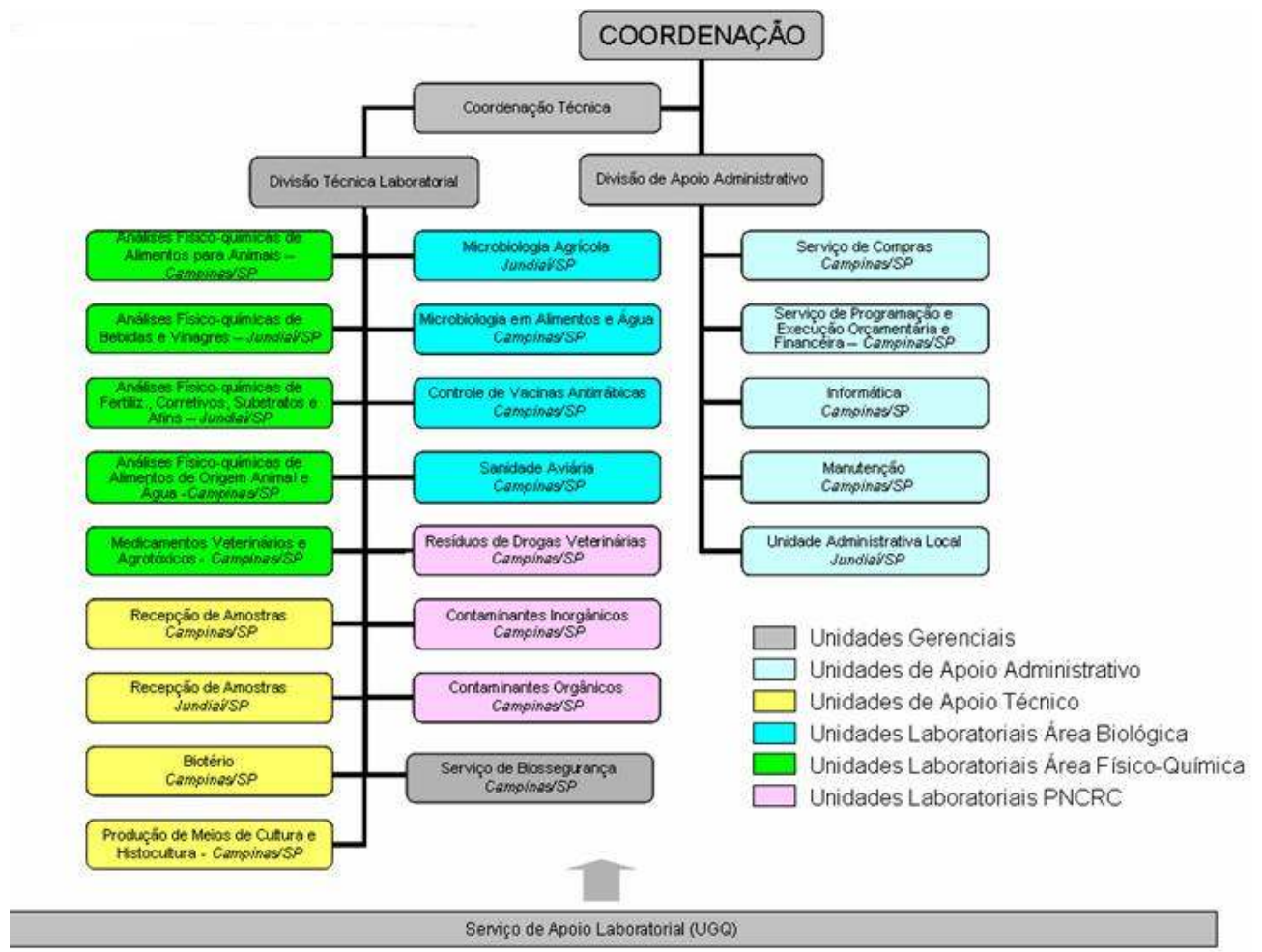


Figura A.1. Funcionograma do Lanagro-SP

A figura acima ilustra a estrutura organizacional interna do Lanagro-SP, incluindo as unidades finalísticas e de apoio. A seguir descrevemos sucintamente as competências e atribuições de responsabilidade de cada área bem como a identificação dos principais macroprocessos e produtos.

1.3.1 Coordenação: De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, compete aos Coordenadores dos Lanagros:

- I - planejar e coordenar a execução das atividades dos Laboratórios Nacionais;
- II - aprovar e submeter à apreciação do órgão competente as propostas consolidadas relativas ao Plano Plurianual e programações orçamentárias e operacionais;
- III - elaborar normas complementares ao desenvolvimento das atividades laboratoriais para as unidades organizacionais hierarquicamente subordinadas;
- IV - apresentar, ao órgão competente, relatório anual das atividades desenvolvidas;
- V - emitir parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênio, ajuste, acordo, protocolo ou contrato, que envolvem matérias de competência, consoante normas específicas do órgão setorial;

- VI - autorizar viagens de servidores, em objeto de serviço;
 - VII - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;
 - VIII - praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativos aos créditos orçamentários disponibilizados;
 - IX - autorizar e homologar licitações, bem como ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações; e
 - X - praticar os demais atos de administração necessários ao cumprimento das competências dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, observadas disposições da legislação pertinente.
- Macroprocessos: Manutenção da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.
Produtos: Laboratório mantido.

1.3.2 Coordenação Técnica: De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, compete aos Coordenadores dos Lanagros em caráter supletivo:

- I - promover a execução e acompanhar projetos de implantação de Laboratório Nacional Agropecuário, consoante orientações específicas do Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial;
 - II - elaborar relatórios operacionais relativos à implantação de projetos, na forma e periodicidade determinadas, encaminhando-os ao Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial e;
 - III - exercer outras atribuições que lhes forem delegadas pelos Coordenadores dos Lanagro's/MAPA em que estiverem localizados.
- Macroprocessos: Manutenção da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.
Produtos: Laboratório mantido.

1.3.3 Divisão de Apoio Administrativo: De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, compete à Divisão de Apoio Administrativo:

- I - elaborar a proposta relacionada ao Plano Plurianual e a programação operacional, em articulação com as demais unidades organizacionais;
 - II - acompanhar o desenvolvimento da programação operacional;
 - III - efetuar o controle administrativo e financeiro de convênios, contratos, ajustes, acordos e protocolos; e
 - IV - promover e controlar as atividades de:
 - a) administração de material, patrimônio e de recursos da informação e informática;
 - b) comunicações administrativas, em especial de protocolo;
 - c) administração de pessoal e de desenvolvimento de recursos humanos;
 - d) execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados; e
 - e) transporte, zeladoria, vigilância, reprografia e telefonia.
- Macroprocessos: Compras, Execução orçamentária e financeira, logística e serviços gerais.
Produtos: Laboratório mantido.

1.3.4 Divisão Técnica Laboratorial: De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, compete à Divisão Técnica Laboratorial:

- I - planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias nas atividades de controle laboratorial de produtos e insumos agropecuários, materiais de multiplicação e de propagação, bem como de diagnóstico de doenças e pragas, gerando relatórios técnicos para subsidiar o processo decisório;
- II - realizar análises físico-químicas, microbiológicas, diagnósticos e promover apoio laboratorial;
- III - assessorar na elaboração de normas de credenciamento e de monitoramento de

laboratórios;

IV - manter inter-relacionamento técnico com as unidades organizacionais da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA;

V - orientar e acompanhar a execução dos programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, a produção de material de referência, bem como a validação de métodos analíticos, mantendo registros específicos.

Macroprocessos: Manutenção da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

Produtos: Laboratório mantido.

1.3.5 Serviço de Apoio Laboratorial/Unidade de Gestão da Qualidade:

De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, compete ao Serviço de Apoio Laboratorial:

I - produzir e manter:

a) animais e vegetais de experimentação laboratorial; e

b) meios de cultura, soluções e reagentes, de acordo com a demanda;

II - efetuar a produção de cultivo celular, realizando a seleção de linhagens pertinentes;

III - promover:

a) tratamento e controle da água utilizada nas unidades organizacionais de execução laboratorial;

b) manutenção das instalações e equipamentos laboratoriais;

c) atividades de biossegurança nos diversos ambientes laboratoriais, bem como de manutenção;

d) lavagem, embalagem e esterilização de material e vidraria; e

e) recepção de amostras e emissão de resultados laboratoriais.

Considerando que no caso do Lanagro-SP as atribuições da Unidade de Gestão da Qualidade foram incorporadas a este Serviço, constituem responsabilidades adicionais:

I – orientar, controlar e avaliar os sistemas de gestão da qualidade;

II – elaborar, orientar aplicar e divulgar o manual da qualidade e normas de referência dos sistemas de gestão da qualidade;

III - participar da elaboração, acompanhar e avaliar indicadores de desempenho;

IV – planejar e gerenciar a execução de auditorias internas e análises críticas;

V – conduzir os processos de certificação e de acreditação do Lanagro-SP;

VI – orientar e acompanhar:

a) implantação de ações corretivas e preventivas;

b) formação de avaliadores de laboratórios;

c) execução dos programas de controle interlaboratorial e intralaboratorial;

d) produção de material de referência; e

e) validação de métodos analíticos;

f) tratamento de não-conformidades e reclamações;

VII - realizar pesquisas de satisfação de clientes;

VIII – elaborar proposições e subsidiar o processo de aquisição de produtos e serviços necessários aos sistemas de gestão da qualidade;

IX - acompanhar as auditorias externas realizadas no âmbito do Lanagro

Macroprocessos: Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade.

Produtos: Acreditação junto ao INMETRO.

1.3.6 Serviço de Compras: De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, compete ao Serviço de Compras:

I - elaborar e acompanhar os processos de compras de material, de equipamento e de

contratação de prestação de serviço; e

II - executar os procedimentos de licitação de acordo com as modalidades legalmente previstas.

Macroprocessos: Compras.

Produtos: Laboratório mantido.

1.3.7 Serviço de Programação e Execução Orçamentária e Financeira: De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, compete ao Serviço de Programação e Execução Orçamentária e Financeira:

I - executar as atividades de programação, bem como de execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados;

II - proceder à conformidade documental; e

III - controlar e acompanhar a execução orçamentária e financeira de termos de parcerias e de cooperação técnica.

Macroprocessos: Programação e Execução Orçamentária e Financeira.

Produtos: Laboratório mantido.

1.3.8 Serviço de Biossegurança: A este Serviço compete:

I – promover e acompanhar as atividades de biossegurança, bioproteção e biosseguridade quanto a:

a) produção, manutenção e manipulação de animais e vegetais de experimentação laboratorial, materiais genéticos e microorganismos;

b) procedimentos de recepção, transporte, manuseio e descarte de amostras;

c) descarte de resíduos sólidos e líquidos;

d) definição e manutenção do nível de biossegurança exigido para manipulação dos agentes biológicos;

e) riscos físicos, químicos e ambientais;

f) controle de acesso; e

g) utilização de equipamentos;

II - elaborar, orientar, aplicar e divulgar:

a) normas de referência; e

b) Manual da biossegurança, bioproteção e biosseguridade; e

III – elaborar proposições e subsidiar o processo de aquisição de produtos e serviços relativos à biossegurança e à biosseguridade.

Macroprocessos: Manutenção da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

Produtos: Laboratório mantido.

1.3.9 Informática: A esta Unidade compete dar manutenção aos sistemas informatizados, incluindo o zelo pelo bom funcionamento da rede interna de computadores, a manutenção preventiva de hardwares e softwares, o desenvolvimento de projetos de novas soluções em tecnologia da informação, entre outras necessidades relacionadas à área.

Macroprocessos: Manutenção dos sistemas informatizados.

Produtos: Laboratório mantido.

1.3.10 Manutenção: A esta Unidade compete:

I - Manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas, redes e instalações de climatização e pressões diferenciais, compressores, fluidos térmicos e pneumáticos, hidráulicas, civis, elétricas, lógicas e telefônicas, incluindo equipamentos de frios, autoclaves e outros equipamentos e também a operação de caldeiras e de estações de tratamento térmico e convencional de efluentes.

II - Manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas de prevenção e combate à incêndio.

III - Realização de serviços eventuais diversos relacionados aos sistemas mantidos, tais quais: instalação e/ou remanejamento de circuitos elétricos, hidráulicos, lógicos e telefônicos, instalação de luminárias, instalação e manutenção de forros de gesso, substituição de calhas, lâmpadas e demais componentes e equipamentos hidrossanitários, instalações hidráulicas, bem como reconstituição de partes civis que necessitem reparos. Execução e ou modificação de suportes e redes de alimentação de utilidades para instalação de equipamentos adquiridos, serviços de recuperação e re-enrolamento de motores elétricos.

IV - Manutenção preventiva, corretiva e preditiva em equipamentos e instalações de apoio no laboratório de biossegurança da Unidade de Sanidade Aviária do Lanagro-SP, levando-se em consideração os conceitos de biossegurança e biosseguridade e as especificidades para este tipo de instalação.

V - Elaboração de projetos básicos e termos de referência para desenvolvimento de projetos novos e relacionados a reformas e obras a serem realizadas no Lanagro-SP, bem como acompanhamento das etapas da execução das mesmas por empresas contratadas de conformidade com as especificações do projeto.

Macroprocessos: Manutenção predial.

Produtos: Laboratório mantido.

1.3.11 Unidade Administrativa Local: A esta Unidade compete dar todo o suporte administrativo às Unidades Laboratoriais da base física de Jundiaí, bem como servir de interligação entre estas Unidades e a Divisão de Apoio Administrativo do Lanagro-SP.

Macroprocessos: Apoio administrativo.

Produtos: Laboratório mantido.

1.3.12 Análises físico-químicas de bebidas e vinagres: Realiza análises quantitativas e qualitativas em bebidas fermentadas, destiladas, destiloretificadas, alcoólicas por mistura e não alcoólicas para fins de controle de importação e de exportação. A unidade também realiza análises fiscais, periciais e de orientação, atendendo às demandas dos SIPOVs.

Macroprocessos: Realização de ensaios – Físico-Química de Bebidas e Vinagres

Produtos: Relatórios de ensaios.

1.3.13 Análises físico-químicas de fertilizantes, corretivos, substratos e afins: A Unidade tem como objetivo avaliar a conformidade de fertilizantes, corretivos, substratos e condicionadores colocados à disposição dos produtores rurais, objetivando salvaguardar a produção e a produtividade de alimentos e a competitividade do agronegócio brasileiro. Realiza análises fiscais e periciais, participa na coordenação do programa interlaboratorial do MAPA, bem como em programas de pesquisa.

Macroprocessos: Realização de ensaios – Físico-Química de Fertilizantes, Corretivos e Substratos

Produtos: Relatórios de ensaios.

1.3.14 Análises físico-químicas de alimentos de origem animal e água: Realiza ensaios físico-químicos para avaliação da composição centesimal, índices e fraudes em carnes e produtos cárneos, leite e produtos lácteos, pescado e derivados, mel, própolis, ovos e derivados, sal e salmoura. Realiza também análises de água industrial para fins de verificação da potabilidade, dripping-test em carcaça congelada de aves, relação umidade/proteína em cortes de frango e desglaciamento em pescado. Realiza também auditorias em laboratórios credenciados.

Macroprocessos: Realização de ensaios – Físico-Química de Alimentos de Origem Animal e

Água

Produtos: Relatórios de ensaios e relatórios de auditorias.

1.3.15 Produção de meios de cultura e histocultura: É responsável pelo tratamento de águas de uso nas unidades analíticas e pela produção de meios de cultura, soluções e cultivos celulares para fornecimento às Unidades de Controle de Vacinas Antirrábicas, Microbiologia de Alimentos, Sanidade Aviária e Biotério.

Macroprocessos: Apoio técnico.

Produtos: Meios de cultura, soluções e cultivos celulares produzidos.

1.3.15 Recepção de Amostras (Campinas e Jundiaí): É responsável pelo recebimento e verificação dos critérios de aceitação dos itens de ensaio encaminhados pelos clientes, quando aplicável, bem como pela conservação dos itens de ensaio recebidos até o envio às unidades competentes. Tem como responsabilidade, ainda, a alimentação dos sistemas informatizados com as informações requeridas e o encaminhamento dos relatórios de ensaio aos clientes.

Macroprocessos: Recebimento e registro de amostras.

Produtos: Amostras recebidas, registradas e encaminhadas às Unidades finalísticas.

1.3.17 Resíduos de Drogas Veterinárias: É responsável pelas determinações de substâncias com ação anabolizante em fígado e urina de diferentes espécies animais, antimicrobianos em urina e músculo de diferentes espécies animais e em mel, e beta-agonistas em urina de diferentes espécies animais para atendimento ao PNCRC. Realiza análises de investigação e confirmatórias de resultados oriundos de laboratórios credenciados. Realiza também auditorias em laboratórios credenciados.

Macroprocessos: Realização de ensaios – Resíduos e Contaminantes em Alimentos

Produtos: Relatórios de ensaios e relatórios de auditoria.

1.3.18 Sanidade Aviária: É responsável pelo diagnóstico de doenças contempladas no Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA (salmoneloses, micoplasmoses, doença de Newcastle e influenza aviária) e pelo controle de vacinas aviárias. Executa também o diagnóstico da laringotraqueíte infecciosa das aves, identificação de cepas de salmonela isoladas em laboratórios credenciados e produção de imunorreagentes. Desenvolve e valida novos métodos de ensaio, incluindo métodos moleculares, fornecendo subsídios para a realização de análises epidemiológicas relacionadas a vírus e bactérias. Realiza também auditorias em laboratórios credenciados.

Macroprocessos: Realização de ensaios – Diagnóstico Animal e Controle de Produtos Veterinários.

Produtos: Relatórios de ensaios e relatórios de auditoria.

1.3.19 Microbiologia agrícola (em fase de implantação): É responsável pela execução de análises de controle oficial das amostras de inoculantes à base de *Bradyrhizobium* sp e *Rhizobium* sp e pelo monitoramento dos laboratórios credenciados junto ao MAPA para análises de inoculantes e diagnóstico fitossanitário.

Macroprocessos: Realização de auditorias e ensaios – Produtos Biológicos de Uso Agrônomico

Produtos: Auditorias realizadas e relatórios de ensaio.

1.3.20. Microbiologia em Alimentos e Água: É responsável pela realização de análises microbiológicas, através de técnicas quantitativas e qualitativas, em leite, carne, pescado e seus derivados, mel e cera de abelhas, ingredientes utilizados na fabricação de produtos de origem animal, água de abastecimento e alimentos para animais. Atende ainda aos programas especiais de

redução e controle de patógenos, como o PRP e o PCL, que visam o monitoramento microbiológico e controle de patógenos específicos em carcaças de frangos e perus, e em produtos prontos para consumo, ficando também sob sua responsabilidade a confirmação, identificação e caracterização das culturas isolada nos laboratórios oficiais e credenciada participantes dos programas. Realiza também auditorias em laboratórios credenciados.

Macroprocessos: Realização de ensaios – Microbiologia em Alimentos e Água

Produtos: Relatórios de ensaios e relatórios de auditorias.

1.3.21 Análises físico-químicas de alimentos para animais: É responsável pelas análises em ingredientes de origem vegetal e animal (farinhas e farelos), suplementos minerais, concentrados e rações destinados à alimentação animal. Entre os ensaios realizados pela Unidade pode-se citar a determinação de composição centesimal, micotoxinas e micronutrientes, para verificação da conformidade com os níveis de garantia dos produtos, bem como a pesquisa de subprodutos de origem animal em alimentos para ruminantes, visando à prevenção da encefalopatia espongiiforme bovina (EEB).

Macroprocessos: Realização de ensaios – Físico-Química de Alimentos para Animais

Produtos: Relatórios de ensaios.

1.3.22 Biotério: É responsável pela produção convencional de animais de laboratório (camundongos e cobaias), bem como pela produção de camundongos SPF (Specific Pathogen Free) para fornecimento à Unidade de Controle de Vacinas Antirrábicas. Possui também área de aves SPF, onde realiza incubação de ovos para fornecimento e para produção de pintos SPF, assim como colheita de sangue de aves SPF para produção de meios de cultura, em atendimento à Unidade de Sanidade Aviária.

Macroprocessos: Apoio técnico.

Produtos: Produção e distribuição de animais de experimentação.

1.3.23 Contaminantes Inorgânicos: É responsável pela determinação de contaminantes inorgânicos em carne e pescados, para atendimento ao PNCRC. Realiza também auditorias em laboratórios credenciados.

Macroprocessos: Realização de ensaios – Resíduos e Contaminantes em Alimentos

Produtos: Relatórios de ensaios e relatórios de auditorias.

1.3.24 Contaminantes Orgânicos: É responsável pelas análises de resíduos de pesticidas organoclorados e PCBs (bifenilas policloradas) em gordura animal (bovina, eqüina, suína e de aves), para atendimento ao PNCRC.

Macroprocessos: Realização de ensaios - Resíduos e Contaminantes em Alimentos

Produtos: Relatórios de ensaios.

1.3.25 Controle de Vacinas antirrábicas: Realiza o controle de vacinas antirrábicas inativadas de uso animal, visando atender aos mercados interno e externo, além de produzir vírus CVS para uso interno e para fornecimento aos laboratórios de controle da qualidade de vacinas das indústrias produtoras. Coordena a validação e controla o estoque da vacina antirrábica de referência nacional.

Macroprocessos: Realização de ensaios – Controle de Produtos Veterinários

Produtos: Relatórios de ensaios.

1.3.26 Medicamentos Veterinários e Agrotóxicos: Unidade em fase de implantação para realização de análises de conformidade em medicamentos veterinários e agrotóxicos. Realiza também auditorias em laboratórios credenciados (agrotóxicos).

Macroprocessos: Realização de ensaios – Agrotóxicos e Controle de Produtos Veterinários
Produtos: Relatórios de ensaios e relatórios de auditoria.

Cabe ressaltar as principais modificações do organograma funcional em relação ao exercício anterior:

a) Extinção do Serviço Laboratorial Avançado em Curitiba (SLAV-PR): este Serviço foi extinto devido à aposentadoria de praticamente todos os servidores ali lotados. O imóvel pertence à SFA/PR e desde novembro de 2013 o Lanagro-SP não repassa mais recursos para a SFA/PR referentes à manutenção deste laboratório. Parte das análises (“dripping-test” para detecção da fraude de adição de água em carcaça de frango) foi absorvida pelo Lanagro-RS (SLAV-SC) e as demais pelo próprio Lanagro-SP.

b) Extinção da Unidade CAE (Controle, Avaliação e Estatística): as atividades e pessoal desta Unidade foram incorporadas à Coordenação Técnica.

c) Extinção da Unidade AIE (Anemia Infecciosa Equina): foi necessária devido à aposentadoria da única servidora lotada na Unidade. As atividades foram transferidas para o Lanagro-MG.

d) Criação da Unidade MVA (Medicamentos Veterinários e Agrotóxicos): possível a partir da remoção de duas FFAs para o Lanagro-SP.

e) Substituição da Unidade LASO (Laboratório Oficial de Análise de Sementes) pela Unidade MAG (Microbiologia Agrícola): a alteração de escopo da Unidade foi demandada pelo órgão central (CGAL), em consonância com o DFIA (Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas).

1.4 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do Lanagro-SP correspondem basicamente à realização de ensaios laboratoriais em atendimento às demandas da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA. Algumas Unidades também realizam auditorias para credenciamento ou monitoramento de laboratórios.

Baseado na classificação de atividades proposta pela CGAL, os seguintes macroprocessos finalísticos são aplicáveis ao Lanagro-SP:

- Realização de ensaios em produtos agrotóxicos
- Realização de ensaios físico-químicos em alimentos de origem animal e água
- Realização de ensaios físico-químicos em alimentos para animais
- Realização de ensaios físico-químicos em bebidas e vinagres
- Realização de ensaios para diagnóstico animal
- Realização de ensaios físico-químicos em fertilizantes, corretivos e substratos
- Realização de ensaios para controle de produtos veterinários
- Realização de ensaios microbiológicos em alimentos e água
- Realização de ensaios para determinação de resíduos e contaminantes em alimentos
- Realização de ensaios em produtos biológicos de uso agrônomo

Com relação aos ensaios laboratoriais realizados, o detalhamento do quantitativo realizado no exercício 2013 encontra-se descrito no item 2.3. As demandas por análises são geradas pelos diversos serviços do MAPA para os quais o Lanagro-SP presta apoio laboratorial. Tal demanda é discutida em reuniões periódicas (geralmente anuais) que são realizadas com os mesmos. Além disso, existe um procedimento interno para análises críticas dos pedidos, propostas e contratos, sempre que há surgimento de novas demandas pelos departamentos da SDA. Em 2013 foram processadas 7.602 amostras e realizadas ao todo 99.073 análises laboratoriais pelo Lanagro-SP.

Com relação às auditorias para credenciamento e monitoramento de laboratórios, as mesmas são realizadas para atendimento ao Serviço de Auditoria e Credenciamento (SAC) da CGAL. A

CGAL mantém um rol de laboratórios públicos e privados credenciados para realizar análises de caráter oficial, uma vez que a capacidade operacional dos Lanagros não é suficiente para suprir toda a demanda. Além disso, cabe aos Lanagros exercer o papel de referência para essa rede credenciada, a partir da produção de materiais de referência, oferecimento de treinamentos, repasse de metodologias e organização de ensaios interlaboratoriais. Em 2013 foram realizadas 20 auditorias externas com a participação de 12 servidores do Lanagro-SP.

De uma forma geral, a execução dos processos finalísticos é supervisionada por Fiscais Federais Agropecuários, porém as atividades são executadas em grande parte por pessoal terceirizado, devido à carência de servidores nas áreas técnicas (com exceção das auditorias, que são realizadas exclusivamente por servidores). Para tanto, existe um contrato de prestação de serviços firmado no âmbito da CGAL (contrato MAPA x FUNDEPAG), que permite a lotação de analistas, assistentes e auxiliares de laboratório, entre outros cargos. Sem este contrato seria impossível atender às demandas dos clientes por análises laboratoriais. Este contrato será extinto em 2014 após a realização de concurso público para técnicos e auxiliares de laboratório e também para Fiscais Federais Agropecuários, conforme aprovado pelas Portarias MPOG no. 74, de 15 de março de 2013 e MPOG no. 327 de 16 de setembro de 2013.

1.5 Macroprocessos de apoio

Conforme mencionado no item 1.3, os macroprocessos de apoio correspondem basicamente às atividades relacionadas a Compras, Execução orçamentária e financeira, logística e serviços gerais. Como parte destas atividades, incluímos os serviços de manutenção predial, informática, protocolo, transporte, patrimônio, almoxarifado, telefonia, acompanhamento de contratos, recursos humanos, reprografia, secretariado, entre outros.

Parte das ações relacionadas a recursos humanos foi realizada pelas Superintendências Federais de Agricultura nos Estados de SP e PR, incluindo elaboração de folhas de pagamento, concessões de férias, licenças e aposentadorias e benefícios sociais e assistenciais. Isto porque o Lanagro-SP não dispõe de servidores administrativos em quantitativo suficiente para absorver tais atividades.

Além disso, outras atividades são realizadas a partir da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio administrativo. Fazem parte do escopo desta contratação: assistentes administrativos para prestação de apoio na área de compras, patrimônio, protocolo, almoxarifado, pessoal, execução orçamentária e recepção de amostras; analistas da qualidade para apoio na manutenção do sistema de gestão da qualidade; telefonistas; secretárias e auxiliares operacionais de serviços diversos. O quantitativo contratado se justifica pela grande carência de servidores administrativos em todas essas áreas.

O Lanagro-SP também possui contratos específicos com locação de mão-de-obra para as seguintes atividades: vigilância, limpeza, transporte, manutenção predial e informática.

1.6 Principais Parceiros

No âmbito interno, todos os departamentos da SDA interagem com o Lanagro-SP, pois são considerados como clientes dos serviços prestados. São eles: DIPOV (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal), DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal), DFIP (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuarios), DFIA (Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas), DSV (Departamento de Sanidade Vegetal) e DSA (Departamento de Sanidade Animal). Além destes, o Lanagro-SP também presta serviços ao VIGIAGRO (Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária) e à CRC (Coordenação de Resíduos e Contaminantes). Obviamente que todos os serviços relacionados a estes departamentos e coordenações localizados nas Superintendências Federais de Agricultura também se relacionam de forma importante com o Lanagro-SP, bem como a Estação Quarentenária de Cananéia-SP.

O Lanagro-SP mantém relação de parceria com a EMBRAPA e com todos os demais

Lanagros (RS, GO, MG, PA e PE), o que inclui intercâmbio de informações e também de amostras, além da realização de algumas aquisições por adesão a ata de registro de preços.

Dentre os outros órgãos públicos com os quais o Lanagro-SP se relaciona, destacam-se: SPU/SP (Superintendência do Patrimônio da União no Estado de São Paulo), CJU/SP (Consultoria Jurídica no Estado de São Paulo), AGU/SP (Advocacia Geral da União no Estado de São Paulo), Universidades (UNICAMP, UNESP e USP, principalmente), INMETRO, Instituto Biológico, Instituto Butantã, Instituto Pasteur, Instituto Agrônomo de Campinas, ITAL e FIOCRUZ.

O Lanagro-SP também mantém relações de parcerias com instituições privadas, tais como: UBABEF, ABIEC, SINDAN, entre outras, porém não há nenhuma convênio ou termo de cooperação firmado. Nestes casos as parceiras se dão, por exemplo, através de apoio na realização de eventos no Lanagro-SP (viabilização de palestrantes internacionais, coffee-break etc.), aquisição emergencial de reagentes e isenção no pagamento de taxas de inscrição em eventos promovidos por estas instituições.

2. PARTE A, ITEM 2, do ANEXO II da DN TCU 127/2013.

2.1 Planejamento do Lanagro-SP

a) Plano estratégico

O Lanagro-SP segue o planejamento estratégico definido pela CGAL, conforme figura A.2. Este planejamento não define um período de abrangência, embora estabeleça como data limite para o alcance da visão de futuro o ano de 2023.

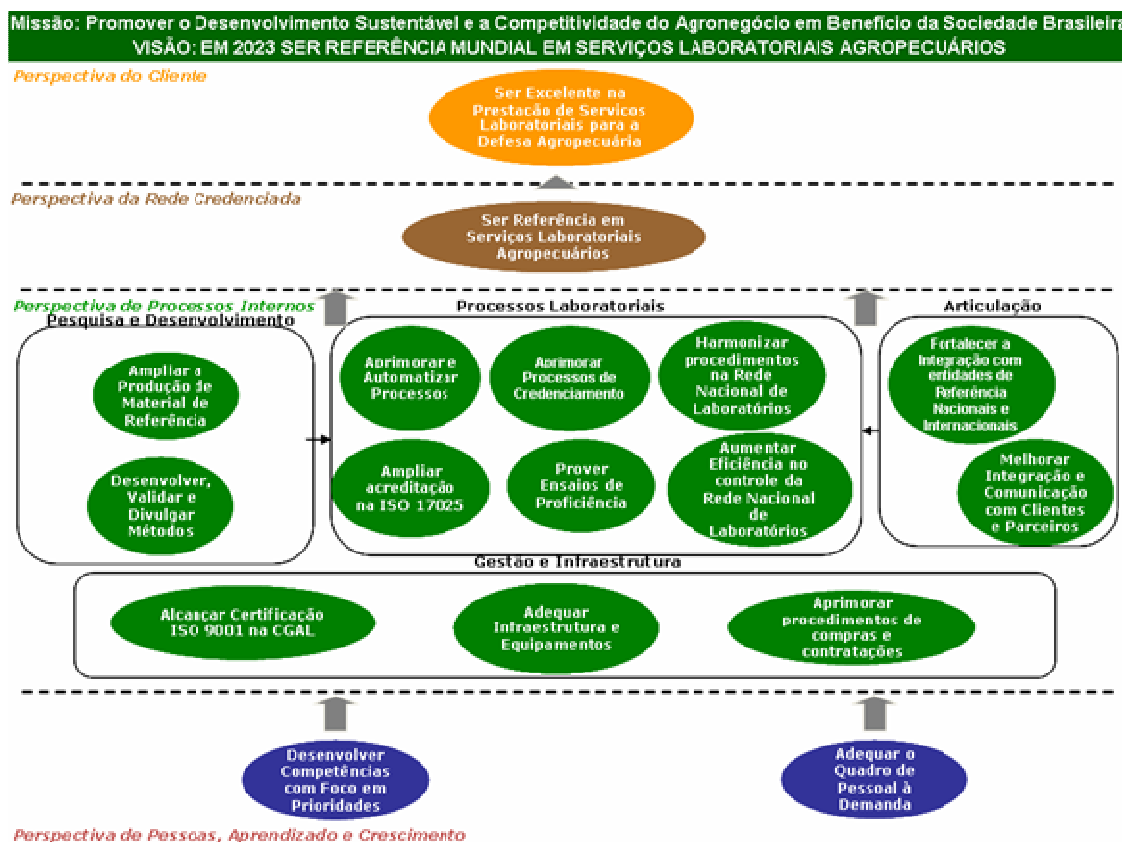


Figura A.2 - Mapa estratégico da CGAL e Lanagros

Para cada objetivo estratégico foram definidos indicadores pela própria CGAL, porém a mensuração dos mesmos ainda não está totalmente implementada, com exceção daqueles previstos no PPA, a saber:

PAD – Percentual de Atendimento à Demanda por Ensaio Laboratoriais (Objetivo Estratégico relacionado: “Ser Excelente na Prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária”)

PMV – Percentual de Métodos Validados (Objetivo Estratégico relacionado: “Desenvolver, Divulgar e Validar Métodos”)

A estratégia de atuação do Lanagro-SP é conduzida pela CGAL, que indica as prioridades em atendimento aos serviços clientes. Atualmente o Lanagro-SP executa, além das atividades de rotina para atendimento às ações de fiscalização e monitoramento da SDA, análises laboratoriais em atendimento a programas governamentais específicos.

Os objetivos estratégicos estão intimamente relacionados às atribuições regimentais dos Lanagros descritas na Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, conforme exemplificado a seguir:

Competência regimental:	Objetivos estratégicos relacionados:
I. Realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter materiais de referência.	-Ampliar a produção de materiais de referência/desenvolver. -Validar e divulgar métodos.
II. Realizar análises fiscais, periciais, monitoramento e de diagnóstico.	-Aprimorar e automatizar processos. -Harmonizar procedimentos na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários. -Ser referência em serviços laboratoriais agropecuários/Ser excelentes na prestação de serviços laboratoriais para a defesa agropecuária.
III. Garantir a implantação e implementação do sistema da garantia da qualidade.	-Ampliar acreditação na ISO 17.025. -Alcançar certificação ISO 9001 na CGAL.
IV. Garantir a implantação e implementação da gestão integrada de biossegurança em laboratórios.	-Adequar infra-estrutura e equipamentos
V. Promover ações de divulgação das atividades laboratoriais e de realização de eventos	-Melhorar integração e comunicação com clientes e parceiros.
VI. Elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas.	-Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais.
VII. Formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras.	-Aprimorar procedimentos de compras e contratações.

O Lanagro-SP encaminha mensalmente à CGAL a programação de recursos financeiros necessários para as despesas de manutenção da Unidade (gastos fixos). Com relação aos custos de investimento, materiais de consumo, equipamentos, aquisição de serviços, entre outros, os créditos são solicitados à CGAL através de formulário próprio, com as devidas justificativas.

A partir de 2014 será feito um acompanhamento mensal pela própria CGAL dos recursos financeiros executados em relação ao planejamento orçamentário.

b) Plano Tático

O Lanagro-SP possui uma Coordenação de Qualidade Total (CQT), com representantes de todas as Unidades técnicas e de apoio, que tem por finalidade planejar, supervisionar, coordenar, implementar e avaliar ações que visem o constante aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pelo Lanagro-SP e o bem-estar de seus colaboradores, contribuindo assim para que a Missão, Valores e Visão de Futuro do Lanagro-SP sejam implementados a contento. No ano de 2013 foram realizadas três reuniões da CQT (28/03, 27/06 e 03/10). Esta Coordenação possui cinco

Comissões, cujas principais finalidades estão descritas abaixo:

—Comissão de Gestão Estratégica (CGE): Planejar, propor e assessorar: Ações de Gestão Estratégica no Lanagro-SP em consonância com as diretrizes da Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA; Aplicação dos indicadores de desempenho institucional; Desenvolvimento de pessoas e clima organizacional. Cabe ressaltar que as atividades da CGE estiveram suspensas no período de abril a novembro de 2013 devido à dificuldade de identificar colaborador para assumir a presidência da mesma. A partir da nomeação do FFA Leandro Moretti (oriundo da SFA/SP), foi possível reativar a Comissão, uma vez que o mesmo está se dedicando em caráter de exclusividade aos trabalhos relativos à gestão estratégica.

—Comissão de Avaliação de Solicitação, Aquisição e Recebimento de Material e Serviços (CAMS): Planejar, propor e executar ações para avaliação sistemática e classificação dos fornecedores de materiais e serviços ao Lanagro-SP; Planejar, propor e executar ações para harmonização da descrição de materiais e serviços, a fim de facilitar o processo de aquisição dos mesmos; Participar do processo de avaliação, aquisição e recebimento de materiais e serviços.

—Comissão de Biossegurança (CBS): Fomentar a aplicação dos conceitos de biossegurança nas diferentes Unidades do Lanagro-SP; Orientar, baseado nas legislações vigentes, o correto descarte de produtos, materiais e insumos, levando-se em consideração aspectos de preservação ambiental; Orientar a correta contenção e processamento dos patógenos manipulados na Instituição; Orientar o cumprimento das normas de biossegurança, providenciando as condições para tal quando possível ou encaminhar os procedimentos recomendados à Coordenação e/ou demais Unidades do Lanagro-SP.

—Comissão de Comunicação (CCOM): Promover a divulgação do Lanagro-SP de modo a tornar a instituição mais conhecida pela sociedade; Elaborar um informativo mensal para divulgação de atividades do Lanagro-SP, bem como de assuntos de interesse da instituição; Organizar palestras técnicas, de interesse geral, de repasse de capacitações, de saúde e de relacionamento interpessoal; Organizar apresentações periódicas das Unidades que compõem o Lanagro-SP para divulgação das atividades e integração dos colaboradores; Elaborar lista atualizada de aniversariantes da instituição e divulgar os aniversariantes de cada dia; Divulgar agenda de eventos de interesse da instituição.

—Comissão Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): Planejar, propor e assessorar a execução de ações voltadas para atender os seguintes eixos temáticos: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão adequada dos resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Licitações sustentáveis.

Como parte da exigência da Norma ISO/IEC 17.025 (na qual o Lanagro-SP possui acreditação junto ao INMETRO desde 2009), o Lanagro-SP realiza ao menos uma vez por ano uma reunião denominada “Reunião de Análise Crítica da Alta Direção”. Nesta reunião o Coordenador, juntamente com a Coordenação Técnica, Divisão de Apoio Administrativo, Serviço de Apoio Laboratorial e Divisão Técnica Laboratorial, avaliam criteriosamente a gestão, apontando os principais avanços e oportunidades de melhoria, não apenas relacionados ao Sistema de Gestão da Qualidade, mas também em relação à gestão estratégica e demais componentes gerenciais. Em 2013, a reunião foi realizada no período de 06 a 07 de fevereiro. Na oportunidade foram registradas ações a serem implementadas para melhoria contínua da gestão.

Outra ação no nível tático tomada rotineiramente pelo Lanagro-SP é a realização de reuniões com os clientes a fim de harmonizar capacidade operacional com a demanda e tratar de outros assuntos como, por exemplo, irregularidade de amostras. No ano de 2013 foram realizadas 14 reuniões com clientes.

c) Plano Operacional

Ainda como parte do Sistema de Gestão da Qualidade, o Lanagro-SP possui uma estrutura de documentos composta por Manual da Qualidade, Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), Instruções de Trabalho (ITs), Métodos (METs) e Instruções de Uso (IUs), os quais norteiam os procedimentos adotados tanto na área técnica como administrativa.

Seria altamente desejável que o Lanagro-SP ou pelo menos a CGAL contasse com um “Escritório de Gestão de Projetos”, a fim de melhor gerenciar todos os projetos de pesquisa bem como de adequação de infra-estrutura a partir de ferramentas informatizadas específicas. No entanto, o manual de procedimentos para implementação do escritório de gestão de projetos ainda não foi finalizado no âmbito da AGE (Assessoria de Gestão Estratégica), inviabilizando sua criação no âmbito do Lanagro-SP e/ou CGAL até o presente momento.

O Lanagro-SP possui uma equipe destinada à manutenção de suas instalações físicas e de equipamentos. Sempre que necessário são firmados contratos com empresas especializadas para manutenção corretiva e preventiva de equipamentos específicos. Semelhantemente, o Lanagro-SP mantém contrato com empresa especializada para manutenção de equipamentos de informática e dispõe de uma Unidade de Informática, responsável pelo desenvolvimento de sistemas internos.

d) Vinculação ao PPA

Esta unidade está vinculada ao PPA 2012-2015 através do Programa 2028 (Defesa Agropecuária), por meio da execução física das ações de funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal que se dão através dos Processos Finalísticos Internos do Lanagro-SP que interagem com Ações distribuídas entre os objetivos-iniciativa do PPA 2012-2015 (Figura A.3).

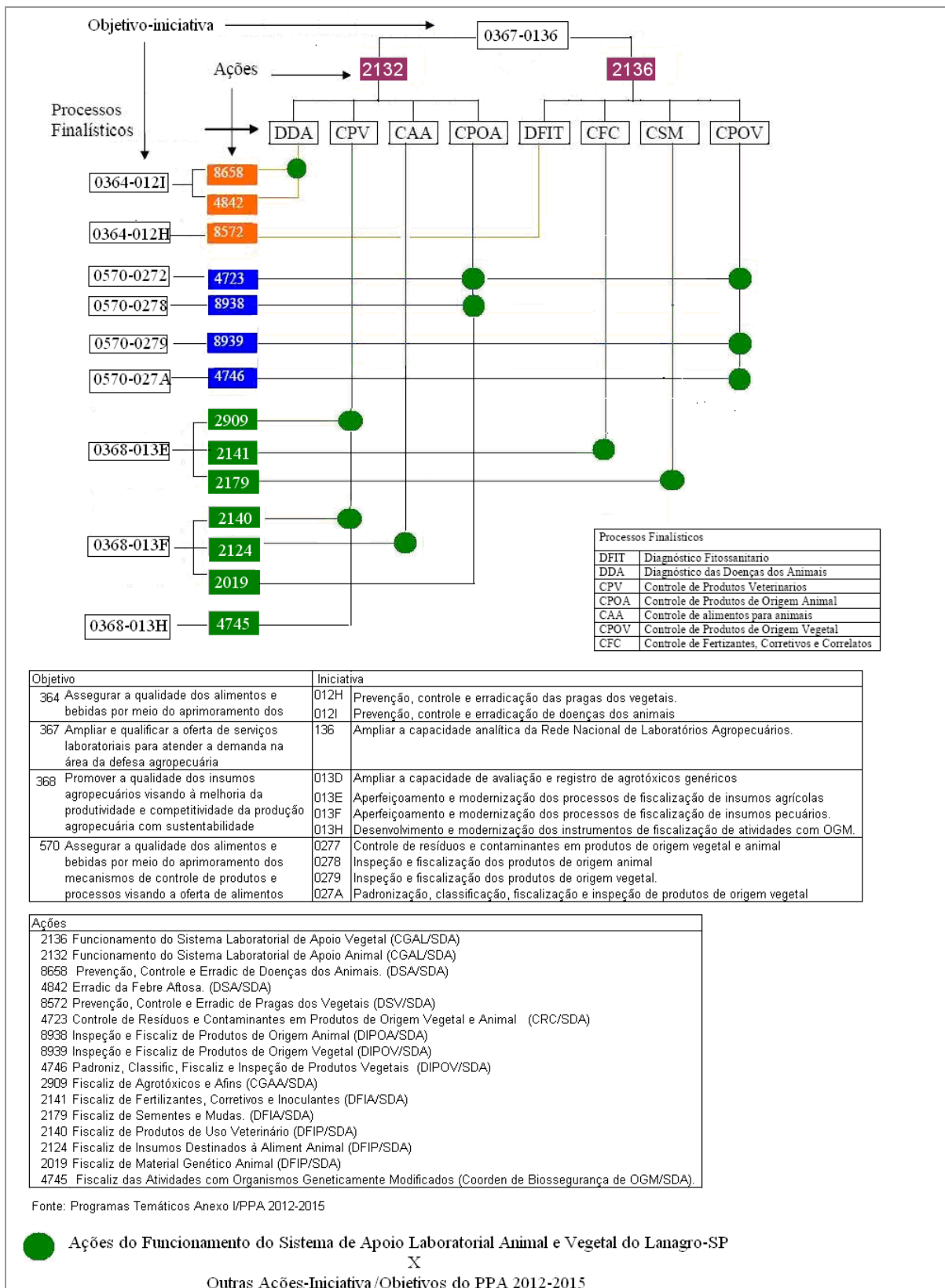


Figura A.3. Interação entre as ações 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e 2136- Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal e as outras Ações-Iniciativa/Objetivos do Programa Temático 2028-Defesa Agropecuária/MAPA PPA 2012-2015.

e) Principais objetivos para 2013

Descrevemos, a seguir, a síntese das principais realizações no exercício de 2013, relacionadas com os objetivos estratégicos do Lanagro-SP:

- Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo completo para construção de novo laboratório para as unidades que atendem ao Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo completo para adequação estrutural necessária para implementação do laboratório de inoculantes na base física de Jundiá – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Contratação de empresa especializada para executar adequação estrutural na sala dedicada à encarregada da empresa contratada para prestação de serviços de limpeza – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Substituição da linha de gases na base física de Jundiá – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Implementação da Unidade de Medicamentos Veterinários e Agrotóxicos, com previsão de início das análises fiscais no primeiro trimestre de 2014 – Objetivo estratégico: “Desenvolver, validar e divulgar métodos”;
- Melhoria na velocidade de transmissão de dados pela internet a partir da contratação da ampliação do link pela CGTI/SPOA/SE/MAPA – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Conclusão do “Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos”, patrocinado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Este programa permitiu a substituição de boa parte das lâmpadas da base física de Campinas do Lanagro-SP por lâmpadas mais eficientes. Com este programa e mais a redução das tarifas de energia elétrica pelo governo federal, houve uma diminuição na conta de luz de aproximadamente R\$ 12.700,00/mês – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Implantação do sistema informatizado para registro de não-confomidades, ações preventivas, melhorias e ações corretivas – Objetivo estratégico: “Aprimorar e automatizar processos”;
- Contratação de laboratórios credenciados para realizar análises de fertilizantes e corretivos, desafogando a rotina do Lanagro-SP – Objetivo estratégico: “Aumentar eficiência no controle da Rede Nacional de Laboratórios”;
- Validação/avaliação de desempenho e implantação de novos métodos em diversas áreas – Objetivo estratégico: “Desenvolver, validar e divulgar métodos”;
- Recebimento da revisão do projeto de reforma e ampliação do refeitório – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Manutenção de cooperação com o CNPq com fornecimento de bolsistas, cuja área de atuação foi ampliada para o diagnóstico animal, além da área de resíduos e contaminantes já atendida anteriormente – Objetivo estratégico: “Desenvolver, validar e divulgar métodos”;
- Implantação da sistemática de comunicação aos fornecedores quando do atraso da entrega de produtos adquiridos pelo Lanagro-SP – Objetivo estratégico: “Aprimorar procedimentos de compras e contratações”;
- Assinatura de novo contrato para prestação de serviços de manutenção predial, com a ampliação dos serviços prestados e inclusão de peças e serviços adicionais no contrato – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Assinatura de novo contrato para prestação de serviços de tecnologia da informação, com a contratação de empresa especializada em TI e não mais em fornecimento de mão-de-obra – Objetivo estratégico: “Aprimorar procedimentos de compras e contratações”;
- Contratação de empresa especializada para mapear os processos de compras no âmbito do

Lanagro-SP, o que subsidiará o desenvolvimento de sistema informatizado para acompanhamentos dos processos – Objetivo estratégico: “Aprimorar e automatizar processos”;
- Maior interação entre os Lanagros quando da aquisição de materiais e produtos por atas de registro de preços – Objetivo estratégico: “Aprimorar procedimentos de compras e contratações”;
- Finalização da manutenção corretiva das caldeiras geradoras de vapor – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Aquisição de 200 computadores e 62 impressoras – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Definição, pela primeira vez, de orçamento específico para cada Lanagro, incluindo o Lanagro-SP – Objetivo estratégico: “Aprimorar procedimentos de compras e contratações”;
- Celebração de novo contrato para prestação de serviços de transporte com a inclusão de um encarregado de transporte – Objetivo estratégico: “Adequar quadro de pessoal à demanda”;
- Elaboração de procedimento interno (IT COOR/001) para a atividade de fiscalização de contratos Lanagro – Objetivo estratégico: “Aprimorar procedimentos de compras e contratações”;
- Contínua evolução do sistema de gestão da qualidade do Lanagro-SP evidenciada através da avaliação histórica da adequação às políticas e procedimentos a partir das últimas reuniões de análise crítica – Objetivo estratégico: “Ampliar acreditação na ISO 17.025”;
- Recebimento de cinco missões internacionais (Iraque – março; Israel – abril; FVO - União Européia – maio; México – maio; Rússia - novembro), todas com resultados altamente satisfatórios, sem nenhuma indicação de não-conformidade – Objetivo estratégico: “Melhorar integração e comunicação com clientes e parceiros”;
- Realização da I Semana Interna de Prevenção de Acidentes (junho/2013) – Objetivo estratégico: “Desenvolver competências com foco em prioridades”;
- Participação em inúmeros ensaios de proficiência e testes intralaboratoriais com resultados altamente satisfatórios – Objetivo estratégico: “Ampliar acreditação na ISO 17.025”;
- Instalação do equipamento HPLC-ICP-MS, que possibilitará o início da validação do método para determinação de arsênio total e fração em pescados – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Aquisição dos seguintes equipamentos de laboratório: Estufas (R\$ 26.500,00) Cromatógrafo gasoso (R\$ 667.000,00); Freezers e geladeiras de uso laboratorial (R\$ 23.670,00); Equipamentos de medição (R\$ 1.800,00); Micropipetas (R\$ 551.729,36); Cromatógrafo líquido de alta eficiência (R\$ 192.182,00); Sistema de titulação potenciométrica (R\$ 390.000,00); Espectrofotômetro de Absorção Atômica (R\$ 240.000,00); Espectrômetro de infravermelho (R\$ 245.000,00); Sistema para digestão de amostras por energia de micro-ondas (R\$ 139.600,00); Capelas e cabines de segurança biológica (R\$ 225.963,00) – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
- Aumento na frequência de reunião entre os Coordenadores de Lanagros e o Coordenador-Geral, por meio de videoconferências, o que tem facilitado ainda mais o intercâmbio de experiências e cooperação na rede – Objetivo estratégico: “Melhorar integração e cooperação com clientes e parceiros”;
- Participação do Coordenador do Lanagro-SP na Rede Participativa em Saúde Silvestre, rede esta idealizada por pesquisadores da FIOCRUZ e que agrega representantes de diferentes instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão, além de representantes dos Ministérios da Saúde e Meio Ambiente – Objetivo estratégico: “Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais”;
- Participação da equipe técnica do Lanagro-SP na revisão do Manual de Métodos Oficiais de Análises de Fertilizantes e Corretivos, formando um grupo de especialistas com técnicos do MAPA e pesquisadores do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) – Objetivo estratégico: “Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais”;

<p>- Participação da Coordenadora Técnica do Lanagro-SP na reunião técnica “<i>Meeting on Risk analysis and food monitoring strategies for food safety</i>” - organizado pela Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA em cooperação com o Governo do Uruguai em Montevideo/Uruguai – Objetivo estratégico: “Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais”;</p>
<p>- Participação da Coordenadora Técnica do Lanagro-SP e da Responsável pela Unidade COI em treinamento sobre produção de material de referência para contaminantes inorgânicos no Laboratório de Referência para a União Européia - <i>EURL for Chemical Elements in food of animal origin</i> – Roma/Itália, promovido pela IAEA - <i>Internacional Atomic Energy Agency</i> – Objetivo estratégico: “Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais”;</p>
<p>- Participação da Coordenadora Técnica do Lanagro-SP e da Responsável pela Unidade COI no “<i>6th International Symposium on Recent Advances in Food Analysis (RAFA 2013)</i>” em Praga, República Tcheca – Objetivo estratégico: “Desenvolver competências com foco em prioridades”;</p>
<p>- Participação da responsável pela Unidade COI em duas missões internacionais (Vietnã e Países Baixos), as quais tiveram por objetivo avaliar sistemas de produção e controle de produtos agropecuários importados pelo Brasil – Objetivo estratégico: “Melhorar integração e cooperação com clientes e parceiros”;</p>
<p>- Participação da responsável pela Unidade ORG no Workshop “<i>Integrated Analytical Techniques to Control Contaminants in Food</i>”, realizado na IAEA – “Internacional Atomic Energy Agency” – Áustria – Objetivo estratégico: “Desenvolver competências com foco em prioridades”;</p>
<p>- Apresentação de inúmeros trabalhos científicos em congressos nacionais e internacionais – Objetivo estratégico: “Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais”;</p>
<p>- Participação do responsável pela Unidade MIC na Comissão Científica Consultiva em Microbiologia de Produtos de Origem Animal, instituída pela Portaria nº 17 de 25/01/2013 - SDA/MAPA – Objetivo estratégico: “Melhorar integração e cooperação com clientes e parceiros”;</p>
<p>- Organização de dois seminários internacionais no Lanagro-SP: “Seminário de atualização sobre Influenza aviária”, em parceria com a UBABEF e “Realização do Workshop “Raiva Animal: O papel do Governo e das Indústrias Fabricantes de Vacinas no controle da doença”, em parceria com o SINDAN – Objetivo estratégico: “Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais”;</p>
<p>- Oferecimento de inúmeras palestras por parte dos técnicos do Lanagro-SP em congressos, seminários, reuniões técnicas e encontros acadêmicos dentro e fora do Lanagro-SP – Objetivo estratégico: “Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais”;</p>
<p>- Oferecimento de treinamento prático na Unidade AVI para técnicos paraguaios a pedido do governo do Paraguai – Objetivo estratégico: “Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais”.</p>

Quanto às principais dificuldades encontradas no ano de 2013 e que colocaram em risco o cumprimento dos objetivos estratégicos da UJ, podemos destacar:

– Recursos humanos insuficientes (Objetivo estratégico: “Adequar quadro de pessoal à demanda”).

É notória a carência de servidores nas mais diferentes áreas de atuação do Lanagro-SP, seja nas atividades finalísticas, seja nas atividades de apoio administrativo. Com relação às atividades finalísticas, a carência é suprida há 15 anos por um contrato de prestação de serviços firmado entre o MAPA e a FUNDEPAG e quanto ao apoio administrativo, o Lanagro-SP mantém contrato desde 2012 com a FACTI. Em 15/03/2013 foi publicada a Portaria MPOG N. 74 autorizando a realização de concurso público para provimento de 60 vagas para agente administrativo, 184 vagas para técnicos de laboratório e 70 vagas para auxiliares de laboratório no âmbito dos Lanagros, ou seja,

em toda a rede e não apenas no Lanagro-SP. Esta Portaria foi revogada pela Portaria MPOG N. 327, de 16 de setembro de 2013, que incluiu 60 vagas para Fiscais Federais Agropecuários, a serem distribuídas entre os seis Lanagros. O Edital do concurso foi publicado em 21/01/2014 e o Lanagro-SP será contemplado com 40 vagas de técnicos de laboratório, 12 vagas de auxiliares de laboratório, 12 vagas de agentes administrativos e 10 vagas de FFAs. Estas vagas deverão ser destinadas para substituição do pessoal terceirizado. Considerando que atualmente o Lanagro-SP dispõe de 63 colaboradores do contrato MAPA x FUNDEPAG, as 52 vagas destinadas para técnicos e auxiliares de laboratório serão insuficientes, a não ser que o pessoal do Biotério seja contratado de forma independente, uma vez que não está claro se suas atribuições são compatíveis com a carreira de técnico de laboratório. Ainda que a legislação específica contemple a atividade de bioterismo para esses cargos, não está claro se a terceirização seria inviável. O Edital do concurso não prevê nas atribuições de técnicos e auxiliares de laboratório a atividade de bioterismo. A CGAL, como esfera técnica superior aos Lanagros, está sendo consultada neste sentido. Caso seja possível a contratação, o quantitativo de técnicos e auxiliares de laboratório previsto no concurso poderá ser suficiente para substituição do pessoal atualmente contratado pela FUNDEPAG. Caso esta contratação não se mostre viável, resta a alternativa de solicitar à CGAL o incremento imediato de 50% das vagas disponibilizadas. A iminência do término do contrato com a FUNDEPAG está produzindo um ambiente de grande ansiedade entre os colaboradores nas áreas técnicas, além do aumento considerável na rotatividade de funcionários com a crescente dificuldade de reposição. Com relação aos agentes administrativos, embora haja uma aparente carência por maior efetividade, especialmente com relação à atividade de compras, não é possível ainda mensurar o quanto esta carência é dependente do incremento de pessoal. Atualmente está sendo elaborado o mapeamento dos processos de compras por empresa especializada, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2014. Espera-se que este estudo subsidie a decisão com relação ao percentual de colaboradores terceirizados que deverá ser substituído com a nomeação dos novos agentes administrativos.

Se por um lado é altamente desejável a substituição do maior número possível de terceirizados, por outro seria bastante interessante poder contar com uma equipe maior, especialmente na área de compras, tendo em vista a demanda sempre crescente, além de áreas atualmente não contempladas ou contempladas de forma precária. Além da necessidade de alocar servidores para a fiscalização de contratos, especialmente os de mão-de-obra, é imprescindível a implementação da atividade de importação direta no âmbito da DAD. A importação direta de equipamentos e insumos através de projetos cadastrados no CNPq trará importante economia de recursos financeiros ao MAPA, porém atualmente não há servidor disponível para implementar esta atividade. Há necessidade ainda de alocar um servidor administrativo na área de Informática, a fim de atender orientações da consultoria jurídica, viabilizando futuramente um contrato de prestação de serviços ao invés de postos de trabalho. De acordo com a proposta de novo regimento interno dos Lanagros formulada pela CGAL, os Lanagros passarão a ter em sua estrutura uma seção de recursos humanos, possibilitando maior independência em relação às superintendências federais (SFAs), uma vez que atualmente é o serviço de RH das SFAs que elabora as folhas de pagamento dos servidores lotados nos Lanagros, dentre outras atividades. Da mesma forma atualmente não há servidor disponível para esta atividade. Considerando as demandas acima e a necessidade de substituição de colaboradores terceirizados, as 12 vagas previstas para o cargo de agente administrativo deverão ser assim distribuídas: Seção de Recursos Humanos (duas), Fiscalização de Contratos (uma), Levantamento de preços (uma), Protocolo (uma), Importação direta (uma), Dispensa de licitação (uma), Editais e pregões, incluindo treinamento para pregoeiro (duas), Almoxarifado (uma), Patrimônio (uma), Tecnologia da Informação (uma). Fica claro, portanto, que as 12 vagas a serem disponibilizadas não serão suficientes para a extinção dos terceirizados no âmbito administrativo, possibilitando apenas a redução do atual contrato.

—Problemas de infra-estrutura devido ao aumento das atividades nos últimos anos, especialmente para as Unidades que atendem ao PNCRC e Sanidade Aviária (Objetivo estratégico:

“Adequar infra-estrutura e equipamentos”): neste sentido seria apropriado que as principais demandas para adequação de infra-estrutura estivessem contempladas no PPA, a fim de facilitar a liberação de recursos financeiros para tal e a justificativa da aplicação do mesmo junto aos órgãos de controle da União.

—Dificuldade em cumprir com as metas de capacitação devido à: falta de recursos financeiros; atraso na tramitação de processos de capacitação no âmbito da SDA (vários treinamentos deixaram de ser realizados por perda de prazo); e restrições contratuais para capacitação dos terceirizados (Objetivo estratégico: “Desenvolver competências com foco em prioridades”).

—Necessidade de adequação à legislação ambiental, o que inclui: ligação à rede de esgoto da Prefeitura Municipal de Campinas; desativação do incinerador; obtenção de CADRIs para descarte de lâmpadas, de amostras, de carcaças de animais de experimentação e de outros resíduos sólidos; desativação do tanque de combustível (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”);

—Necessidade de melhorias nas condições de segurança principalmente nas instalações da base física de Campinas (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Atraso no andamento da obra para construção do novo laboratório da Unidade de Sanidade Aviária (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”). Houve a necessidade de suspensão do contrato por 90 dias, prorrogada por mais 60 dias, cujo prazo expira em março de 2014. A paralisação da obra foi necessária para atendimento às orientações da consultoria jurídica no sentido de contratar empresa especializada para realizar estudo de atualização dos valores da planilha orçamentária bem como avaliar a pertinência da realização de nova licitação. Este serviço já foi contratado e encontra-se em andamento. Este estudo subsidiará a decisão por manter o atual contrato com os devidos aditivos ou cancelá-lo, abrindo novo processo licitatório.

—Necessidade de adequação estrutural na sala de lavagem das Unidades ALA e POA (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de finalização da implantação do sistema informatizado de registro de amostras na base física de Jundiaí (Objetivo estratégico: “Aprimorar e automatizar processos”).

—Dificuldade na aquisição de insumos de forma mais ágil para desenvolvimento dos trabalhos pelos bolsistas CNPq (Objetivo estratégico: “Desenvolver, validar e divulgar métodos”).

—Necessidade de aquisição de novo sistema de PABX (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de adequação estrutural na portaria, recepção de amostras e estacionamento tanto da base física de Campinas, como na de Jundiaí (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de adequação estrutural do Biotério (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de adequações na estrutura física do almoxarifado (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de identificar espaço para arquivo morto (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de contratação de serviço de vigilância eletrônica (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de ampliação da estrutura física de toda a área administrativa do Lanagro-SP (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de adequação dos sistemas de ar condicionado, especialmente nas unidades AVI, MIC e CVR, e da rede de alimentação elétrica, especialmente nas unidades de análises físico-químicas (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de atualização do sistema informatizado do almoxarifado - sistema ASI (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”). A atualização já foi adquirida

pela CGTI e a instalação e treinamento estão previstos para o primeiro semestre de 2014.

—Necessidade de atualização de versão do sistema operacional do Windows e do pacote Office (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de adequação estrutural no prédio onde é realizado o tratamento de água para uso laboratorial (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de adequação às normas do corpo de bombeiros nas bases físicas de Campinas e Jundiaí (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Ausência de sistema eletrônico para registro de ponto dos servidores do MAPA (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Necessidade de firmar contrato para manutenção preventiva/corretiva de autoclaves e de cabines de segurança biológica/capelas de exaustão (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

—Atraso na implantação de sistema informatizado para controle de veículos (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

Para mitigar os riscos identificados acima, a Alta Direção do Lanagro-SP registrou uma série de ações a serem adotadas a partir da Reunião Anual de Análise Crítica, definindo metas e responsabilidades, conforme procedimentos definidos pelo sistema de gestão da qualidade.

Quanto à situação imobiliária cabe informar que não houve qualquer alteração, mesmo com a desativação do SLAV-PR, uma vez que este imóvel já estava patrimoniado na SFA/PR.

Cabe destacar como aspecto altamente favorável a publicação da Portaria MAPA Nº 334, de 24 de maio de 2013, que delegou competência aos coordenadores de Lanagros para autorizar gastos de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), tendo em vista o disposto no Decreto Nº 7.689, de 02 de março de 2012. Tal Portaria conferiu maior dinamismo nas aquisições diversas realizadas pelo Lanagro-SP, uma vez que a aprovação por parte da Secretaria Executiva do MAPA estava ocorrendo de forma muito morosa.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.

2.2.1 Programa Temático

Não se Aplica a esta UJ

2.2.2 Objetivo

Quadro A.2.2.2 – Objetivo

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuário, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária					
Código	22000	Órgão	MAPA			
Programa	Defesa Agropecuária			Código	2028	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
15	Taxa de atendimento à demanda por validação de método	%	46	NA	NA	NA
16	Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais	%	85	NA	NA	NA
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
15	Taxa de atendimento à demanda por validação de método	%	46	35,4	35,4	77,0
16	Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais	%	85	89,8	86,1	101,3

Metas qualitativas

As metas relacionadas às atividades laboratoriais estão inseridas no Objetivo 0367 (Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuário, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária) do Programa 2028 (Defesa Agropecuária). O MAPA é o órgão responsável pelo monitoramento do Objetivo e a CGAL é a unidade responsável pelo monitoramento das metas afetas à atividade laboratorial para 2015, que são as seguintes:

- Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;
- Aumentar de 305 para 610 o número de ensaios realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025;
- Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados.

As informações referentes ao monitoramento e análise situacional destas metas são de responsabilidade da CGAL e constam no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – MPOG).

Análise Situacional

Embora o Lanagro-SP não seja o órgão responsável pelo monitoramento do Objetivo 0367, julgamos pertinente informar como “meta regionalizada” os resultados obtidos para os indicadores quantitativos mencionados no Quadro A.2.2.2, tendo em vista que estes dados irão compor os indicadores monitorados pela CGAL.

Os resultados apresentados no Quadro A.2.2.2 demonstram, de uma forma geral, que as

metas estabelecidas no PPA estão sendo cumpridas a contento no âmbito do Lanagro-SP.

Com relação à meta “Taxa de atendimento à demanda por validação de método”, as Unidades ALA, POA, MIC e CVR não possuem nenhum método validado/avaliado, embora utilizem métodos normatizados. No entanto, é entendimento da UGQ e CTEC de que se faz necessária uma avaliação de desempenho, mesmo para métodos normatizados. Em contrapartida as Unidades COI, ORG e RDV possuem 100% dos métodos validados. As demais unidades estão validando/avaliando os métodos paulatinamente, apesar da dificuldade relacionada à ausência de protocolos que definam os parâmetros que devam ser considerados para avaliação de desempenho para ensaios biológicos. Cabe ressaltar a atuação dos bolsistas do CNPq nos processos de validação de métodos, bem como a existência de ITs da CTEC que instruem como deve ser realizada a avaliação de desempenho de métodos de biologia molecular e para aqueles empregados pelas Unidades ALA, POA, BEB e FET.

No tocante à meta “Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais”, o quantitativo de amostras rejeitadas tem se mantido em níveis aceitáveis. Os programas oficiais determinam critérios de aceitabilidade de amostras, os quais são verificados pela Unidade de Recepção de Amostras quando do registro das mesmas e também nos laboratórios onde serão processadas. Os motivos de rejeição incluem: violação de lacre, temperatura inadequada, amostra encaminhada fora da programação, embalagem violada, entre outros. Dependendo do tipo de amostra é emitido um “Termo de Rejeição” ou então ofícios para que os clientes responsáveis pela colheita sejam notificados dos motivos da rejeição. Além disso, este assunto sempre é discutido nas reuniões periódicas com os clientes.

Um outro fator que pode influenciar o cálculo deste indicador é o atraso no envio de resultados, uma vez que não são computadas no numerador as amostras já recebidas com processamento em andamento e nem as amostras recebidas e já processadas, porém com resultado ainda não emitido. Em alguns casos tem havido atraso considerável no envio de resultados, especialmente para as amostras de vigilância ativa para o diagnóstico da doença de Newcastle e influenza aviária devido ao acúmulo de amostras em determinado período decorrente da falta temporária de insumos.

Houve uma situação pontual que acarretou no acúmulo de amostras na Unidade POA em função de uma falha de comunicação com o cliente e com a CGAL com consequente remessa de amostras em quantidade superior à capacidade de processamento no Lanagro-SP, as quais foram descartadas.

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações OFSS

Não se aplica a esta UJ

2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS (Valores em R\$ 1,00)

Identificação da Ação							
Código	20ZW		Tipo: Atividade				
Descrição	Promoção da Defesa Agropecuária						
Iniciativa	04BQ-Promoção da Defesa Agropecuária						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais de defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional -						Código: 0366
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	130102-Lanagro-SP						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira(em R\$ 1,00)							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Process
0001/Nacional	17.224.777,78	18.067.704,08	18.067.704,08	10.168.826,11	9.398.716,02	770.110,09	7.898.877,97
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			Realiz
				Previsto (1)	Reprogramado		
0001/Nacional	Realização das análises		ensaio	10.998.435	NA		7.059.386
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realiz
0001/Nacional	19.803.254,56	7.542.274,96	0,0	NA		NA	NA

(1) O montante previsto é resultado de um valor estimado pelo MPOG, para a Rede de Laboratórios, rateado entre os seis Lanagros de acordo com a proporção de realizações nos anos anteriores. As metas previstas e adicionadas à época de confecção do relatório de gestão 2012 foram 10.900.994 de ensaios para a rede credenciada e 97.441 ensaios para o Lanagro-SP.

(2) Entre 1o. de janeiro e 31 de dezembro as realizações do Lanagro - SP e Laboratórios Credenciados corresponderam a 7.059.386 ensaios, ou seja, 64,19% do previsto. Isto porque nessa previsão constava a informação de um programa de qualidade do leite do Estado do Paraná que deixou de informar as suas realizações em 2013. Desses 7.059.386 de ensaios, o Lanagro-SP realizou 1,40% (99.073 ensaios) e os Laboratórios credenciados 6.960.313 (98,61% ensaios).

Fonte: SIAFI/SPEO/DAD/Lanagro-SP e CTEC/Lanagro-SP

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Não se aplica a esta UJ.

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI

Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento (Valores em R\$ 1,00)

Identificação da Ação							
Código	20ZW						Tipo:Atividade
Título	Promoção da Defesa Agropecuária						
Iniciativa	04BQ						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais de defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional						Código: 0366 Tipo: Atividade
Programa	Defesa Agropecuária						Código: 2028 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	130102 – Laboratório Nacional Agropecuário						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.773.566,47	6.051.723,83	6.051.723,83	Laboratório mantido	unidade	1	1	1

Fonte: SIAFI/SPEO/DAD/Lanagro-SP

2.2.3.5 Análise Situacional

O valor dotado inicialmente para investimentos no Lanagro-SP era suficiente apenas para o pagamento de aditivos à obra em andamento para construção de um novo laboratório para atendimento à Unidade de Sanidade Aviária do Lanagro-SP. Com a publicação do Decreto de 24 de setembro de 2013, através do qual o Governo Federal liberou o montante de R\$ 40.400.000,00 para modernização dos laboratórios oficiais do MAPA, foi possível atender a uma parcela considerável da demanda por recursos de investimentos do Lanagro-SP, os quais foram assim distribuídos:

a) Aditivo referente à obra em andamento para construção de um novo laboratório para atendimento à Unidade de Sanidade Aviária do Lanagro-SP (R\$ 425.581,31): esta obra contempla um novo laboratório de nível de biossegurança NB3, permitindo o aumento de capacidade operacional para o diagnóstico de doenças aviárias e adequação aos conceitos mais modernos, conferindo maior segurança no manuseio de vírus como os da Doença de Newcastle e Influenza Aviária. O aditivo foi necessário para pagamento da taxa de administração local da obra, tendo em vista a prorrogação da vigência contratual advinda da necessidade de revisão do projeto em atendimento às orientações técnicas da Comissão criada no nível do MAPA para acompanhamento do projeto.

b) Aquisição de equipamentos de laboratório:

- Estufas (R\$ 26.500,00): modernização do laboratório de controle de vacinas antirrábicas (substituição de equipamentos antigos).

- Cromatógrafo gasoso (R\$ 667.000,00): modernização do laboratório de análises de bebidas permitindo a ampliação do escopo de análises não realizadas atualmente, como , por exemplo, a determinação de carbamato de etila em alcóolicos destilados, principalmente cachaça.

- Equipamentos de refrigeração (R\$ 23.670,00): substituição de freezers e geladeiras convencionais por equipamentos de uso especializado em laboratório, conferindo maior segurança no armazenamento de amostras e reagentes.
 - Equipamentos de medição (R\$ 1.800,00): aquisição de termômetros e termorregistradores em atendimento às exigências do sistema de gestão da qualidade.
 - Micropipetas (R\$ 551.729,36): substituição de equipamentos obsoletos, especialmente para atendimento às Unidades de Controle de Vacinas Antirrábicas e Sanidade Aviária.
 - Cromatógrafo líquido de alta eficiência (R\$ 192.182,00): necessário à implementação de análise de conformidade de produtos agrotóxicos. O Lanagro-SP contava com apenas um equipamento compartilhado para validações e análises de medicamentos veterinários e agrotóxicos. Com a aquisição deste equipamento estas atividades poderão ser realizadas em equipamentos exclusivos, aumentando assim a capacidade operacional e agilizando a validação de novos métodos.
 - Sistema de titulação potenciométrica (R\$ 390.000,00): modernização da Unidade de Análises Físico-Química de Produtos de Origem Animal, permitindo realizar análises para determinação de proteína com muito mais rapidez do que com o equipamento atual, ampliando assim a capacidade operacional para essa análise.
 - Espectrofotômetro de Absorção Atômica (R\$ 240.000,00): modernização do laboratório de análises de fertilizantes e corretivos, permitindo ampliar escopo de análises, como por exemplo, determinação de molibdênio e pesquisa de contaminantes em fertilizantes.
 - Espectrômetro de infravermelho (R\$ 245.000,00): permitirá a validação de métodos rápidos de triagem para análise de medicamentos veterinários e produtos agrotóxicos, conferindo maior agilidade aos testes e, conseqüentemente, aumento da capacidade operacional.
 - Sistema para digestão de amostras por energia de micro-ondas (R\$ 139.600,00): modernização do laboratório de análises de fertilizantes e corretivos, permitindo ampliar escopo de análises, como por exemplo, pesquisa de contaminantes em fertilizantes orgânicos, além da melhoria do processo de preparo de amostras para determinação de micronutrientes em amostras de fertilizantes orgânicos fluidos.
 - Capelas e cabines de segurança biológica (R\$ 225.963,00): substituição de equipamentos obsoletos, aumento da capacidade de preparo de amostras e instalação de equipamento para a implementação da análise de inoculantes agrícolas.
 - Outros equipamentos de laboratório (R\$ 11.470,00): substituição de equipamentos de baixa complexidade obsoletos.
- c) Equipamentos de ar condicionado (R\$ 35.139,00): substituição de equipamentos em mal funcionamento e aquisição de compressores para conserto de sistemas de ar condicionado central das Unidades da área biológica.
- d) Computadores e impressoras (R\$ 819.034,38): aquisição de 200 computadores e 62 impressoras, suficientes para renovação total no âmbito do Lanagro-SP. Além de computadores e impressoras foram adquiridos outros equipamentos de informática, como switches de rede, por exemplo.
- e) Mobiliário (R\$ 9.075,00): aquisição de móveis necessários à finalização da adequação da estrutura para instalação do equipamento HPLC – ICP – MS, a ser utilizado para validação do método para determinação de arsênio total e fração em pescado.

Face ao acima exposto ficam evidentes os benefícios para o Lanagro-SP da aplicação dos recursos de investimentos liberados no final de 2013, apesar da dificuldade decorrente do pouco tempo disponível para a finalização dos pregões. Os recursos não foram suficientes para atendimento a toda a demanda por equipamentos e obras de engenharia, portanto, esperamos a disponibilização dos R\$ 10.000.000,00 previstos no orçamento do Lanagro-SP para o exercício de 2014 a fim de dar continuidade ao processo de modernização absolutamente necessário se

considerarmos a idade das instalações (35 anos), o crescente aumento da demanda e o objetivo de se tornar laboratório de referência nacional e internacionalmente reconhecido conforme previsto no mapa estratégico da CGAL.

Ainda sobre a obra em andamento para construção de um novo laboratório (incluindo uma área biossegura NB3) para atendimento à Unidade de Sanidade Aviária do Lanagro-SP, cabe um histórico mais detalhado.

Em agosto de 2008 foi aprovado pelo Lanagro-SP a entrega do projeto executivo completo referente à tomada de preços 002/2006. Em setembro de 2008 foi elaborado Edital visando a contratação de empresa especializada para execução da obra. Após atendimento às recomendações da consultoria jurídica da União (incluindo obtenção de documentos junto à Prefeitura de Campinas, o que atrasou consideravelmente o processo) foi publicado o Edital da Concorrência 001/2008, em 19/10/2009. Cinco empresas participaram do processo, sendo duas delas desclassificadas na fase de habilitação e outras duas na fase de avaliação das propostas. Assim sendo, o empenho foi feito em nome da única empresa habilitada no dia 16/12/2009.

Tendo em vista que havia urgência na execução do empenho, a Comissão de Licitação não avaliou item por item da planilha de preços das empresas, mas tão somente grupos de itens (ex.: materiais elétricos, hidráulicos, fundação, equipamentos etc.), sendo este o critério utilizado na desclassificação das empresas. Ocorre que, de acordo com recurso administrativo apresentado por uma empresa participante do certame em 21/12/2009, a empresa que havia sido declarada vencedora também havia infringido o Edital, pois informou alguns itens da planilha acima do valor de referência. Desta forma, a Comissão de Licitação considerou esta empresa como desclassificada e, após avaliação criteriosa junto à CJU-SP, decidiu-se contratar uma empresa especializada para fazer uma avaliação dos itens que cada empresa cotou acima do valor de referência para saber se de fato estavam acima do valor de mercado. Com isso, esperava-se rever a desclassificação das três empresas e considerar a empresa com menor preço global como a vencedora. Por esta razão, e como medida cautelar, no dia 24/12/2009 foi cancelado o empenho em nome da empresa que havia sido declarada vencedora e fez-se novo empenho em nome da empresa com menor preço global.

No dia 13/01/2010 tivemos a resposta da empresa contratada para fazer o estudo do mercado, que constatou que as três empresas de fato utilizaram valores acima do mercado para pelo menos um item. Desta forma, não havia outra alternativa que não manter a desclassificação das três empresas e convocá-las para apresentar novas propostas. Foi agendado então para o dia 02/02/2010 a abertura das novas propostas. Neste dia, a empresa que havia apresentado o menor preço global (e para quem havia sido feito o empenho) se atrasou e perdeu a oportunidade de participar do processo (mais de uma hora de atraso). Uma outra empresa foi novamente desclassificada por descumprir o Edital, sendo a empresa Construtora e Incorporadora Squadro Ltda. declarada vencedora do certame, com valor da proposta em R\$ 12.634.495,68 (resultado publicado em diário oficial no dia 09/02/2010). Assim sendo, houve necessidade de cancelar o empenho que havia sido feito em nome de outra empresa e o recurso financeiro disponível foi automaticamente devolvido à União (por se tratar de recurso referente ao exercício 2009).

A empresa RTA Engenharia e Construções Ltda. entrou com recurso administrativo alegando que a empresa Squadro teria descumprido o Edital ao oferecer valores unitários superiores à planilha de referência, recurso este indeferido pela Coordenação do Lanagro-SP, com base em estudo técnico contratado pelo Lanagro-SP e devidamente comunicado às empresas participantes em momento oportuno. Entretanto, no dia 03/03/2010 o Desembargador Federal Relator Nery Júnior (Tribunal Regional Federal 3ª região) concedeu efeito suspensivo pleiteado pela empresa RTA, referente à alegação da mesma de que teria sido injusta sua inabilitação referente à capacitação técnica. Desta forma, a Comissão de Licitação teve que abrir a proposta desta empresa em atendimento à decisão judicial e às orientações da AGU.

A proposta da empresa RTA foi aberta no dia 19/04/2010. Embora a proposta da empresa RTA tenha valor inferior à da empresa Squadro, ela também apresentou-se irregular, infringindo o

Edital. Por esta razão, o processo foi encaminhado à CJU-SP em 26/04/2010, para emissão de parecer referente às ações administrativas a serem tomadas. A partir das informações prestadas pela consultoria jurídica a Comissão de Licitação desclassificou a proposta da empresa RTA no dia 12/07/2010, porém a mesma apresentou recurso contra a decisão da Comissão de Licitação.

No dia 13/09/2010 o Coordenador do Lanagro-SP participou de audiência com o Desembargador Dr. Nery Júnior, juntamente com representantes da AGU. Nesta ocasião, foram demonstrados os motivos pelos quais a Administração entendeu como descabida a contestação por parte da empresa RTA com relação à sua inabilitação. Foi comentada também a importância da obra e a necessidade de urgência na decisão judicial, haja vista que a liminar concedida estava inviabilizando o andamento do processo. O Desembargador se mostrou sensível ao caso e solicitou que a AGU reencaminhasse a petição para que a decisão fosse reformulada. Depois disso a empresa RTA desistiu da ação e finalmente o contrato pode ser assinado com a Construtora Squadro em 21/12/2010, e a obra finalmente teve início em 10 de janeiro de 2011.

Após o início das obras, a Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA nomeou, a pedido do Lanagro-SP, uma “Comissão de Acompanhamento e Recebimento da Execução da Obra de Construção de um novo laboratório para atendimento à Unidade de Sanidade Aviária do Lanagro-SP” (Portaria SDA/MAPA nº 76, de 24/03/2011). Esta Comissão se reuniu pela primeira vez no dias 30 e 31/05/2011 e propôs uma série de alterações ao projeto original considerando atualizações técnicas aos novos conceitos de biossegurança, aumento de demandas pelo serviço de defesa sanitária animal e necessidades identificadas a partir de consultoria advinda do projeto de cooperação firmado entre o Lanagro-SP e o laboratório de referência da OIE NVSL (USDA/EUA).

Sendo assim, foi agendada uma reunião com representantes da empreiteira, da comissão de acompanhamento e o projetista responsável no dia 28/06/2011, quando se decidiu pela necessidade de contratação de empresa especializada para executar tais adequações. O Lanagro-SP julgou apropriado, com o aval da consultoria jurídica, contratar sem licitação a empresa do arquiteto responsável pelo projeto (esclarecendo que o mesmo não pertencia mais ao quadro de pessoal da empresa responsável pelo projeto). Foi então firmado o Contrato Lanagro-SP 033/2011 em 14/12/2011.

Embora tenha havido consenso, entre todas as partes envolvidas, de que não haveria necessidade de interromper a obra naquela ocasião, uma vez que as mudanças propostas não afetariam o cronograma de execução da obra, devido ao tempo transcorrido entre a apresentação da proposta vencedora do certame e o início das obras. A Contratada solicitou reajuste global de preços, o qual foi concedido com base no índice INCC após consulta à CJU-SP e reunião realizada com seu Coordenador, Coordenador-Geral da CGAL e representantes da empreiteira em 07/11/2011. Assim, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo em 14/12/2011, no valor de R\$ 995.092,88, aumentando o valor total do contrato para R\$ 13.629.588,56.

Entretanto, houve atraso considerável na entrega da revisão do projeto, cujo prazo estimado inicialmente em 60 dias, foi prorrogado três vezes. O primeiro aditivo prorrogou o contrato em 90 dias. Tal prorrogação se fez necessária principalmente devido a uma mudança radical nos conceitos aplicados ao projeto de ar condicionado do laboratório NB3, conforme orientações da Comissão. Houve a necessidade de refazer completamente o projeto de ar condicionado, o qual constitui a peça mais crítica, relevante e complexa de um laboratório biosseguro, uma vez que tal sistema deve garantir que não haja escape viral via tubulação de ar.

A segunda prorrogação de prazo contratual (60 dias) foi uma consequência natural da anterior. Com a modificação completa do projeto de ar condicionado, houve aumento altamente significativo no quantitativo de perfurações na laje do laboratório NB3. Este fato poderia acarretar em fragilidade estrutural com consequências desastrosas ao laboratório, de tal forma que houve a necessidade de fazer um projeto para reforço da estrutura, conforme avaliado e aprovado pela Comissão de Fiscalização em 17/05/2012.

A terceira e última prorrogação de prazo contratual (90 dias) se fez necessária, uma vez que

entre os dias 24 e 25/05/2012, a “Comissão de Acompanhamento” se reuniu para avaliar o projeto revisado e detectou a necessidade de novos ajustes, conforme detalhado em memória de reunião.

Como consequência imediata destas prorrogações no prazo de entrega da revisão do projeto, o contrato com a empreiteira precisou ter também seu prazo prorrogado (Segundo Termo Aditivo, assinado em 10/03/2012).

A revisão do projeto gerou a necessidade de aditivos de valor ao contrato da obra, seja pela inclusão de serviços, seja devido ao atraso da obra e conseqüente necessidade de pagamento adicional da taxa de administração local da obra. Em função do Decreto 7.689/2012, as propostas de aditivos no valor de R\$ 901.752,39 (sendo R\$ 383.408,19 referentes a acréscimos de serviço e R\$ 518.344,20 referente à administração local da obra para o período de março a dezembro de 2012) foram submetidos à aprovação da Secretaria Executiva do MAPA em setembro de 2012.

Mais uma vez o Lanagro-SP considerou como desnecessária a paralisação da obra, pois esperava que a aprovação destes aditivos ocorresse rapidamente no âmbito da Secretaria Executiva do MAPA de tal forma que a obra pudesse retomar seu ritmo normal. Nesta altura dos acontecimentos a obra já estava em ritmo bastante reduzido, no aguardo da aprovação dos aditivos pelo MAPA. Entretanto, infelizmente esta aprovação não ocorreu no tempo desejado.

Somente em 14/11/2012 o Coordenador-Geral de Logística e Serviços Gerais (CGSG/SPOA/SE/MAPA) emitiu parecer técnico sobre os aditivos, fazendo uma série de ressalvas à aprovação dos aditivos. O processo foi devolvido à CGAL para esclarecimentos em 26/11/2012 e ao Lanagro-SP em 08/01/2013.

O Lanagro-SP então agendou reunião na CJU-SP para debater o teor do despacho do Coordenador-Geral de Logística e Serviços Gerais. Em reunião realizada em 21/01/2013, foi esclarecido que o processo não precisaria ter sido encaminhado para a Secretaria Executiva, por se tratar de contrato de investimento e não de custeio. Entretanto, seria de bom alvitre responder os questionamentos apontados e devolver o processo para nova apreciação pelo Comitê de Análise de Processos de Contratação, criado pela Secretaria Executiva do MAPA.

Assim sendo, o Lanagro-SP providenciou os devidos esclarecimentos e encaminhou o processo para análise pela CJU-SP em 30/01/2013 antes de devolvê-lo à Secretaria Executiva. O processo retornou ao Lanagro-SP em 13/02/2013 com novas recomendações de adequações e justificativas as quais foram plenamente respondidas e o processo devolvido à Secretaria Executiva em 01/03/2013. A CGAL encaminhou o processo para a CGSG/SPOA/SE/MAPA em 04/04/2013, com fortes recomendações para aprovação dos aditivos uma vez que a demora para a aprovação estava prejudicando imensamente o curso da obra e onerando os cofres públicos.

Em 18/04/2013 o Coordenador-Geral de Logística e Serviços Gerais fez novo despacho se eximindo da responsabilidade da aprovação dos aditivos em função do parecer da CJU-SP que afirmou não se tratar de processo passível de aprovação pela Secretaria Executiva conforme Decreto 7.689/2012, afirmando ser responsabilidade do Coordenador do Lanagro-SP tal aprovação.

Após retorno do processo ao Lanagro-SP foi assinado o Terceiro Termo Aditivo (no valor de R\$ 383.408,19 referentes a acréscimos de serviço) e o Quarto Termo Aditivo (no valor de R\$ 518.344,20 referente à administração local da obra para o período de março a dezembro de 2012), ambos assinados em 08/05/2013.

Considerando toda a demora para a aprovação destes aditivos, foi necessário prorrogar mais uma vez o prazo contratual, o que foi feito através do Quinto Termo Aditivo, assinado em 29/05/2013.

Foi realizada nova reunião na CJU-SP em 25/06/2013 para discutir as propostas de novos aditivos encaminhadas pela Construtora. Tais solicitações de aditivos tiveram as seguintes motivações: cobrança da taxa de administração local da obra para o período de janeiro a dezembro de 2013; novo reajuste referente à re-equilíbrio econômico-financeiro ao contrato, motivado pelo atraso na execução das obras; inclusão de novos serviços, materiais e equipamentos decorrentes da revisão do contrato. Neste momento a aprovação dos reajustes significaria um acréscimo superior a

25% do valor contratado inicialmente.

Nesta reunião o Coordenador-Geral da CJU-SP recomendou que o Lanagro-SP avaliasse a pertinência da rescisão contratual e depois re-encaminhasse o processo para nova análise jurídica.

Em 11/07/2013 o Coordenador do Lanagro-SP se reuniu com a Comissão de Fiscalização da Obra no âmbito do Lanagro-SP para deliberar sobre o assunto e concluíram que a rescisão não seria a decisão mais vantajosa para a Administração pelos seguintes motivos:

Necessidade de pelo menos seis meses para concretização de processo licitatório. Além da necessidade de mobilizar recursos humanos, escassos para tal, a paralisação da obra por si só acarretaria em um custo de, no mínimo, R\$500.000,00 devido ao futuro reajuste e a reparação de danos aos materiais no canteiro de obras;

Possibilidade de incompatibilidade entre a nova contratada e a antiga, de difícil solução, em casos de utilização de diferentes critérios e procedimentos construtivos, acarretando em mais tempo e em retrabalho, onerando ainda mais a obra;

Necessidade de tempo de adaptação por parte da nova contratada até que tenha se familiarizado com o projeto e com o atual estágio da obra;

Possibilidade de ônus em função do pagamento de indenizações à contratada, além do risco da mesma mover ação judicial, o que poderia paralisar todo o processo licitatório por tempo indeterminado, mesmo por que está muito claro que tanto a necessidade de prorrogação do prazo contratual como dos aditivos de valor não foram decorrentes de descumprimento das obrigações da contratada;

Como se não bastassem os prejuízos financeiros aos cofres públicos, o adiamento da conclusão da obra pela rescisão contratual acarretaria em sérios prejuízos às ações de Defesa Sanitária Animal. O laboratório em construção terá por finalidade a realização do diagnóstico de doenças de grande impacto econômico e para saúde pública com destaque para a influenza aviária. Atualmente o Lanagro-SP já atua nesta área, no entanto, o futuro laboratório permitirá ampliação da capacidade operacional, além de dar maiores garantias quanto aos aspectos de biossegurança. Além da preocupação com a possibilidade de introdução no país de cepas virais altamente letais para aves e para o ser humano, tal como a variante H5N1 do vírus de influenza aviária (altamente endêmico em diversos países da Ásia). Recentemente a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou alerta quanto ao surgimento de uma nova linhagem do vírus da influenza – H7N9 de origem aviária e que vem ocasionando mortalidade em seres humanos no continente asiático, que eventualmente pode vir a ter demanda de diagnóstico em laboratórios veterinários. Assim sendo, a finalização da obra tem se mostrado cada vez mais urgente e necessária para que o Brasil demonstre estar absolutamente preparado para enfrentar tais desafios sanitários. Cabe ressaltar que o Lanagro-SP é o único laboratório nacional autorizado pelo MAPA a manipular esse vírus em amostras de origem animal.

A contratada demonstrou boa vontade e interesse em dar continuidade à obra, respondendo positivamente a quase todas as condições impostas pelo Lanagro-SP, contribuindo para que o valor contratual excedesse o mínimo possível o percentual de 25%.

Assim sendo, o Lanagro-SP devolveu o processo à CJU-SP em 01/08/2013, submetendo para apreciação novos termos aditivos (dois reajustes, referentes a 2012 e 2013; administração local da obra para 2013; acréscimo de materiais e serviços devido à revisão do projeto).

O processo foi avaliado pela CJU-SP e devolvido ao Lanagro-SP em 16/09/2013. Considerando o teor do novo Parecer, foi realizada nova reunião na CJU-SP em 19/09/2013, na qual foi recomendada a contratação de empresa especializada para fazer uma atualização dos valores da planilha orçamentária da obra (baseado em planilhas de referência), bem como uma análise objetiva dos custos relacionados a uma nova contratação comparando com os custos da rescisão do contrato.

Considerando a decisão de contratação deste serviço, o Lanagro-SP decidiu por:

a) Paralisar a obra por um período de 90 dias (Sexto Termo Aditivo, assinado em 09/10/2013);

b) Pagar os valores devidos de administração local da obra para o período de 01/01 a

10/10/2013 (Sétimo Termo Aditivo, no valor de R\$ 425.581,31, assinado em 18/11/2013);

c) Contratar empresa especializada para executar os serviços de atualização dos valores da planilha orçamentária da obra e análise objetiva dos custos relacionados a uma nova contratação comparando com os custos da rescisão do contrato.

A contratação mencionada acima foi concretizada somente em 13/12/2013, devido à sobrecarga de trabalho na Divisão de Apoio Administrativo do Lanagro-SP, típica desta época do ano. Os trabalhos estão em andamento, o que motivou a prorrogação da paralisação da obra por mais 60 dias (Oitavo Termo Aditivo, assinado em 07/01/2014).

Após a entrega deste serviço o Lanagro-SP terá informações suficientes para decidir pela rescisão ou manutenção do contrato com a Construtora Squadro.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Os resultados obtidos no exercício de 2013 são mais bem expressos através dos indicadores de eficácia e eficiência, conforme relatado a seguir:

Indicador de Eficácia			
a.Utilidade			
Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois a execução das análises realizadas representa a demanda do Serviço de Fiscalização frente à capacidade operacional ofertada referente aos processos finalísticos. Cabe ressaltar que a meta física referente aos laboratórios credenciados não está incluída nesta análise.			
b.Fórmula de cálculo			
NuAL	Número de unidades de Análises Laboratoriais realizadas	<i>unidade</i> = amostra ou ensaio	
c. Método de medição			
Utiliza-se como meta física alcançada o somatório das unidades de análise laboratorial para cada processo finalístico de competência do Lanagro-SP, ressaltando que para cada amostra recebida muitas vezes são necessários vários ensaios.			
d. Fontes de Informação			
Os resultados das unidades de análise laboratorial, que se tornaram fontes de informação para cálculo dos indicadores de desempenho, são armazenados nas bases de dados descritas a seguir.			
Ação	Unidade Física	Fonte de Informação	
Apoio Animal	Base Física Campinas – SP	Base de Dados do Sistema de Controle de Amostras desenvolvido e gerenciado pelo Lanagro-SP e Base de Dados do Sistema de Vacinas	
	SLAV – PR	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico (documentos impressos)	
Apoio Vegetal	Base Física Jundiaí – SP	Unidade BEB	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas BEBIWIN (documentos impressos)
		Unidade FET	Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Pericial e Demonstrativo de Ensaios Analíticos de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Pericial (planilha Excel)
	SLAV – PR	Unidade BEB _c	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas Sistema BEBIWIN (documentos impressos)

e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Atividade de Controle, Avaliação e Estatística da Coordenação Técnica do Lanagro-SP

f. Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (u)	Eficácia (x ₂)
Animal	Amostra	6.292
	Ensaio	87.599
Vegetal	Amostra	1.310
	Ensaio	11.474
Lanagro-SP	Amostra	7.602
	Ensaio	99.073

g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

Unidade AVI

Em decorrência da intensificação dos trabalhos de vigilância ativa e passiva realizada pelo Serviço Veterinário Oficial em 2013, especialmente para o diagnóstico das salmoneloses e micoplasmoses aviárias nos plantéis avícolas comerciais, intensificaram-se também as atividades da Unidade de Sanidade Aviária. Como não existe uma programação real e efetiva do número de amostras que será encaminhado para diagnóstico e/ou controle anualmente, a estimativa da capacidade operacional da Unidade é feita com base no número de ensaios que podem ser realizados mensalmente por colaborador e por área. Enquanto para algumas atividades da Unidade AVI o quantitativo de amostras recebidas excede a capacidade operacional estimada, para outras fica muito aquém.

Devido à importância do controle sanitário dos plantéis avícolas nacionais, especialmente no que se refere às enfermidades de notificação obrigatória, a Unidade processa 100% das amostras recebidas e adequadas, ou seja, que estejam em condições de análise, ainda que para isso seja preciso exceder a capacidade operacional, mediante adaptações da rotina para a suplementação que se faça necessária. Durante o período avaliado, por exemplo, intensificou-se o diagnóstico molecular das enfermidades contempladas no Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA). No decorrer de 2012 houve a suspensão temporária das atividades da área de Biologia Molecular em função de problemas técnicos com os equipamentos utilizados para a realização dos ensaios. Isso gerou um atraso significativo no processamento de amostras colhidas em 2012 como parte das atividades de vigilância ativa para doença de Newcastle e influenza aviária em aves de descarte e colheitas realizadas em abatedouros. Sendo assim, a conclusão das análises dos materiais de vigilância ativa colhidos em 2012 se deu em abril de 2013. Como consequência, o processamento dos materiais colhidos em 2013 ficou comprometido. Apesar do atraso para início do processamento das amostras de vigilância ativa de 2013, estima-se que a conclusão das análises referentes a estes materiais ocorra no primeiro semestre de 2014.

No período em análise, a Unidade descartou 59 amostras por apresentarem-se inadequadas para análise.

Unidade BEB

Até o mês de outubro/2013 a unidade BEB não estava recebendo amostras de bebidas destiladas, devido ao processo de validação de métodos cromatográficos para componentes secundários e metanol, o que impactou sensivelmente no quantitativo de análises realizado em 2013. A unidade tem capacidade operacional instalada para receber uma quantidade maior de amostras do que a que está sendo enviada pelos clientes. O assunto tem sido amplamente discutido com o cliente. A validação para a matriz cachaça foi finalizada em outubro de 2013 e a Unidade voltou a receber amostras para controle de exportação e fiscalização. A unidade tem como proposta estender a validação para outras matrizes (uísque, conhaque, tequila), podendo assim atender a uma demanda maior de amostras de destilados, em atendimento às demandas do cliente.

Unidade CVR

Para a Unidade de Controle de Vacinas Antirrábicas a programação para o ano de 2013 foi correspondente a 360 amostras e 3960 determinações. Foram recebidas 268 amostras, sendo que destas, 2 amostras foram rejeitadas no momento do recebimento por não atenderem aos requisitos de temperatura estabelecidos (2-8°C). Nota-se que há uma tendência irregular de remessa de amostras e reitera-se a necessidade de promover um adequado planejamento da produção e envio de amostras de vacinas antirrábicas inativadas junto aos setores produtores, uma vez que a capacidade ofertada não foi plenamente atendida.

Unidade FET

Para a unidade FET o número de amostras recebidas foi superior ao programado. No primeiro semestre as amostras recebidas superaram a capacidade operacional para o período em 40 amostras. No segundo semestre teve início o contrato com os laboratórios credenciados IAC e Unisc para análise de amostras fiscais. No segundo semestre, 188 amostras foram remanejadas para os credenciados (IAC e Unisc). Não havendo para onde remanejar o excedente de amostras, no primeiro semestre, a Unidade priorizou, a realização de análises de rotina em detrimento de outras atividades típicas de laboratórios de referência, tais como validação de métodos, implementação de melhorias, elaboração de documentos do SGQ. Em 2013, das 560 amostras recebidas, 281 não foram analisadas. Os motivos foram os seguintes: 188 amostras fiscais foram remanejadas para os credenciados em função do início do contrato com os mesmos, 52 amostras periciais foram transferidas para outros laboratórios, pois a Unidade suspendeu a realização de determinações por espectrofotometria de absorção atômica desde agosto/2012, devido à falta de condições operacionais do equipamento; 13 amostras (fiscais e periciais) foram descartadas por apresentar vazamento; 16 amostras periciais não foram analisadas devido à ausência de perito da empresa no momento da análise; oito amostras periciais foram canceladas por problemas de agendamento; duas amostras foram canceladas a pedido do cliente; uma análise foi cancelada por falta de quantidade suficiente de amostra para realizar os ensaios; uma amostra pericial foi cancelada por falta da segunda caixa.

Unidade RDV

Em 2013 o número de análises realizadas esteve abaixo do programado principalmente devido ao não sorteio de todas as amostras acordadas com a CGAL, especialmente em relação às análises de beta-Agonistas (programa exploratório).

Unidade MIC

A capacidade operacional ofertada pela Unidade MIC para a realização do Controle de Produtos de Origem Animal somente foi utilizada no percentual de 66,42% cujas causas estão relacionadas à reprogramação de colheita de amostras durante a execução do Programa Especial para detecção de *Escherichia coli* O157H:7 com a transferência de colheita de amostras para o início do ano de 2014, como também à decisão do DIPOA em utilizar a capacidade operacional somente para a realização de ensaios estabelecidos em Programas Especiais, a serem definidos a partir de 2014. Verifica-se para essa classe de produto um índice de rejeição de 6,9% das amostras recebidas cujas causas deverão ser avaliadas e discutidas com os serviços responsáveis pelas colheitas, objetivando a redução desse índice. Quanto às amostras para o Controle de Alimentos para Animais, somente foram encaminhadas 150 amostras das 265 programadas e ofertadas como capacidade operacional ao DFIP. Nota-se que para essa classe de produto não ocorreu nenhuma rejeição, ou seja, 100% das amostras recebidas foram analisadas. Com relação ao Controle de Produtos de Origem Vegetal destinado às amostras de Bebidas não Alcoólicas, verifica-se que o número de amostras recebidas ficou muito aquém da capacidade operacional ofertada ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SIPOV) atingindo um índice de somente 30,2% de utilização.

Unidade POA

Foi acordado com o SIPOA/SP no início de 2013 quais atividades seriam desenvolvidas no Lanagro-SP. A maior parte da capacidade operacional da Unidade foi deslocada para o programa de coletas de amostras no setor varejista, no procedimento conhecido como "reinspeção". Porém, por necessidade de contenção de despesas, boa parte das coletas não pôde ser realizada. Desta forma houve um impacto direto no número de amostras recebido abaixo do esperado e, conseqüentemente, o número total de ensaios realizados foi abaixo da expectativa da Unidade.

Unidade ALA

De uma forma geral a demanda por análises recebida em 2013 esteve bem alinhada à capacidade operacional ofertada.

Unidade ORG

O número de amostras realizadas esteve ligeiramente superior ao programado, porém esta diferença não afetou o bom andamento da rotina da Unidade.

Unidade COI

Semelhantemente ao observado para a Unidade ORG, houve um discreto aumento do número de amostras recebidas, o que ocorreu em comum acordo com o cliente, sem prejuízo às atividades da Unidade.

SLAV-PR

Em 2013 o ritmo de atividades deste Serviço Avançado reduziu significativamente uma vez que foi um período de preparação para a desativação desta base física.

Conclusão

Em linhas gerais, nota-se que ao longo dos últimos anos tem havido uma redução significativa na quantidade de amostras recebidas no Lanagro-SP (em 2007 foram 24.120 amostras e, em 2013, 7.602 amostras), embora esta redução não ocorra na mesma proporção para ensaios realizados. Isto porque o número de ensaios/amostra tem aumentado (em 2007 eram 2,5 ensaios/amostra e em 2013 13,0 ensaios/amostra), possivelmente como consequência do desenvolvimento de métodos de triagem e multiresíduos a partir da aquisição de equipamentos mais modernos. Também é importante considerar que o Lanagro-SP tem caminhado no sentido de se tornar laboratório de referência. Neste sentido o laboratório tem investido recursos humanos e financeiros na implementação e manutenção do sistema de gestão da qualidade e os números demonstram uma tendência à redução no quantitativo de amostras recebidas e uma intensificação de ações de monitoramento de laboratórios credenciados, como, por exemplo, a realização de auditorias *in loco*. Outra consideração importante é relativa às atividades de pesquisa, desenvolvimento e validação de métodos de ensaios e posteriormente, o repasse do conhecimento técnico aos laboratórios credenciados e outras instituições.

h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso

As ações corretivas necessárias para a utilização da capacidade operacional ofertada pelo Lanagro-SP aos seus clientes têm sido praticadas através de reuniões com os setores técnicos competentes, visando adequar a demanda à capacidade operacional e também à conscientização dos clientes para redução do número de amostras rejeitadas. Em 2013 foram realizadas 14 reuniões com clientes. Espera-se ainda que o assunto seja discutido no âmbito da CGAL para que ocorra uma melhor distribuição de atividades entre os Lanagros, otimizando assim a capacidade operacional ofertada.

Indicador de Eficiência

a. Utilidade

Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratoriais, de duas maneiras: em relação aos recursos orçamentários programados e em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.

b. Fórmula de cálculo

b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – CUP

$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/unidade)$	y_1 =recursos orçamentários programados, em reais x_2 = NuAL (eficácia)
---	--

b.2. Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – CUE

$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/unidade)$	y_2 = recursos financeiros empenhados, em reais x_2 = N_u AL (eficácia)
---	--

c. Método de medição

Os recursos financeiros empenhados (liquidados e a liquidar), somam os valores nominais provenientes de todos os PI's que por movimentação interna atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório (Figura A4). Os recursos orçamentários programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas fixas. A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL/SDA) (Figura A4)

d. Fontes de Informação

Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de Informação os Sistemas Administrativos Governamentais.

e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Atividade de Controle, Avaliação e Estatística da Coordenação Técnica do Lanagro-SP

f. Resultado

	Unidade de análise laboratorial (u)	CUP (R\$/unidade)	CUE (R\$/unidade)
Lanagro-SP	Amostra	8.119,23	2.309,84
	Ensaio	623,00	177,24

g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

Como ressaltado na memória de cálculo da Figura A5, o CUP (custo unitário programado) obtido foi de R\$ 8.119,23/amostra e R\$ 623,00/ensaio, enquanto que o CUE (custo unitário efetivo empenhado) obtido foi de R\$ 2.309,84/ amostra e R\$ 177,24/ensaio. Comparando com o exercício anterior, esses valores eram R\$ 3.094,28 e R\$ 305,72, respectivamente, para o CUP e, R\$ 1.976,23 e R\$ 197,81, respectivamente para o CUE. Com relação ao CUP, a diferença a maior com relação a 2012 se deve à estimativa para a aquisição de material permanente e equipamentos com maior expectativa de gastos para 2013 como demonstrados acima no item f. Com relação ao CUE o valor recebido e efetivamente utilizado também pesou sobre a aquisição de material permanente e obras, fazendo com que o custo por amostra efetivamente analisada fosse maior do que no exercício anterior, enquanto em 2012 o peso maior foi sobre a aquisição de insumos. Também houve um acréscimo no custo com despesa fixa referente a contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra. Cabe ressaltar que o custo referente ao contrato MAPA x FUNDEPAG não está contemplado no cálculo, pois desde o final de 2008 o contrato vem sendo administrado na instância central.

Um aspecto importante a ser considerado com relação ao aumento significativo do custo das análises é a variação cambial, uma vez que grande parte dos insumos utilizados é importada (especialmente os padrões e insumos utilizados nas técnicas de biologia molecular), além, é claro, do próprio índice inflacionário. Outros custos que estão relacionados à execução de ensaios, porém não estão contabilizados no nº de ensaios executados são os custos de: validação de métodos de análise (insumos, kits, padrões, na maior parte importados); controles de qualidade de rotina, controles de avaliação de reagentes químicos e meios de cultura antes da liberação para o uso na rotina. No caso da unidade MIC, no ano de 2013 foram realizadas cerca de 1.000 identificações e caracterizações através do uso do Equipamento Riboprinter, cujos ensaios não foram computados, ressaltando que trata-se técnica que utiliza Kits de PCR de alto custo. Contribuiu ainda para com o aumento dos custos das análises a reprogramação do envio de parte das amostras do Programa de Controle de *Escherichia coli* O157H:7 previstas para o ano de 2013 para encaminhamento no início de 2014, o que provocou um decréscimo no número de ensaios realizados. Ainda na execução desse programa, as amostras que deram entrada no final do ano de 2013 somente puderam ter seus testes iniciados no início de ano de 2014, com previsão de término no mês de março de 2014. Outra causa que contribuiu para com o desvio desse indicador está relacionado à baixa utilização da capacidade operacional ofertada aos clientes, para os quais o Lanagro-SP adquiriu os insumos necessários para sua execução, conforme citado na letra “g” do item 2.3. Outro aspecto a ser considerado está relacionado à necessidade a realização em quintuplicata de alguns ensaios, aos controles de processo e de avaliação de meios de cultura e insumos que são utilizados rotineiramente e que não estão sendo computados nos custos dos ensaios, conforme citado no item 4.1.3.7.

h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso

Foi demandado à Comissão A3P que elabore plano de ação voltado à economia de utilização de água e energia elétrica, embora já tenha sido observada uma redução no consumo de energia elétrica a partir do “Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos”, patrocinado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Este programa permitiu a substituição de boa parte das lâmpadas da base física de Campinas do Lanagro-SP por lâmpadas mais eficientes. Com este programa e mais a redução das tarifas de energia elétrica pelo governo federal, houve uma diminuição na conta de luz de aproximadamente R\$ 12.700,00/mês. Outra ação importante para a redução do custo das análises é a validação de métodos de triagem e multiresíduos. Que têm por objetivo aumentar o quantitativo de análises a partir de aquisição de equipamentos e desenvolvimento de métodos que permitam avaliar de uma só vez uma quantidade maior de analitos, de forma, que apenas as amostras que apresentarem resultados positivos seriam submetidas a análises complementares para identificação dos contaminantes e resíduos. A partir da realização do concurso para provimento de cargos de agentes administrativos, será possível reduzir o contrato para esse tipo de serviço, acarretando na redução das despesas fixas. uma vez que os gastos com contratos representam o maior encargo do Lanagro/SP 34,4% (Figura A.4).

3. PARTE A, ITEM 3, do ANEXO II da DN TCU 127/2013

3.1 Estrutura de Governança

O Lanagro-SP não possui uma estrutura definida de controle interno, tais como conselhos e comitês. O planejamento orçamentário é submetido à CGAL para avaliação e aprovação. As avaliações dos lançamentos financeiros são realizadas via SICAFI tanto pela CCONT/MAPA como pela Secretaria do Tesouro Nacional.

No âmbito interno é realizada a tarefa de verificação de conformidade documental por servidor designado, o qual registra no SICAFI a realização das conferências dos documentos fiscais.

A fiscalização dos contratos é realizada por servidores designados em Portarias publicadas no Boletim de Pessoal da SFA/SP. Devido à grande carência por servidores públicos na Unidade, o Coordenador tem nomeado servidores da área técnica, especialmente Fiscais Federais Agropecuários, como fiscais de contrato, inclusive os que envolvem alocação de mão-de-obra. Tal situação é vista como provisória e paliativa, até que ocorra a nomeação de agentes administrativos a partir do concurso público em andamento.

Como parte da estrutura do sistema de gestão da qualidade, o Lanagro-SP realiza auditorias internas com foco no atendimento aos requisitos da Norma ISO 17.025. Tais auditorias abrangem as Unidades de Apoio, como o Serviço de Compras, por exemplo, porém os auditores não têm experiência na avaliação dos requisitos relacionados a legislações específicas da área.

Sempre que necessário o Coordenador instaura processos de sindicância para apurar possíveis irregularidades, conforme artigos 148 a 182 da Lei nº 8112/1990. No ano de 2013 foi nomeada uma Comissão de Sindicância Investigativa, incumbida de averiguar se houve falta de planejamento, desídia ou má gestão no tocante à celebração dos contratos emergenciais no âmbito do Lanagro-SP, conforme Orientação Normativa AGU nº 11, de 01/04/2009. A Comissão foi nomeada pela Portaria Lanagro-SP nº 04/2013 (publicada no Boletim de Pessoal da SFA/SP em 11/03/2013) e o prazo para conclusão dos trabalhos foi prorrogado pela Portaria Lanagro-SP nº 11/2013 (publicada no Boletim de Pessoal da SFA/SP em 30/04/2013). As recomendações da Comissão bem como encaminhamentos propostos pelo Coordenador do Lanagro-SP encontram-se no Processo 21053.000075/2013-78, disponível para consulta na Coordenação.

Os processos de aquisição, bem como aditivos relacionados à repactuações e reajustes de contratos são encaminhados à Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo (CJU-SP), conforme artigo 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/1993 sendo os pareceres avaliados pela equipe da DAD e as adequações necessárias aprovadas pelo Coordenador antes da finalização do processo.

O Lanagro-SP não está atrelado a nenhuma estrutura de governança externa, tais como auditorias independentes ou conselhos externos, com exceção das auditorias realizadas pelo INMETRO (órgão ao qual o Lanagro-SP é acreditado na Norma ISO 17.025 desde 2009) para avaliação do sistema de gestão da qualidade e eventuais auditorias da própria CGAL. Em ambos os casos o foco das auditorias recai sobre os aspectos técnicos das atividades finalísticas da Unidade e não sobre aspectos administrativos, como, por exemplo, a gestão orçamentária e financeira.

Eventualmente o Lanagro-SP recebe missões internacionais para avaliar a equivalência de seus procedimentos com aqueles adotados pelos países importadores de produtos de origem animal e vegetal. Via de regra, estas auditorias também avaliam de forma mais aprofundada o atendimento aos requisitos da Norma ISO 17.025. Em 2013 o Lanagro-SP recebeu cinco missões desta natureza (Iraque, Israel, FVO - União Européia, México e Rússia), todas com resultados altamente satisfatórios, não tendo sido apontada qualquer não-conformidade.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: As ações de controle interno estão previstas em sua maioria nos procedimentos do sistema de gestão da qualidade do Lanagro-SP, o qual é acreditado pelo INMETRO desde dezembro de 2009.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica a esta UJ.

3.4 Sistema de Correição

O artigo 16 da Portaria 104, de 18 de abril de 2006 (Regimento Interno dos Lanagros), menciona em seu item VII que compete aos Coordenadores dos Lanagros instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente.

Cabe mencionar que existe uma Coordenação ligada diretamente à Secretaria Executiva do MAPA (Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE) responsável pelo sistema de correição do âmbito desta Secretaria e que atende aos Lanagros no tocante a orientações técnicas e capacitação sobre o tema, mas não tem a responsabilidade de instaurar processos no âmbito das unidades descentralizadas.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

No ano de 2013 foi nomeada uma Comissão de Sindicância Investigativa, incumbida de averiguar se houve falta de planejamento, desídia ou má gestão no tocante à celebração dos contratos emergenciais no âmbito do Lanagro-SP, conforme Orientação Normativa AGU nº 11, de 01/04/2009. A Comissão foi nomeada pela Portaria Lanagro-SP nº 04/2013 (publicada no Boletim de Pessoal da SFA/SP em 11/03/2013) e o prazo para conclusão dos trabalhos foi prorrogado pela Portaria Lanagro-SP nº 11/2013 (publicada no Boletim de Pessoal da SFA/SP em 30/04/2013). As recomendações da Comissão bem como encaminhamentos propostos pelo Coordenador do Lanagro-SP encontram-se no Processo 21053.000075/2013-78, disponível para consulta na Coordenação.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Conforme já mencionado, o Lanagro-SP adota os procedimentos do sistema de gestão da qualidade para avaliação contínua do atendimento aos objetivos da Unidade. Um dos procedimentos refere-se à mensuração de indicadores da qualidade, conforme definido no POP UGQ/020. Foram definidos 18 indicadores para as áreas técnicas e 14 para as áreas de apoio, incluindo a área administrativa. A mensuração é realizada a cada seis meses e os resultados são discutidos na reunião de análise crítica da alta direção, conforme trecho transcrito abaixo da memória da última reunião realizada no período de 28 a 31 de janeiro de 2014:

“Avaliando inicialmente os resultados obtidos para cada indicador, percebe-se que os indicadores que apresentaram resultados inferiores a 25% na avaliação referente ao período de janeiro a junho de 2012 apresentaram significativa evolução, especialmente na última avaliação, com destaque para o indicador “treinamentos externos realizados”, cujo resultado saltou de 21,2% na primeira avaliação para 51,5% na última (considerando as unidades técnicas). Para as unidades de apoio a evolução também ocorreu para este indicador, porém em menor proporção (de 16,3% para 27,5%). O envolvimento da CTEC na organização de treinamentos, muitas vezes contando com o apoio de empresas privadas para que os mesmos fossem realizados nas instalações do próprio Lanagro-SP, foi fundamental neste processo, tendo em vista que persiste a dificuldade em obtenção de recursos para a capacitação externa de servidores, bem como as limitações contratuais para capacitação de funcionários terceirizados. Dos indicadores com resultados inferiores a 25% na avaliação referente ao período de janeiro a junho de 2012, o relacionado ao “número de não-conformidades em auditorias” foi o único que apresentou resultado inferior na última avaliação para as unidades técnicas (resultado igual a zero para o período de janeiro a junho de 2013). Isto porque somente a unidade AVI recebeu auditoria no período (todas as demais unidades apresentaram cálculo não aplicável), com elevado número de não-conformidades, o que pode ser considerado uma situação pontual, de tal forma que este indicador deve ser mais bem avaliado no próximo período, considerando que as auditorias internas se concentraram no segundo semestre de 2013. O fato das não-conformidades da Unidade AVI terem sido todas registradas a partir de auditoria interna e não externa constitui um atenuante. Além disso, foi um processo de auditoria na área de Bacteriologia, portanto, com escopo não acreditado no INMETRO.

Embora os indicadores “número de não-conformidades em rotina”, “ações preventivas” e “melhorias” tenham apresentado resultados melhores nas duas últimas avaliações, os valores ficaram abaixo do esperado, principalmente na última avaliação que ocorreu posteriormente à implementação do sistema informatizado SGTNC. Esperava-se que o sistema informatizado estimulasse o registro de mais ações pelas Unidades, o que vem ocorrendo, porém ainda de forma tímida. As unidades devem ser estimuladas a realizar reuniões internas periódicas para discutir assuntos afetos ao SGQ.

Com relação aos indicadores que apresentaram resultados bastante satisfatórios no primeiro ciclo de avaliação (acima de 65%), temos o seguinte diagnóstico:

- “Documentação do sistema de gestão da qualidade (documentos exigidos)”: manutenção de valores acima de 65% com destaque para o valor obtido pelas unidades de apoio na última avaliação (74,3%);
- “Preenchimento do FORM UGQ/042 (metas de capacitação) dentro do prazo”: este indicador foi substituído pelo “número de treinamentos externos planejados”. Os resultados da penúltima avaliação já indicavam uma queda do resultado, o que foi confirmado na última avaliação. As Unidades relataram muita dificuldade em manter o FORM UGQ/042 atualizado, pois o mesmo era preenchido a cada quatro meses. A partir de janeiro de 2014 a periodicidade foi alterada para seis meses, o que deverá contribuir para a melhoria do indicador para o próximo período;
- “Produção por demanda interna (exclusivo para unidades de apoio)”: os resultados foram ainda melhores nas duas últimas avaliações;
- “Ferramentas da garantia da qualidade (exclusivo para unidades técnicas)”: houve uma variação negativa na segunda avaliação, com recuperação na última (71,6%);
- “Reclamações pertinentes”: persistem os resultados altamente satisfatórios;
- “Revisão de documentos dentro do prazo”: esse indicador apresentou resultado satisfatório somente para unidades de apoio no primeiro ciclo de avaliação, porém nos demais ciclos, além de manter o resultado para as unidades de apoio próximo a 70%, apresentaram uma melhora notável para as unidades técnicas, passando de 45,5% na primeira avaliação para 72,7% na segunda e 90,9% na terceira.

Cabe destacar ainda a melhora altamente significativa nos resultados do indicador “implementação de ações corretivas”, cujo valor saltou de 28,3% na primeira avaliação para 76,0% na segunda, mantendo-se em 76,2% na terceira avaliação, considerando os dados das unidades técnicas. Para as unidades de apoio também houve uma melhora nas duas últimas avaliações, embora menos significativa. Este resultado demonstra claramente um maior comprometimento das unidades com o SGQ, além da comprovação de que o sistema informatizado SGTNC tem contribuído para o registro das ações corretivas.

Com relação ao indicador “amostras”, houve uma piora sensível da primeira para a segunda avaliação (de 29,6% para 12,5%), com recuperação no terceiro ciclo (52,5%). Mesmo assim, as Unidades BEB, MIC e RDV

apresentaram resultado “zero” nas duas últimas avaliações e a Unidade ALA na última avaliação. Este resultado significa que a quantidade de amostras recebida está muito aquém da capacidade ofertada. O assunto já foi tratado com os clientes afetos às Unidades BEB e ALA, no sentido de que a fiscalização poderia encaminhar mais amostras, mas mesmo assim persiste um quadro de capacidade ofertada superior à utilizada. O assunto deverá ser avaliado junto à CGAL, dentro de um contexto de avaliação geral das atividades distribuídas entre os Lanagros, a fim de otimizar as capacidades operacionais dos Lanagros em geral.

A Unidade BEB apresentou um agravante relacionado à necessidade de validação de métodos, cujo cronograma acabou atrasando devido a inúmeros problemas com equipamentos, o que reduziu ainda mais o recebimento de amostras, pois o cliente foi informado de que neste período o Lanagro-SP não estaria recebendo amostras de cachaça. As validações já foram concluídas, de forma que o recebimento de amostras de cachaça para exportação voltou à normalidade no final de 2013. A Unidade BEB precisa avaliar a pertinência de ampliar o estudo com amostras pareadas, tendo em vista o êxito do resultado do projeto piloto com amostras coletadas no CEAGESP (...). Este projeto teve por objetivo atender uma demanda do cliente quanto à avaliação dos laboratórios credenciados. Neste sentido deverá ser agendada uma reunião com representantes do SIPOV/SFA/SP e DDA/SFA/SP para discutir os assuntos relacionados à Unidade BEB. Ou seja, a capacidade ofertada x demanda e a possibilidade de coleta de amostras pareadas no porto de Santos (ação 87 – FORM UGQ/017), uma vez que para as amostras coletadas no CEAGESP houve a possibilidade de avaliação de apenas um laboratório credenciado.

Caso a situação de envio de amostras para a Unidade ALA permaneça abaixo da capacidade ofertada, a alta direção deverá avaliar a possibilidade de reduzir o quadro de colaboradores desta unidade para atendimento a outras com sobrecarga de trabalho.

No caso da Unidade MIC, os contatos com os clientes foram intensificados e o número de amostras tem aumentado desde o final de 2013, o que deverá melhorar os resultados para esse indicador já na próxima avaliação. Contribuiu para isso a absorção das atividades outrora desenvolvidas no SLAV-PR.

Quanto à Unidade RDV, houve uma situação pontual referente ao cancelamento do recebimento de amostras para o programa de tireostáticos devido à falta de padrão analítico para essa análise no primeiro semestre de 2013. A situação já foi regularizada e o envio de amostras foi parcialmente compensado no segundo semestre.

Quanto ao indicador “treinamentos internos”, cabe destacar o papel da COOR com o apoio da Comissão de Comunicação na implementação de programa contínuo de treinamento interno de colaboradores desde o primeiro semestre de 2013, contribuindo para a melhoria dos resultados deste indicador especialmente para as unidades técnicas.

O indicador “produção científica” teve um resultado muito ruim na última avaliação, quando atingiu a marca de 24,2% para unidades técnicas e 26,7% para unidades de apoio. Sem dúvida um fator determinante para isso foi a dificuldade em obtenção de recursos financeiros para participação em congressos, reduzindo assim o quantitativo de trabalhos publicados. Outro fator de impacto foi o aumento de rotatividade dos bolsistas do CNPq, especialmente na Unidade COI. Em contrapartida, o incremento de bolsas do CNPq com o projeto Sagres (início em janeiro de 2013), contemplando as Unidades AVI e CTEC, além daquelas já contempladas anteriormente (COI, ORG, RDV e UGQ), deverá incrementar as publicações científicas para o próximo período.

O indicador “auditorias internas” tem se mantido em níveis aceitáveis, com uma queda pontual no segundo ciclo para as unidades técnicas (33,3%), possivelmente em função da necessidade de re-agendamentos por parte dos auditores e auditados. O assunto será avaliado com maior profundidade no item “Auditoria Interna”.

Quanto aos indicadores implementados a partir da última avaliação, observamos o seguinte:

— “Amostras realizadas/adequadas”: O resultado foi bastante satisfatório (80,0%), porém a Unidade AVI apresentou resultado “zero” para este indicador, muito provavelmente em função do acúmulo de resultados para inserir no sistema informatizado, acarretando em atraso no envio de resultados aos clientes. Mesmo com a cessão temporária da funcionária administrativa da Unidade AIE com o intuito de contribuir na inserção dos resultados em atraso, não foi possível colocar tudo em dia. Atualmente, o problema se agravou por inconsistências com o próprio sistema informatizado (ação 122 – FORM UGQ/017);

— “Métodos Validados/Métodos Realizados”: o resultado apresentado está muito aquém do desejável (36,4%), porém tendo em vista o número total de ensaios, há necessidade de mais tempo para que as Unidades providenciem os estudos necessários. Como atenuante, cabe ressaltar que a grande maioria dos métodos utilizados pelo Lanagro-SP são normatizados e, portanto, não precisam de validação completa. O assunto será discutido com maior profundidade no item “Métodos”.

Os outros dois novos indicadores (“no de não conformidade em rotina/no. não conformidade total” e “no de treinamentos externos planejados”) são subdivisões de indicadores anteriormente utilizados e representam uma melhor forma de avaliar o desempenho para esses tópicos, os quais já foram abordados acima.

A análise do desempenho individual de cada Unidade permitiu as conclusões a seguir relatadas:

—A Unidade BIT foi a que apresentou o índice mais baixo na primeira avaliação (16,7%), porém nas duas seguintes apresentou uma melhora significativa (23,6% e 40,5%, respectivamente). A principal melhoria se deu no quesito “Documentos do SGQ”. O item “produção por demanda interna” manteve a pontuação máxima nas três avaliações.

—Duas unidades de apoio tiveram uma queda preocupante de desempenho, apresentando a menor pontuação na última avaliação: REC (39,2%) e ADMj (37,4%). Em ambos os casos os indicadores relacionados a registros de Não-

conformidades, Ações Preventivas e Melhorias apresentaram pontuação muito baixa, além do indicador “Treinamentos Internos”. A UGQ deverá alertar o supervisor da qualidade e responsável dessas unidades para estarem mais atentos a esses tópicos.

—Uma atenção especial deve ser dada pela UGQ às Unidades INF e MAN, tendo em vista a celebração de novos contratos para prestação desses serviços e a conseqüente substituição dos responsáveis.

—Ainda em relação às unidades de apoio, cabe ressaltar a notável melhora dos índices obtidos pelas Unidades CTEC e RECj, as quais obtiveram as pontuações mais altas da última avaliação (75,8% e 70,7%, respectivamente). Contribuíram para isso principalmente o registro de Não-conformidade em rotina, Ações Preventivas e Melhorias no caso da CTEC e a implementação de ações corretivas, no caso da RECj.

—Quanto às Unidades técnicas, as Unidades CVR e POA obtiveram os piores índices nas três avaliações realizadas. No caso da CVR, houve uma melhora na última avaliação, porém o resultado obtido ainda é muito baixo (37,5%). Considerando esta evolução e o fato de que houve substituição recente do supervisor da qualidade da Unidade CVR, deve-se aguardar o resultado da próxima avaliação para tomada de ações mais efetivas nesta Unidade.

—A Unidade POA tem relatado dificuldade na dedicação ao SGQ devido ao excesso de demanda. De fato em 2013 houve um aumento altamente significativo na realização de análises periciais, devido à proibição de sua realização nos laboratórios credenciados. O assunto vem sendo discutido junto à CGAL, porém sem maiores avanços. De qualquer forma, independentemente das dificuldades geradas por fatores externos e internos, a COOR e CTEC deverão se reunir com a responsável pela Unidade para cobrar maior empenho e compromisso (maior agilidade nas respostas às demandas geradas pela CGAL, COOR, CTEC, DAD e UGQ). Deverá ser avaliada ainda a pertinência da redução da capacidade operacional para que a Unidade tenha maiores condições de se dedicar ao SGQ. Para o próximo concurso público deverá ser prevista uma vaga de FFA para esta Unidade, além da reposição dos terceirizados, ou até mesmo do incremento de técnicos de laboratório.

—A Unidade ALA apresentou índice inferior a 50% nas duas últimas avaliações. O registro de Não-conformidades em rotina, Ações Preventivas e Melhorias deve ser estimulado, pois o resultado para esses indicadores foi “zero” na última avaliação.

—A Unidade MVA também apresentou resultado inferior a 50% na sua primeira avaliação, porém por ser uma unidade ainda em fase de implantação e sem rotina de análise, o resultado não é crítico.

—Dentre as Unidades acreditadas junto ao INMETRO, apenas a Unidade AVI não apresentou resultado próximo a 70% na última avaliação. Isto porque as áreas de bacteriologia e, principalmente, de vacinas ainda necessitam de maior amadurecimento no SGQ para que possam ter seus escopos submetidos à acreditação.

—A Unidade MIC apresentou o maior índice na última avaliação, superando inclusive as unidades acreditadas. Tal fato é forte indicativo de que a Unidade encontra-se preparada para submeter acreditação junto ao INMETRO. Por outro lado, o supervisor da qualidade solicitou remoção para outro órgão (concretizada em janeiro de 2014), fato este que poderá prejudicar o processo, uma vez que a vaga de FFA não foi repostada.

—As Unidades BEB e FET apresentaram resultados similares às da Unidade AVI (próximo a 55%). O diagnóstico realizado pelos bolsistas do CNPq junto a essas unidades possibilitou identificar de forma mais específica as adequações e melhorias que precisam ser realizadas até o recebimento da auditoria do INMETRO, prevista para setembro de 2014. De uma forma geral, é possível concluir que essas duas unidades vêm apresentando um amadurecimento crescente no SGQ, embora ainda em um patamar inferior às Unidades COI, ORG, RDV e MIC, porém já em condições de solicitar acreditação.

A partir da análise realizada acima, ficam definidos os seguintes escopos para submissão de acreditação junto ao INMETRO no próximo mês de fevereiro, com auditoria prevista para setembro/2014:

—Unidade BEB: Determinação de pH em bebidas não alcoólicas e fermentadas alcoólicas; determinação de acidez total em bebidas não alcoólicas, fermentadas alcoólicas e destiladas; determinação de ácido ascórbico em bebidas não alcoólicas; determinação de sólidos solúveis em bebidas não alcoólicas;

—Unidade FET: determinação de boro em fertilizante mineral de aplicação via solo pelo método espectrofotométrico de azometina-H;

—Unidade AVI: pesquisa de salmonelas aviárias (isolamento e sorotipificação), pesquisa do vírus de influenza aviária subtipos H5 e H7 por PCR em Tempo Real e diagnóstico sorológico da laringotraqueíte infecciosa das aves pelo método AGP;

—Unidade MIC: pesquisa de salmonelas e listérias em alimentos;

—Unidade RDV: determinação de tireostáticos em urina de suínos;

—Unidade ALA: determinação de proteína bruta em amostras de ração pelo método de Kjeldahl.

Cabe ressaltar que as Unidades BEB e FET pertencem à base física de Jundiá e, portanto, o processo junto ao INMETRO deverá ser de nova acreditação e não ampliação de escopo.

Considerando que o mapa estratégico da CGAL prevê como visão de futuro que a rede de laboratórios oficiais do MAPA seja referência mundial até 2023, a alta direção definiu esta data como meta para acreditação de 100% dos ensaios realizados no âmbito do Lanagro-SP. Para tanto a CGE está elaborando uma planilha através da qual cada unidade deverá propor um cronograma para submissão de ensaios para acreditação junto ao INMETRO, com limite máximo em 2023.

Alguns tópicos já abordados na avaliação dos indicadores da qualidade terão suas informações complementadas com base nos FORMS UGQ/016 e UGQ/003. Tais formulários poderiam ser extintos desde que: o relatório que a UGQ encaminha à COOR com os dados dos indicadores da qualidade fosse complementado com informações que atualmente só estão disponíveis nestes formulários e desde que, o período considerado para coleta dos dados dos indicadores fosse ajustado ao período correspondente à análise crítica (ações 33 – FORM UGQ/017 e 127 – FORM UGQ/017). “Tal assunto foi discutido em reunião recente (13/01/2014) com representantes da UGQ e CTEC, sendo a tarefa incorporada às atividades de uma bolsista lotada na UGQ.”

4. PARTE A, ITEM 4, do ANEXO II da DN TCU 127/2013

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação de Despesas

Não se aplica.

4.1.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (Valores em R\$ 1,00)

		Movimentação dentro da mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas									
		UG		Classificação da ação					Despesas Correntes		
Origem da Movimentação		Concedente	Recebedora	UO	Função *	Subfunção **	Programa	No. Ação	1 – Pessoal e encargos sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebidos	LANAGROS13	130001	130102	130007	4	609	2028	20ZW	142.451,67	0	11.838.133,29
	CAPACITA13	130001	130102	130002	4	128	2105	2000	6.810,16	0	0
	FISFECOI13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZX	-	0	57.000,00
	FISCALSEM13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZX	1.797,70	0	0
Origem da Movimentação		Concedente	Recebedora	UO	Função *	Subfunção **	Programa	No. Ação	4 - Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebidos	LANAGROS13	130001	130102	130007	4	609	2028	20ZW	6.051.723,83	0	0
	CAPACITA13	130001	130102	130002	4	128	2105	2000	0	0	0
	FISFECOI13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZX	0	0	0
	FISCALSEM13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZX	0	0	0

(*) 20-Agricultura; 04-Administração; (**) 128-Formação de Recursos Humanos; 609 - Defesa Agropecuária

Fonte: SIAFI e SPEO/DAD/Lanagro-SP

4.1.3 Realização da Despesa

Não se aplica a esta UJ.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação
(Valores em R\$1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	6.565.854,21	13.931.698,36	5.886.899,55	13.931.698,36
a) Convite	0,00	146.426,73	0,00	146.426,73
b) Tomada de Preços	53.687,63	66.335,00	53.687,63	66.335,00
c) Concorrência	1.197.414,09	593.536,60	901.752,39	593.536,60
d) Pregão	5.314.752,49	13.125.400,03	4.931.459,53	13.125.400,03
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	3.496.269,34	3.150.344,79	3.405.113,91	3.150.344,79
g) Dispensa	2.284.042,93	1.740.996,29	2.240.187,59	1.740.996,29
h) Inexigibilidade	1.212.226,41	1.409.348,50	1.164.926,32	1.409.348,50
3. Regime de Execução Especial	30.392,35	42.118,46	30.392,35	42.320,76
i) Suprimento de Fundos	30.392,35	42.118,46	30.392,35	42.320,76
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	68.062,68	-	69.518,23	93.919,86
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	68.062,68	93.919,86	69.518,23	93.919,86
5. Outros	86.494,21	0,00	73.526,25	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	10.245.072,49	17.218.081,47	9.465.450,29	17.218.283,77

Fonte: SIAFI e SPEO/Lanagro-SP

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação.

Quadro A.4.1.3.6 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação (Valores em R\$ 1,00)

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
339014	75.715,37	0,00	69.518,23	0,00	0,00	0,00	69.518,23	0,00
339033	73.903,96	0,00	70.283,93	0,00	3.019,13	0,00	70.283,93	0,00
339036	1.440,20	0,00	1.440,20	0,00	0,00	0,00	1.440,20	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes								
339037	6.243.471,66	4.032.051,19	5.223.591,26	3.926.365,38	1.019.880,40	105.685,81	4.895.762,68	3.926.365,38
339039	2.714.140,16	3.039.552,29	2.066.073,14	3.012.740,50	680.727,01	26.811,79	2.002.469,33	3.012.740,50
339030	2.716.563,38	8.949.320,84	714.231,25	8.363.178,80	2.001.238,03	586.142,04	631.215,25	8.363.178,80
Demais elementos do grupo	211.636,14	308.906,40	108.873,29	242.515,04	77.995,00	66.391,36	108.873,29	242.515,04
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
449051	1.551.469,83	593.536,60	1.197.414,09	0,00	354.055,74	593.536,60	901.752,39	0,00
449052	4.479.363,38	116.970,52	717.400,72	116.970,52	3.761.962,66	0,00	717.400,72	116.970,52
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
total	18.067.704,08	17.040.337,84	10.168.826,11	15.661.770,24	7.898.877,97	1.378.567,60	9.398.716,02	15.661.77,24

Fonte: SIAFI e SPEO/DAD/Lanagro-SP

4.1.3.7 Análise Crítica da realização da despesa

Considerando o total de recursos empenhados em 2013, conforme somatório dos dados referentes a despesas correntes e despesas de capital (R\$ 18.067.704,08), nota-se uma manutenção de tendência de acréscimo de aproximadamente 6% ao ano nos últimos 3 anos, sendo que em 2013 houve um acréscimo considerável no empenho de recursos de investimentos como fruto do Decreto de 24 de setembro de 2013, através do qual o Governo Federal liberou o montante de R\$ 40.400.000,00 para modernização dos laboratórios oficiais do MAPA, dos quais o Lanagro-SP recebeu e executou R\$ 4.003.752,05, conforme detalhado no item 2.2.3.5. Entretanto, em 2013 o Lanagro-SP recebeu menos recursos para custeio o que ocasionou redução na aquisição de insumos laboratoriais, o que poderá impactar negativamente no andamento da rotina do laboratório em 2014, caso não haja uma liberação de recursos necessária no primeiro semestre para conclusão de processos licitatórios abertos em 2013 (atas de registro de preço).

A diferença entre o valor empenhado em 2013 (R\$ 18.067.704,08) e o valor liquidado (R\$ 10.168.826,11) está relacionada à concentração das aquisições de material permanente no mês de dezembro, principalmente aqueles relacionados ao Decreto de 24 de setembro de 2013. Houve atraso na liberação deste recurso, o que acarretou em sobrecarga de trabalho na área de compras no fim de dezembro. Caso o recurso tivesse sido liberado no início do segundo semestre o Lanagro-SP teria condições de empenhar pelo menos mais R\$ 4.000.000,00 em investimentos.

Em 2013 houve um gasto acima do desejável com dispensas de licitação. Isto ocorreu pela necessidade da celebração de contratos emergenciais para prestação de serviços envolvendo locação de mão-de-obra conforme demonstrado no Quadro A.5.2.4 e justificado no item 2.1. Os contratos emergenciais para prestação de serviços de tecnologia da informação, limpeza, manutenção predial e transporte representaram uma despesa em 2013 da ordem de R\$ 1.400.935,59 em dispensa de licitação o que corresponde a 40,07% das despesas liquidadas para contratações diretas no ano de 2013 (Quadro A.4.1.3.5) dimensionando o impacto destes contratos emergenciais.

Os valores gastos na modalidade inexigibilidade estão dentro do esperado e correspondem basicamente a contratos de manutenção preventiva/corretiva de equipamentos, cujos serviços são realizados com exclusividade pelo fabricante ou empresa autorizada.

Outros custos que estão relacionados à execução de ensaios, porém não estão contabilizados no nº de ensaios executados são os custos de: validação de métodos de análise (insumos, kits, padrões, na maior parte importados); controles de qualidade de rotina (controles positivos e negativos para cada reação, dependendo do tipo de análise), controles de avaliação de reagentes químicos e meios de cultura antes da liberação para o uso na rotina, testes intralaboratoriais, entre outros. No caso da unidade MIC, também há a utilização de kits e consumíveis do equipamento Riboprinter na atividade relacionada à formação do Banco de dados das *Salmonellas* nas culturas recebidas de laboratórios credenciados; os ensaios são realizados porém não são contabilizados como ensaios realizados porque não são emitidos relatórios de ensaio individuais.

Ainda com relação à Unidade MIC os 226 ensaios realizados na execução do Programa de Controle de *Escherichia coli* O 157:H7 tiveram de ser realizados em quintuplicata para atender o estabelecido pela metodologia, sendo que para efeito desse relatório o Sistema de Amostra atual considerou somente como um ensaio realizado e não os 1130 que realmente foram realizados.

Situação semelhante ocorre também quando da realização dos ensaios para a detecção de *Salmonella* spp em amostras de alimentos para animais, onde são realizados em triplicatas, sendo computados pelo Sistema de Amostra um único ensaio. Além disso, há ainda que se considerar que todas as rodadas de ensaios realizados, tanto por Reação em Cadeia de Polimerase (Kits PCR) são utilizados três controles, sendo dois positivos com números conhecidos de células e um outro negativo para validação do processo, que o Sistema de Amostra atual não insere como ensaio realizado. Há também que se considerar que para todos os procedimentos de avaliação da qualidade dos meios de cultura e validação dos processos para aplicação dos métodos convencionais de rotina, são utilizados insumos, cuja informação acaba não sendo computada nos custos de cada um dos ensaios. A coleta desses dados entende-se que deva ser objeto de discussão para que sejam incluídos

nos próximos relatórios de forma que os custos dos ensaios possam ser melhor quantificados, pois todos os custos indiretos para a realização dos mesmos seguindo o modelo atual de coleta de dados não possibilita uma quantificação mais precisa.

Com relação aos gastos com custeio, cabe ressaltar que os insumos para uso laboratorial são muitas vezes de valor elevado e muitos deles são importados. Somente a aquisição de material químico para utilização pela Unidade de Sanidade Aviária representou um gasto de R\$ 1.459.553,37 em 2013. O Lanagro-SP também possui um gasto fixo relativamente alto com contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra (R\$ 6.031.898,01), com destaque para o contrato de prestação de serviços de apoio administrativo (R\$ 2.733.450,51), absolutamente necessário tendo em vista a carência de servidores públicos no órgão o que representa, respectivamente, 80,1% e 36,3% dos valores de “outras despesas correntes”, conforme quadro A.4.1.3.6.

O Lanagro-SP necessita melhorar os processos de aquisição, a fim de torná-los mais ágeis. Neste sentido foi contratada empresa especializada para realização do mapeamento dos processos de compras, a fim de subsidiar futuro desenvolvimento de *software* para acompanhamento dos processos. O serviço de mapeamento deverá ser entregue no primeiro semestre de 2014.

Por fim, cabe destacar que a proposta orçamentária para 2013 previa uma utilização de R\$ 15.451.211,31 em custeio e R\$ 1.773.566,47 em investimentos. O valor empenhado em investimento foi muito superior (aproximadamente 250% a mais) em razão da aplicação do recurso disponibilizado a partir da publicação do Decreto de 24 de setembro de 2013. Quanto ao recurso de custeio, o valor empenhado foi 22% menor que o previsto no orçamento. Esta situação foi decorrente do corte orçamentário e afetou a aquisição principalmente de insumos e equipamentos de proteção individual, o que poderá impactar o andamento das atividades em 2014, caso não haja liberação de recursos acima do previsto no orçamento de 2014.

4.2 Reconhecimento de Passivos por falta de créditos

Não se aplica a esta UJ.

4.3 Movimentação e os saldos de resposta a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.3 – Restos a Pagar Inscrito em Exercícios Anteriores (Valores em R\$ 1,00)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito 01/01/2013	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	8.917.264,68	0,00	10.533.838,72	1.616.574,04
2011	341.305,10	0,00	441.025,88	99.720,78
2010	10.544.684,78	0,00	21.089.369,56	10.544.684,78
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito 01/01/2013	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	45.289,43	0,00	523.989,82	478.700,40
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	2.162,42	0,00	2.162,27	0,00

Fonte: Lanagro-SP

4.3.1 Análise crítica

Os saldos de restos a pagar não processados inscritos em 2010 e 2011 referem-se a empenhos (contrato inicial e aditivos) da obra em andamento para atendimento da Unidade de Sanidade Aviária do Lanagro-SP. Embora o prazo inicial para a conclusão da obra tenha sido

estimado em oito meses houve necessidade de aditivar o prazo por uma série de razões conforme histórico detalhado no item 2.2.3.5.

Quanto ao saldo inscrito em 2012 são diversos os motivos para não processamento, dentre os quais destacamos: aditivo da obra mencionada no parágrafo anterior, cujo valor consta do quadro A.4.1.3.5 (R\$ 593.536,60), não apresentação de nota fiscal pela Empresa Brasileira de Comunicação e Imprensa Nacional (R\$ 66.391,36), repactuações de contratos de mão-de-obra, cujas notas não foram apresentadas pelas Contratadas (R\$ 105.685,81).

Com relação aos valores referentes ao saldo a pagar em 31/12/2013, referem-se na sua maior parte a empenhos realizados no final do exercício com prazo de entrega vigente.

4.4 Transferência de Recursos

Não se aplica a esta UJ.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$) (a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	58	8.801,57	31	21.590,78	30.392,35
2012	-	-	87	14.922,00	37	27.398,76	42.320,76
2011	-	-	99	12.514,00	48	27.808,91	40.322,91

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não se aplica a esta UJ.

4.5.3 Suprimento de fundos – cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo no Lanagro-SP por Portador (Valores em R\$ 1,00)

Código da UG	130102	Limite de Utilização da UG		300.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Terezinha Barbosa da Silva	397.362.539-53	12.000,00	614,00	258,70	872,70
Lusia da Rocha Soares	096.750.768-52	1.200,00	1.378,20	3.188,86	4.567,06
Fernando José Pires	826.217.727-49	11.300,00	2.656,75	7.270,4	9.927,19
Ecilda Batista	317.955.289-15	9.000,00	0,00	1.120,62	2.120,62
Vera Lúcia Rosa	967.383.898-53	12.500,00	4.152,62	7.198,95	11.351,57
Inês Aparecida Muniz da Silva	016.917.478-66	9.000,00	0,00	1.553,21	1.553,21
Roberto César Antunes de Oliveira	020.833.878-05	3.500,00	0,00	0,00	0,00
Total Utilizado pela UG			8801,57	21.590,78	30.392,35
Total Utilizado pela UJ			8801,57	21.590,78	30.392,35

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Situação	Conta Tipo “B”(*)	CPGF					
		2013		2012		2011	
		Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas		-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise		-	-	-	-	-	-
PC em Análise		-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas		-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas		25	46.140,00	29	42.320,76	37	55.657,38

(*) Não se aplica a esta UJ

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP

4.5.5 Análise Crítica

Os quantitativos apresentados permitem concluir que os valores de suprimento de fundos utilizados pelo Lanagro/SP têm se mantido em níveis aceitáveis. A utilização desta ferramenta é imprescindível para a manutenção das atividades laboratoriais e têm sido utilizados principalmente para a aquisição emergencial de peças de manutenção, produtos químicos, materiais de laboratório entre outros, além do pagamento de pedágio e de outras despesas de viagem. Um fator que provavelmente contribuirá para uma redução na utilização desta ferramenta é a vigência do novo contrato de prestação de serviços de manutenção predial desde novembro de 2013, com a inclusão de peças e serviços eventuais no contrato. A partir deste novo contrato, espera-se reduzir muito a necessidade de aquisição de peças de reposição em caráter emergencial, uma vez que tais aquisições estão previstas como parte do contrato. Uma outra ação a ser tomada em 2014 é a contratação de serviço de cobrança automática de pedágios, o que também deverá contribuir para a redução na utilização de suprimento de fundos.

5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	42	42	3	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	42	42	3	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	40	40	1	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	42	42	3	0

Fonte: DAD/Lanagro-SP

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1(*)
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	0

(*) Trata-se de afastamento parcial (20h/semana) para realização de curso de doutorado
 Fonte: DAD/Lanagro-SP..

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	8	8	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	8	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	8	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	10	10	4	5
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	8	2	5
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	2	2	2	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	18	18	5	6

(*) Descrição das gratificações: DAS 101.3(#2); DAS 101.2(#2); DAS 101.1(#4); FG-1(#8); FCT-6 (#2)

(**) Uma função gratificada (FCT-6) foi cedida à CGAL no período em tela

(***) Devido à desativação do SLAV-PR foram transferidos deste Serviço para outras unidades do Lanagro-SP um Cargo em Comissão (DAS 101.1) e duas funções gratificadas (FG-1)

(****) Para as duas funções gratificadas oriundas do SLAV-PR foram designados servidores oriundos de outras Unidades do MAPA, sendo um da SFA/SP e outro da SFA/MS. Os dois continuam lotados nos órgãos de origem, porém exercendo suas atividades no Lanagro-SP.

(*****) Das outras duas modificações em funções gratificadas (FG-1), uma se deu em virtude de aposentadoria de servidor e outra a critério da Coordenação do Lanagro-SP. Em ambos os casos servidores da própria unidade foram nomeados.

Fonte: DAD / Lanagro-SP

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	1	8	6	8	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	1	8	6	8	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	7	4	7	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	2	5	0
2.3. Funções Gratificadas	0	6	2	2	0
3. Totais (1+2)	1	15	10	15	1

Fonte: DAD / Lanagro-SP

5.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	7	8	1	3	5
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	7	8	1	3	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	10	1	4	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	5	1	2	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	5	0	2	3
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	7	18	2	7	8

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DAD / Lanagro-SP

5.1.3 Custos de pessoal da UJ

Os dados serão informados no Relatório de Gestão da SFA/SP, uma vez que o processamento das folhas de pagamento é realizado pelo Serviço de Gestão de Pessoas daquela Superintendência (SGP/DAD/SFA-SP) até que o Lanagro-SP tenha servidores administrativos em quantidade suficiente para absorver esta atividade.

Segundo informações prestadas pela chefe do SGP/SFA/SP, os dados informados no Relatório de Gestão da SFA/SP são emitidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MAPA e já vêm consolidados de todas as UORGs, incluindo o Lanagro-SP, não sendo possível prestar a informação de forma separada para as UORGs 1848, 1963 e 1966.

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Da mesma forma considerada no item anterior, os dados serão informados no Relatório de Gestão da SFA/SP. Segundo informações prestadas pela chefe do SGP/SFA/SP, os dados informados no Relatório de Gestão da SFA/SP são emitidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MAPA e já vêm consolidados de todas as UORGs, incluindo o Lanagro-SP, não sendo possível prestar a informação de forma separada para as UORGs 1848, 1963 e 1966.

5.1.5 Cadastramento no Sisac

Não se aplica a esta UJ.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Coordenação encaminhou os Memorandos Mem. 222/2013 – COOR, 327/2013 – COOR e 004/2014 – COOR aos servidores ocupantes de cargos em comissão ou funções gratificadas a fim de que comunicassem a existência de familiares em contratos de terceirização no âmbito do Lanagro-SP, cuja situação se enquadrasse como nepotismo conforme Artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.

Todos responderam negando irregularidades, com exceção de uma servidora ocupante do cargo de FCT-6 (vide item 5.1.7).

O Lanagro-SP não recebeu no período em análise qualquer tipo de denúncia relacionada a acúmulo indevido de cargos, funções e empregos público e considerando que a estrutura do Lanagro-SP é relativamente pequena (60 servidores), não vemos necessidade de implementar uma sistemática de controle interno específica para detectar esse tipo de irregularidade.

O Lanagro-SP não possui, salvo melhor juízo, nenhum servidor em situação indevida, uma vez que a situação apontada acima já foi devidamente sanada, conforme item 5.1.7.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No caso mencionado acima da servidora ocupante do cargo FCT-6 que relatou a existência de grau de parentesco com funcionário terceirizado, a mesma foi exonerada do cargo, sendo a função transferida para a CGAL (Portarias MAPA 1103 e 1104/2013, de 05/11/2013).

Não houve necessidade de abertura de qualquer Processo Administrativo Disciplinar relativo ao tema, pois o assunto foi tratado com a anuência de todas as partes envolvidas.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Atualmente o Lanagro-SP mensura indicadores relacionados somente à capacitação de funcionários. Os indicadores são os seguintes:

- Número de treinamentos internos realizados por colaborador;
- Número de treinamentos externos realizados em relação ao programado.

Numa escala de 0 a 100%, os últimos resultados obtidos para o primeiro indicador foram 59,5%, para unidades técnicas, e 54,6%, para unidades de apoio. Para o segundo indicador 27,3%, para unidades técnicas e, 24,0% para unidades de apoio.

Está evidente que o quantitativo de treinamentos recebidos pelos colaboradores está aquém do desejável. Contribuem de forma decisiva para isso: orçamento reduzido no âmbito do MAPA para capacitação de servidores (tem havido cortes significativos nos treinamentos previstos para inserção no PAEC - Plano de Educação Continuada), atraso na tramitação de processos de capacitação no âmbito da SDA (vários treinamentos deixaram de ser realizados por perda de prazo) e restrições contratuais para capacitação dos terceirizados.

Há previsão de utilização de um outro indicador denominado: “Percentual atendido da demanda por recursos humanos”, cuja fórmula de cálculo é a seguinte:

$$ADRH = (NRHA/NRHD)*100$$

Onde:

PADRH= Percentual Atendido da Demanda por Recursos Humanos

NRHA = Número de recursos humanos alocados

NRHD = Número de recursos humanos demandados.

Este indicador está previsto no planejamento estratégico da CGAL, estando associado ao Objetivo Estratégico: “Adequar quadro de pessoal à demanda”. De uma forma geral é notória a carência de servidores nas mais diferentes áreas de atuação do Lanagro-SP, seja nas atividades finalísticas, seja nas atividades de apoio administrativo. Com relação às atividades finalísticas, a carência é suprida há 15 anos por um contrato de prestação de serviços firmado entre o MAPA e a FUNDEPAG e quanto ao apoio administrativo, o Lanagro-SP mantém contrato desde 2012 com a FACTI. Em 15/03/2013 foi publicada a Portaria MPOG N. 74 autorizando a realização de concurso público para provimento de 60 vagas para agente administrativo, 184 vagas para técnicos de laboratório e 70 vagas para auxiliares de laboratório no âmbito dos Lanagros. Esta Portaria foi revogada pela Portaria MPOG N. 327, de 16 de setembro de 2013, que incluiu 60 vagas para Fiscais Federais Agropecuários. O Edital do concurso foi publicado em 21/01/2014 e o Lanagro-SP será contemplado com 40 vagas de técnicos de laboratório, 12 vagas de auxiliares de laboratório, 12 vagas de agentes administrativos e 10 vagas de FFAs. Estas vagas deverão ser destinadas para substituição do pessoal terceirizado. Considerando que atualmente o Lanagro-SP dispõe de 63 colaboradores do contrato MAPA x FUNDEPAG, as 52 vagas destinadas para técnicos e auxiliares de laboratório serão insuficientes, a não ser que o pessoal do Biotério seja contratado de forma independente, uma vez que não está claro se suas atribuições são compatíveis com a carreira de técnico de laboratório. Ainda que a legislação específica venha a contemplar a atividade de bioterismo para esses cargos, não está claro se a terceirização seria inviável. O Edital do concurso não prevê nas atribuições de técnicos e auxiliares de laboratório a atividade de bioterismo. A CGAL está sendo consultada neste sentido. Caso seja possível a contratação, o quantitativo de técnicos e auxiliares de laboratório previsto no concurso poderá ser suficiente para substituição do pessoal atualmente contratado pela FUNDEPAG. Caso esta contratação não se mostre viável, restará a

alternativa de solicitar à CGAL o incremento imediato de 50% das vagas disponibilizadas.

Com relação aos agentes administrativos, embora haja uma carência por maior efetividade, especialmente com relação à atividade de compras, não é possível ainda mensurar o quanto a resolução desta carência é dependente do incremento de pessoal. Atualmente está sendo elaborado o mapeamento dos processos de compras por empresa especializada, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2014. Espera-se que este estudo subsidie a decisão com relação ao percentual de colaboradores terceirizados que deverá ser substituído com a nomeação dos novos agentes administrativos. Se por um lado é altamente desejável a substituição do maior número possível de terceirizados, por outro seria bastante interessante poder contar com uma equipe maior, especialmente na área de compras, tendo em vista a demanda sempre crescente, além de áreas atualmente não contempladas ou contempladas de forma precária. Além da necessidade de alocar servidores para a fiscalização de contratos, especialmente os de mão-de-obra, é imprescindível a implementação da atividade de importação direta no âmbito da DAD. A importação direta de equipamentos e insumos através de projetos cadastrados no CNPq trará importante economia de recursos financeiros ao MAPA, porém atualmente não há qualquer servidor disponível para implementar esta atividade. Há necessidade ainda de alocar um servidor administrativo na área de Informática, a fim de atender orientações da consultoria jurídica, viabilizando futuramente um contrato de prestação de serviços ao invés de postos de trabalho. De acordo com a proposta de novo regimento interno dos Lanagros formulada pela CGAL, os Lanagros passarão a ter em sua estrutura uma seção de recursos humanos, possibilitando maior independência em relação às superintendências federais (SFAs), uma vez que atualmente é o serviço de RH das SFAs que elabora as folhas de pagamento dos servidores lotados nos Lanagros, dentre outras atividades. Da mesma forma, atualmente não há qualquer servidor disponível para esta atividade. Considerando as demandas acima e a necessidade de substituição de colaboradores terceirizados, as 12 vagas previstas para o cargo de agente administrativo deverão ser assim distribuídas: Seção de Recursos Humanos (duas), Fiscalização de Contratos (uma), Levantamento de preços (uma), Protocolo (uma), Importação direta (uma), Dispensa de licitação (uma), Editais e pregões, incluindo treinamento para pregoeiro (duas), Almoxarifado (uma), Patrimônio (uma), Tecnologia da Informação (uma). Fica claro, portanto, que as 12 vagas a serem disponibilizadas não serão suficientes para a extinção dos terceirizados no âmbito administrativo, possibilitando apenas a redução do atual contrato.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirizações de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Técnico de Laboratório	47	48	48	0	0
Auxiliar de Laboratório	8	8	8	0	0
Fiscal Federal Agropecuário	8	8	8	0	0
Total	63	64	64	0	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Conforme já amplamente mencionado no presente relatório o Lanagro-SP carece de servidores para execução de atividades finalísticas as quais atualmente somente podem ser executadas a contento graças a um contrato de prestação de serviços com a FUNDEPAG firmado no âmbito da CGAL. Após gestões realizadas de forma insistente junto aos órgãos competentes para solução definitiva do problema por meio da realização de concurso público, finalmente o concurso foi aprovado pelo MPOG conforme Portarias MPOG N. 74/2013 e 327/2013. Através do presente contrato de prestação de serviços o Lanagro-SP dispõe atualmente de Assistente de					

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Laboratório Senior (#12); Assistente de Laboratório Junior (#12); Assistente de Laboratório Pleno(#4); Biólogo(#2); Auxiliar de Laboratório (#6); Analista de Laboratório Junior (#7); Analista de Laboratório Senior (#2); Analista de Laboratório Pleno(#5); Analista de Laboratório Master (#4); Assistente de Biotério (#2); e, Técnico de Biotério (#7). Todos esses cargos deverão ser substituídos por concursados, com exceção dos técnicos de Biotério, para os quais irá se buscar esclarecimentos jurídicos quanto à possibilidade de manutenção da terceirização. A redução de um técnico de laboratório foi decorrente da desativação do SLAV-PR. Esta vaga foi transferida ao Lanagro-RS.					

Fonte: DAD / Lanagro-SP

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.

Não se aplica a esta UJ.

5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela UJ.

Quadro A.5.2.3 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.

Unidade Contratante													
Nome: LANAGRO/SP													
UG/Gestão: 130102						CNPJ: 00.396.895/0047-08							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natu- reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	Contrato nº 05/2012	Treze Listas Segurança e Vigilância Ltda (62.874.094/0001-85)	12/09/2012	11/09/2014			20	20			P
2013	L	E	Contrato nº 01/2013	Guima Conseco Construção, Serviços e Comercio Ltda (59.519.603/0001-47)	01/01/2013	30/06/2013	34	36					E
2013	L	O	Contrato nº 24/2013	Guima Conseco Construção, Serviços e Comercio Ltda (59.519.603/0001-47)	01/07/2013	30/06/2014	35	40					A
Observações: Os contratos abrangem as bases físicas de Campinas e Jundiáí.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Fonte: DAD / Lanagro-SP													

5.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro A.5.2.4 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante													
Nome: LANAGRO/SP													
UG/Gestão: 130102						CNPJ: 00.396.895/0047-08							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natu-reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	E	Contrato nº 07/2012	APPA Serviços Temporarios e Efetivos Ltda	02/10/2012	31/03/2013			3	3			E
2012	11	O	Contrato nº 02/2012	FACTI Fundação de Apoio a Capacitação e Tecnologia da Informação	01/06/2012	31/05/2014			50	50	11	11	P
2012	3	E	Contrato nº 10/2012	FACTI Fundação de Apoio a Capacitação e Tecnologia da Informação	23/11/2012	22/05/2013					3	3	E
2012	9	E	Contrato nº 11/2012	FUNDEPAG Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio	23/11/2012	22/05/2013			7	7	1	1	E
2013	9	E	Contrato nº 17/2013	FUNDEPAG Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio	23/05/2013	22/11/2013			7	7	1	1	E
2013	3	E	Contrato nº 18/2013	FACTI Fundação de Apoio a Capacitação e Tecnologia da Informação	23/05/2013	30/10/2013					3	3	E
2013	2	O	Contrato nº 19/2013	Steintemp Gestão de Pessoas Ltda (05.400.513/0001-03)	27/05/2013	26/05/2014			4	4			A
2013	3	O	Contrato nº 75/2013	Beltis Comercio e Prestação de Serviços em Informática (09.116.592/0001-86)	01/11/2013	31/10/2014					03	03	A
2013	9	O	Contrato nº 78/2013	M Service Ltda (02.948.998/0001-86)	25/11/2013	24/11/2014			11	11	02	02	A

Observações: As contratações emergenciais motivaram abertura de processo investigativo de sindicância, conforme detalhado no item 3.1 do presente relatório.

LEGENDA: **Área:** 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. **Outras Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. *Nível de Escolaridade:* (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. **Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DAD / Lanagro-SP

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

A carência de servidores administrativos tem causado sérias dificuldades na gestão dos contratos, especialmente aqueles que envolvem locação de mão-de-obra. Tal assunto foi amplamente debatido pela Comissão de Sindicância instaurada no Lanagro-SP para apurar as causas da celebração de inúmeros contratos emergenciais.

Uma das ações tomadas no sentido de mitigar o problema foi a contratação de empresa especializada para realizar o mapeamento dos processos administrativos, com ênfase nos processos de compras. Espera-se que este estudo subsidie o desenvolvimento de um sistema informatizado para acompanhamento de todos os processos e contratos.

Quanto à fiscalização dos contratos, a Coordenação elaborou um documento (IT COOR/001) para estabelecer uma sistemática que facilite os trabalhos dos fiscais nomeados. Todos os contratos que envolvem locação de mão-de-obra possuem fiscais nomeados por Portaria, embora muitos deles sejam servidores da área técnica e não administrativa, o que constitui uma situação provisória e paliativa até que ocorra a nomeação dos agentes administrativos do concurso em andamento.

A nomeação de servidores da área técnica para a fiscalização de contratos com locação de mão-de-obra faz com que a fiscalização não ocorra de forma integral, no entanto, na atual conjuntura, não há, salvo melhor juízo, solução mais apropriada. Isto porquê, é entendimento da Coordenação que a contratação de serviço especializado para a fiscalização de contratos com locação de mão-de-obra não é a solução mais vantajosa para a Administração, mesmo porque, foram selecionados os servidores mais capacitados (Fiscais Federais Agropecuários) para fiscalizar os contratos de maior complexidade.

Até o presente momento as fiscalizações têm ocorrido de forma satisfatória e as ocorrências têm sido relatadas às Contratadas, conforme fluxo estabelecido na IT COOR/001.

Foi providenciado treinamento a todos os fiscais de contrato.

No período de 01/04 a 26/05/2013 o Lanagro-SP ficou sem serviço de transporte com motorista terceirizado, uma vez que não houve tempo hábil para finalização do processo licitatório, o que destaca a sobrecarga de trabalho da área administrativa que tem contexto na carência de servidores administrativos para agilizar os processos de licitação. O atendimento foi realizado por um motorista servidor público, lotado na base física de Jundiá, conforme critérios de prioridade.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Em 31/12/2013 o Lanagro-SP contava com quatro estagiários CIEE (dois de nível superior e dois de nível médio). A gestão do cadastro dos estagiários é realizada pelo Serviço de Gestão de Pessoas da Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo (SGP/DAD/SFA-SP) até que o Lanagro-SP tenha servidores administrativos em quantidade suficiente para absorver esta atividade. Segundo informações prestadas pela chefe do SGP/SFA/SP, os dados informados no Relatório de Gestão da SFA/SP são emitidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MAPA e já vêm consolidados de todas as UORGs, incluindo o Lanagro-SP, não sendo possível prestar a informação de forma separada para as UORGs 1848, 1963 e 1966.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

6.1.1 Legislação

O Lanagro-SP possui somente frota própria. A Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008 regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

6.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

Os veículos do Lanagro-SP são utilizados para conduzir técnicos do Lanagro-SP,

principalmente para a cidade de São Paulo e municípios do interior do Estado, para participarem de reuniões, seminários, congressos, entre outros eventos, principalmente em órgãos públicos (SFA/SP, CJU/SP, AGU/SP) e instituições de ensino e pesquisa (USP, Instituto Pasteur, Instituto Butantan, Instituto Agrônomo de Campinas, UNESP, entre outras). Os técnicos também realizam auditorias em laboratórios credenciados, muitos deles localizados no Estado de São Paulo, em municípios cujo deslocamento rodoviário é mais vantajoso para a União do que aéreo.

Também são utilizados para a retirada e desembarço de amostras e encomendas no aeroporto e todo apoio às atividades internas do Laboratório, como transporte de alimentos para animais, animais de Laboratório, materiais utilizados pelo serviço de manutenção predial e amostras para análise e distribuição entre os laboratórios. Cabe ressaltar que a base física de Campinas possui 10.500 m² de área construída, distribuída em uma área de 13 alqueires = 31,72 ha, portanto, grandes distâncias que justificam o uso dos veículos oficiais para as atividades descritas anteriormente.

É muito freqüente a necessidade de transporte de colaboradores entre as bases físicas de Campinas e Jundiaí, especialmente para participação em reuniões e execução de alguns tipos de serviços especializados, como de manutenção e tecnologia da informação, por exemplo.

Os veículos também são utilizados para realização de serviços bancários, de correio, aquisição de materiais em caráter emergencial, entre outros inerentes à rotina do laboratório.

6.1.3 Discriminação por tipo de uso:

Apresenta-se a seguir a quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ.

No.	VEÍCULOS	ANO	Placa
1	CAMINHÃO BAU	1995	BPY-6648
2	COURIER	2008	DMN-7284
3	DOBLO-JUNDIAI	2008	DMN-7288
4	DOBLO	2008	DMN-7289
5	NISSAN	2005	CMW-9071
6	GOL 1.0	2005	CMW-1727
7	GOL 1.6 POWER	2005	JFQ-5985
8	GOL 1.6 POWER	2005	CMW-1753
9	ONIBUS MB	1993	BFY-4861
10	PARATI	2008	DMN-7285

No.	VEÍCULOS	ANO	Placa
11	PARATI	2008	DMN-7286
12	PARATI	2008	DMN-7287
13	CLIO	2008	DMN-7282
14	CLIO	2008	DMN-7283
15	FIAT STRADA	2010	HLF-2954
16	TOYOTA	1995	BPY-6652
17	TRATOR MASSEY 275	2006	SÃO PAULO
18	TRATOR VALMET 65		SÃO PAULO
19	TRATOR MASSEY 85		SÃO PAULO
20	VAN MB 1800	1995	BPY-6678
21	DUCATO MINIBUS	2010	DMN-5315

6.1.4. Média anual de quilômetros rodados: 50.000km

6.1.5. Idade Média da frota: 8 anos

6.1.6. Custos associados à manutenção da frota:

Mecânica: R\$ 8.970,13

Combustível: R\$ 20.005,13

DPVAT: R\$ 2.236,49

6.1.7. Plano de substituição da frota:

O Lanagro-SP não possui um Plano de Aquisição de Veículos. Até o presente exercício a frota tem atendido as necessidades do órgão.

6.1.8. Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica de transporte

O Lanagro-SP ainda não está utilizando o Sistema Informatizado para controle e monitoramento de veículos em razão de falta de cadastramento de motoristas terceirizados pelo órgão central, o que já foi exaustivamente requisitado. A não utilização do sistema tem comprometido sensivelmente o controle interno de uso da frota. Atualmente o Lanagro-SP também não dispõe de contrato com oficina mecânica, o que tem causado alguns transtornos relacionados ao atraso na manutenção corretiva dos veículos.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF – SP	2	2
	Campinas	1	1
	Jundiaí	1	1
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	-	0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: DAD/ Lanagro-SP

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.6.2.2 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regi-me	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício		
				Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Reformas	Manutenção	Total
130102	6619.00009-500-3	5	3	1.256.847,78	28-03-2013	1.319.690,17	0,00	9.030,00	9.030,00
130102	6291.00082.500-9	5	3	3.971.686,95	28-03-2013	5.385.309,38	0,00	22.480,80	22.480,80
Total							0,00	31.510,80	31.510,80

Legenda:

5-Regime de Cessão: Prefeitura e Estados

3-Estado de Conservação Bom

OBS: As despesas de manutenção no imóvel de Jundiá foram: reparos no transformador e substituição da linha de gás GLP. As despesas de manutenção no imóvel de Campinas foram: instalação de divisórias, reparos em portas estanques e instalação de vidros.

Fonte: SPOE/DAD/ Lanagro-SP

6.3 Discriminação Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica a esta UJ.

PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.

7.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	X aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	X aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	X aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
X	Outra(s). Qual(is)? Auditoria do sistema de gestão da qualidade na aplicado à área de TI
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.

Quesitos a serem avaliados	
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
O PDTI é publicado pela CGTI/SPOA/MAPA. Tivemos acesso ao PDTI elaborado para o período de 2011/2012, porém com relação ao período de 2013, fomos orientados pela CGTI a utilizar o PDTI anterior, pois o próximo plano ainda estava em elaboração. Encaminhamos à CGTI informações específicas do Lanagro-SP para que pudessem ser inseridas no próximo PDTI, mas até o momento não obtivemos resposta quanto à publicação. As atividades de TI são 100% terceirizadas no âmbito do Lanagro-SP, de forma que o monitoramento das ações é realizado basicamente através da fiscalização do contrato.	

7.1.1 Análise Crítica

O Lanagro-SP conta atualmente com três técnicos dedicados exclusivamente à área de Tecnologia da Informação, cujo serviço é 100% terceirizado. A empresa contratada em 2013 é especializada na área de Tecnologia da Informação, e não simplesmente fornecedora de mão-de-obra, como ocorria anteriormente, o que por si só traz uma expectativa de que o serviço prestado seja mais eficiente. De qualquer forma, deverá ser avaliada no decorrer da execução contratual a necessidade ou não de aumentar o número de colaboradores. Por outro lado, com a realização do concurso para agente administrativo, deverá ser alocado um servidor nesta Unidade a fim de dar início à elaboração de Plano Diretor conforme orientações da consultoria jurídica da União e legislação específica. A partir de então, o contrato de prestação de serviços de TI deverá ser adequado para que não contemple mais postos de trabalho, mas tão somente a execução de serviços.

De uma forma geral o atual contrato supre as necessidades do órgão, embora haja uma grande carência pelo desenvolvimento ou aquisição de sistemas mais robustos e com mais funcionalidades, tanto para o registro de amostras e emissão de resultados, como para a gestão do sistema de qualidade e monitoramento dos processos de compras.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
	Nas licitações onde tem abrangência da lei são solicitados que empresas tenham as licenças requeridas.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
	ISO GUIDE 34				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	O Lanagro-SP foi contemplado com o “Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos”, patrocinado pela ANEEL, possibilitando a substituição da grande				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis	maioria das lâmpadas				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).					
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: DAD/Lanagro-SP

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Lanagro-SP busca estimular as ações em prol da sustentabilidade ambiental a partir da criação da Comissão A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública). De acordo com o regimento interno da Comissão, seus objetivos são: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão adequada dos resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Licitações sustentáveis.

A proposta de plano de trabalho a curto prazo da comissão A3P é de trabalhar o atendimento a pendências apontadas por empresa especializada contratada pelo Lanagro-SP para diagnosticar irregularidades no atendimento à legislação ambiental, incluindo a obtenção de licença ambiental. Também há necessidade de cumprir exigências impostas pela CETESB em Auto de Infração.

Para tanto, foram propostas as seguintes ações:

- Quantificação dos resíduos gerados pelas unidades;
- Solicitação de CADRI´s junto a CETESB;
- Ligação da rede de esgoto à Sanasa;
- Conscientização quanto à necessidade de separação do lixo reciclável;
- Uso racional da água e energia elétrica;
- Campanhas de coleta de recicláveis (óleo de cozinha, pilhas e baterias, etc);
- Compra de sacos para lixo de cores diferentes para coleta seletiva;
- Contratação de cooperativa para recolhimento dos recicláveis;
- Construção de local correto para armazenagem de resíduos;
- Contratação de empresa para descontaminação do solo;
- Desativação do incinerador;
- Avaliação, descarte e substituição dos para-raios existentes;
- Avaliação e recuperação da caldeira geradora de vapor;
- Licença do IBAMA para aquisição de gás freon;
- Regularização do tanque de combustível.

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Não se aplica no exercício		-			-	
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	(*)	2.604	0	0,00	26.177,60	0,00
Água	23.457	18.610	20.509	391.186,40	317.045,23	319.985,70
Energia Elétrica	2.058.560	2.266.275	2.021.322	618.443,77	774.864,47	674.679,80
			Total	1.009.630,17	1.118.087,30	994.665,50

(*)Não foi adquirido papel em 2013 - utilizado estoque existente

Fonte:DAD/Lanagro-SP

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Não houveram deliberações envolvendo o Lanagro-SP no exercício 2013.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

Não houveram recomendações envolvendo o Lanagro-SP no exercício 2013.

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O Lanagro-SP não possui uma unidade interna específica para controle e acompanhamento das ações contábeis. O monitoramento é realizado pelo órgão central por meio de sistema

informatizado (SIAFI).

No entanto, o Lanagro-SP possui uma Unidade de Gestão da Qualidade, responsável pela organização e realização de auditorias internas visando a adequação à Norma NBR ISO 17.025. A UGQ se reporta diretamente à Coordenação e tem abrangência sobre todas as unidades técnicas e de apoio, de forma que a Divisão de Apoio Administrativo também é auditada pela UGQ.

Todas as não-conformidades identificadas, seja em auditoria interna, em rotina (as próprias unidades podem e devem registrar suas não-conformidades como parte da abordagem da ISO 17025), em análise crítica da alta direção ou em auditoria externa são registradas em sistema informatizado denominado “Sistema Gestor de Trabalho Não-Conforme”.

A UGQ avalia as ações de correção propostas e monitora os prazos estipulados para sua implementação. A relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas é mensurada pelo indicador “Implementação de ações corretivas”. Este indicador avalia se as ações foram implementadas dentro do prazo estipulado. Numa escala de 0 a 100% as unidades técnicas apresentaram um índice de atendimento de 76,0% e as unidades de apoio de 45,5% na última mensuração realizada, referente ao período de julho a dezembro de 2012.

Pelo menos uma vez por ano a Alta Direção do Lanagro-SP se reúne para analisar criticamente o Sistema de Gestão da Qualidade, inclusive o atendimento às não-conformidades. A partir desta reunião são geradas novas ações com definição de nível de prioridade, as quais são acompanhadas mensalmente, trimestralmente ou semestralmente, conforme o grau de prioridade da ação.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Esta tarefa é de responsabilidade do Serviço de Gestão de Pessoas da SFA/SP, que gerencia as ações de Recursos Humanos do Lanagro-SP, até que o Lanagro-SP disponha de servidores em quantidade suficiente para absorver esta atividade. Segundo informações prestadas pela chefe do SGP/SFA/SP, todos os servidores lotados no Lanagro-SP, independentemente de ocuparem ou não cargos comissionados, apresentaram a Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

No exercício de 2013 não houve qualquer caso de danos, objeto de medidas internas administrativas adotadas pelo Lanagro-SP.

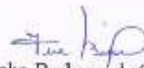
9.6 Alimentação SIASG E SICONV

Seguem as declarações dos responsáveis pela alimentação do SIASG. O SICONV não é aplicado nesta UJ.

DECLARAÇÃO

Eu, Terezinha Barboza da Silva, CPF: 397.362.539-53, cargo Agente Administrativo, exercido na DAD/ Lanagro-SP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei no. 12.708, 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 27 de março de 2014



Terezinha Barboza da Silva

CPF: 397.362.539-53

Agente Administrativo / DAD/ Lanagro-SP

DECLARAÇÃO

Eu, Márcia Oliveira Parreira, CPF: 882.803.498-04, cargo Estatística, exercido na Divisão de Apoio Administrativo/DAD/ Lanagro-SP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei no. 12.708, 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 27 de março de 2014



Márcia Oliveira Parreira

CPF: 882.803.498-04

Estatística / DAD/ Lanagro-SP

DECLARAÇÃO

Eu, Dulce Regina Fim Lima, CPF: 051.519.048-92, cargo Agente Administrativo, exercido na SPEO/ DAD/ Lanagro-SP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº. 12.708, 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 27 de março de 2014



Dulce Regina Fim Lima

CPF: 051.519.048-92

Agente Administrativo / SPEO/DAD/ Lanagro-SP

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

O Lanagro-SP não dispõe de um canal de acesso específico ao cidadão comum, uma vez que esta tarefa cabe ao “Serviço de Informações ao Cidadão - SIC” e à Ouvidoria, que são centralizados no MAPA. Ambos os acessos se dão por meio do site www.agricultura.gov.br.

No entanto, o Lanagro-SP nomeou uma interlocutora (Márcia Oliveira Parreira) e substituto (Fernando José Pires de Souza) junto ao SIC através do Ofício 3872/2012 – Lanagro-SP.

No ano de 2013 o Lanagro-SP recebeu quatro demandas da ouvidoria do MAPA, todas devidamente esclarecidas (Demandas Número 61076, 61971, 66788 e 67924).

O Lanagro-SP realiza anualmente uma pesquisa de satisfação com seus clientes, cujos resultados são analisados criticamente em Reunião da Alta Direção. Além disso, o Lanagro-SP possui um procedimento interno para recebimento e tratamento de reclamações.

Seguem abaixo as avaliações realizadas nas duas últimas reuniões de Análise Crítica da Alta Direção.

Reunião de 06 a 07/02/2013:

“A pesquisa de satisfação de clientes realizada no período apresentou excelentes resultados conforme pode ser observado no relatório comparativo entre as pesquisas de 2010 e 2011 encaminhados pela UGQ. Destaca-se o resultado obtido para o requisito Ética/Honestidade, para o qual 72% das respostas foram excelente, não havendo nenhuma resposta regular, ruim ou péssima. Embora tenha havido uma melhora bastante significativa em relação à pesquisa anterior, o requisito “rapidez no envio dos resultados” continua sendo o pior avaliado, (24% das respostas entre regular, ruim e péssimo contra 48% na avaliação anterior). Mesmo assim permanece pendente a avaliação crítica do tempo

médio de envio de resultados pelas diferentes Unidades, a cargo da CAE. Foram recebidos 25 formulários dos clientes, o que equivale a uma redução de 26,5% em relação à pesquisa anterior. Nas próximas reuniões com clientes deverá ser enfatizada a importância da participação na pesquisa. No período avaliado foram registradas quatro reclamações (13 a menos que no período anterior), todas elas de clientes externos e devidamente tratadas. As reclamações foram registradas pelas Unidades REC (2), MIC e BIT. O baixo número de reclamações registradas no período, associado à melhora nos resultados da pesquisa de satisfação de clientes, dão fortes indícios de que os serviços prestados pelo Lanagro-SP melhoraram de forma significativa no período avaliado em relação ao anterior. A ausência de reclamações de clientes internos, associada aos resultados dos indicadores de qualidade, indica fortemente que serviços como o fornecimento de animais e meios de cultura está sendo atendido satisfatoriamente”.

Reunião de 28 a 31/01/2014:

“A pesquisa de satisfação de clientes realizada no período apresentou uma tendência de manutenção dos padrões de respostas quando comparada com as duas pesquisas anteriores. O único quesito a apresentar um percentual de respostas entre “Regular e Ruim” superior a 20% foi o relacionado ao tempo para envio dos resultados. Neste sentido continua pendente a avaliação crítica do tempo médio de envio de resultados pelas diferentes Unidades. Este estudo subsidiará a mensuração do indicador de envio de resultados dentro do prazo, além de permitir informar precisamente ao cliente o tempo estimado para recebimento dos resultados. Com relação à quantidade de respostas obtidas (n = 17), observou-se uma redução de 68% em relação à pesquisa de 2011 (n = 25). Discutiram-se algumas estratégias para aumentar a participação dos clientes na pesquisa: conscientização dos clientes nas reuniões e entrega do formulário de pesquisa ao final da reunião, disponibilização do formulário no website do MAPA, envio do formulário anexado aos relatórios de ensaio ou ofícios de encaminhamento e melhor identificação dos clientes do Lanagro-SP. Boa parte das sugestões levantadas pelos clientes poderá ser atendida a partir da aquisição de um sistema informatizado mais robusto para registro de amostras e emissão de resultados. Neste sentido, já está em negociação há meses a aquisição do sistema LIMS para todos os Lanagros já testado e aprovado pelo Lanagro-MG. A princípio a aquisição seria centralizada pelo próprio Lanagro-MG, porém em função de atendimento a orientações jurídicas optou-se por uma aquisição centralizada em Brasília ou que cada Lanagro fizesse individualmente. Tendo em vista que o atual sistema de amostras tem apresentado fragilidades recorrentes, a aquisição deste sistema tem se tornado cada vez mais necessária. No período avaliado foram registradas cinco reclamações (uma a mais que no período anterior), sendo duas de clientes internos e três de clientes externos. Todas foram devidamente tratadas. O baixo número de reclamações registradas no período, associado aos resultados da pesquisa de satisfação de clientes, indicam claramente que os serviços prestados pelo Lanagro-SP estão atendendo satisfatoriamente seus clientes”.

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

As áreas que trabalham com valores (Almoxarifado e Patrimônio) o fazem atendendo às normas gerais de contabilidade pelo sistema SIAFI e utilizam o sistema ASI para controle de materiais em almoxarifado. Todas as notas fiscais de consumo e equipamento são contabilizadas, gerando balancetes (RMA e RMB).

A metodologia para se estimar a vida útil econômica do ativo, para cálculo da depreciação, amortização e exaustão e taxas utilizadas para os cálculos está em fase de elaboração e espera-se que estejam disponíveis, em breve, após a atualização do Sistema ASI, prevista para o primeiro semestre de 2014.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido e impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício não se aplicam esta UJ e sim à SDA.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Quadro A.11.2.1 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício refletem corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

DECLARAÇÃO PLENA
QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO – LANAGRO/SP			130102
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei n° 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n° 1.133/2008

Não se aplica a esta UJ.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei n° 6.404/1976

Não se aplica a esta UJ.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica a esta UJ.

11.6 Relatório de Auditoria Independente

Não se aplica a esta UJ.

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Nada a declarar.

Campinas, 23 de abril de 2014

André de Oliveira Mendonça
Coordenador

APÊNDICE

Figura A.4. Resumo da Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo Lanagro - SP, por Elemento de Despesa.

Elemento de Despesa		Recursos Recebidos (R\$ 1,00) (*)	Recursos utilizados/liquidados em 2013 (R\$ 1,00)	IUT1 (%)	LANAGRO/SP		
					Proposta Orçamentária para 2013 (R\$ 1,00)	Recursos utilizados (R\$ 1,00)	IUT2 (%)
339014+339036	diárias+colaborador eventual	77.155,57	70.958,43	91,97	100.000,00	70.958,43	70,96
339030	consumo	2.716.563,38	2.637.850,82	97,10	17.556.420,00	2.637.850,82	15,02
339033	passagens e pedágios	73.903,96	70.448,73	95,32	90.000,00	70.448,73	78,28
339037	contratos	6.243.471,66	6.031.898,01	96,61	6.208.509,00	6.031.898,01	97,16
339039	serviços de terceiros	2.748.040,15	2.681.937,99	97,59	4.320.409,96	2.681.937,99	62,08
339047	obrigações tributárias(IPTU)	4.951,51	4.951,51	100,00	(**)	4.951,51	(**)
339092	exercícios anteriores	21.577,06	21.577,06	100,00	(**)	21.577,06	(**)
339093	indenizações e restituições	2.650,00	2.460,19	92,84	(**)	2.460,19	(**)
339139	publicações	157.771,90	112.700,70	71,43	205.000,00	112.700,70	54,98
339147	contribuições e op. Intra-orçam	107,63	107,63	100,00	(**)	107,63	(**)
449051	obras e instalações	1.551.469,83	1.445.120,82	93,15	2.430.852,40	1.445.120,82	59,45
449052	material permanente	4.500.254,00	4.479.363,38	99,54	30.811.191,36	4.479.363,38	14,54
TOTAL		18.097.916,65	17.559.375,27	97,02	61.722.382,72	17.559.375,27	28,45

(*) recursos orçamentários + extraorçamentários

(**) Meta não estimada

IUT1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;

IUT2 =% de recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/SP relativamente ao estimado para 2013

Fonte: SPEO/Lanagro-SP CTEC/Lanagro-SP.

Figura A.5. Memória de cálculo dos indicadores de desempenho – Eficácia ($N_u AL$) e Eficiência (CUP e CUE)

Ação	Unidade de análise laboratorial	Recebido	Rejeitado	Recurso Financeiro		Indicador (2)		
				Programado (1)	Utilizado	Eficácia	Eficiência	
						x_2	CUP	CUE_u
Apoio Animal	amostra	6.906	423			6.292	-	-
	ensaio	-	-			87.599	-	-
Apoio Vegetal	amostra	1.555	281			1.310	-	-
	ensaio	-	-			11.474	-	-
LANAGRO/SP	amostra	8.461	704	R\$ 61.722.382,72	R\$ 17.559.375,27	7.602	R\$ 8.119,23	R\$ 2.309,84
	ensaio	-		R\$ 61.722.382,72	R\$ 17.559.375,27	99.073	R\$ 623,00	R\$ 177,24

(1) Proposta orçamentária;

(2) $N_u AL = x_2$ - indicador de eficácia – no. de unidades de análise laboratorial realizadas;

$CUP = y_1/x_2$ - Custo unitário programado; e,

$CUE = y/x_2$ - Custo unitário efetivo

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP CTEC/Lanagro-SP

Figura A.6. Metas físicas recebidas e realizadas, por Processo finalístico, da base Física Campinas/Lanagro-SP.

Processo Finalístico/Campinas-SP		u	Recebido	Rejeitado	Eficácia (Realizado)
			x_1	x_3	x_2
Diagnóstico de Doenças Aviárias		amostra	1.828	59	1.878
		ensaio			65.328
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Físico-químicas	amostra	1.270	167	1.103
		ensaio			6.682
	Análises Microbiológicas	amostra	1.181	81	1.026
		ensaio			2.599
	Contaminantes inorgânicos	amostra	536	35	421
		ensaio			1.145
	Contaminantes orgânicos	amostra	127	8	119
		ensaio			2.499
Resíduos de Drogas Veterinárias	amostra	209	14	163	
	ensaio			457	
Controle de Alimentos para Animais	Análises Físico-químicas	Amostra	474	30	461
		ensaio			2.729
	Análises Microbiológicas	amostra	150	0	150
		ensaio			150
Controle de Produtos Veterinários	Vacinas Anti-rábicas	amostra	273	2	245
		ensaio			2.023
	Vacinas contra Doenças Aviárias	amostra	478	0	373
		ensaio			566
Total Animal - Campinas-SP		amostra	6.526	396	5.939
		ensaio			84.178
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análises Microbiológicas	amostra	32	0	31
		ensaio			69
Total Vegetal-Campinas/SP		amostra	32	0	31
		ensaio			69

u= unidades de análise laboratorial = amostra ou ensaio;

$N_u AL = x_2$ = indicador de eficácia = no. de unidades de análise laboratorial realizadas;

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP CTEC/Lanagro-SP

Figura A.7. Metas físicas recebidas e realizadas, por Processo finalístico, da base Física Jundiaí, SP e SLAV-PR /Lanagro-SP.

Processo Finalístico/Curitiba-PR		<i>u</i>	Recebido	Rejeitado	Eficiência (Realizado)
			x_1	x_3	x_2
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Físico-químicas	amostra	380	27	353
		ensaio			3.421
Total Animal - Curitiba-PR		amostra	380	27	353
		ensaio			3.421
Controle de produtos de Origem vegetal	Análises Físico-químicas e	amostra	164	0	164
		ensaio			1.439
Total Vegetal-Curitiba/PR		amostra	164	0	164
		ensaio			1.439
Processo Finalístico/Jundiaí-SP		<i>u</i>	x_1	x_3	x_2
Controle Insumos Agropecuários	Análises Físico-químicas	amostra	560	281	284
		ensaio			1.240
Controle de produtos de Origem vegetal	Análises Físico-químicas e	amostra	799	0	831
		ensaio			8.726
Total Vegetal-Jundiaí/SP		amostra	1.359	281	1.115
		ensaio			9.966

u = unidades de análise laboratorial = amostra ou ensaio;

$N_u AL = x_2$ - indicador de eficiência – no. de unidades de análise laboratorial realizadas;

Fonte: SPEO/Lanagro-SP CTEC/Lanagro-SP

ANEXOS



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALA A
CEP 70041-900
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, José Calazans dos Santos CPF nº 150.533.771-20, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA
Confere com o Original
Data: 12/02/14



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALA A
CEP 20043-900
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, Alberto Jerônimo Pereira CPF nº 135.037.821-68, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portuqueira de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA

Contar com o Original
Data: 12.02.14